



Setembro 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

Extractos da Imprensa

CEDOC Development Workshop - Angola

Centro de Documentação e Informação

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 China na linha da frente.....	1
1.2 O irresistível apelo a banca.....	2
1.3 Ainda é muito complicado iniciar-se um negocio em Angola	3
1.4 Abertura de fronteiras promove relações económicas	3
1.5 País beneficia de 220 mil dólares da China.....	4
1.6 Angola aposta na diversificação do investimento directo chinês.....	4
1.7 Ammiga estuda redução da pobreza e analfabetismo.....	4
2 Mercado Informal e Microfinanças	5
2.1 Desempregados ambulantes de fossas.....	5
2.2 Micro-crédito beneficia 5 mil pessoas	5
2.3 Governo humilha comerciantes do Kinaxi	6
2.4 Um mercado sem fardo	6
2.5 Endiama legaliza garimpeiros angolanos	7
2.6 Micro-crédito do BPC chega a 10 províncias	7
2.7 Professores beneficiam de créditos do Banco Sol.....	8
2.8 BPC negocia aumento de financiamento para micro-crédito.....	8
2.9 Kwanza Norte: Camponeses com micro-créditos garantidos pelo BPC.....	9
2.10 Micro-créditos do Banco Sol beneficiam três cooperativas	9
2.11 Programa de extensão rural vai beneficiar mais de 100 mil famílias Erro! Marcador não definido.	9
3 Governação e Descentralização	11
3.1 Sambo um reino esquecido	11
3.2 CICA elogia proposta para uma agenda nacional de consenso	12
3.3 Fundação filantrópica ou verdadeiro contra poder.....	12
3.4 Autoridades avaliam situação social.....	13
3.5 Autoridades tradicionais do chongorói recebem 81 motorizadas	13
3.6 Conselho Municipal da Samba de Concertação Social reúne-se quarta-feira	13
3.7 Administradora da Maianga apela ao combate de mercados ao redor das escolas	14
3.8 O país com mais melhorias na qualidade de governação em 2005	14
4 Eleições e Educação Cívica	16
4.1 Educar para as eleições (V)	16
4.2 Quatorze anos sem eleições	16
4.3 Como o povo encara as próximas eleições?	17
4.4 Passos tímidos em direcção às próximas eleições.....	17
4.5 O acordar de uma oposição "louca" por eleições	18
4.6 Brincar as eleições.....	19
4.7 Tudo aponta para lá de 2008	20
4.8 Formação dos brigadistas retardou registo eleitoral	20
4.9 Oposição quer conhecer calendario eleitoral	21
4.10 ONG'S barradas na educação cívica eleitoral.....	22
4.11 Aberto curso de formação de brigadistas para o registo eleitoral	22
4.12 Formação de brigadistas eleitorais arrancou hoje.....	23
4.13 OMA sensibiliza população sobre registo eleitoral.....	23
4.14 Defendido envolvimento da comunidade na campanha de educação cívica eleitoral	23
4.15 FNLA inicia segunda fase da formação de agentes eleitorais	24
4.16 Governo pede apoio para eleições à comunidade internacional.....	24
5 Educação, Juventude e Criança	26
5.1 58 por cento da população adulta é analfabeta	26

5.2	Mortalidade infantil acelerada por condições degradantes de atendimento	26
5.3	Caiu o analfabetismo no território	27
5.4	Angola contínua com mortalidade infantil elevada	27
5.5	Nova "merenda" para as crianças nas escolas	28
5.6	Professores beneficiam de créditos do Banco Sol	29
5.7	BP Angola doa livros à faculdade de Ciências	29
6	Terra, Habitação e Urbanização	30
6.1	"Ha activistas dos direitos humanos e activistas dos lanhes"	30
6.2	Um aeroporto por perto	30
6.3	Um flagrante de muitos conflitos ainda no porvir	31
6.4	Análise das terras do estado na ordem jurídica angolana e os direitos dos particulares	32
6.5	Vala de drenagem prestes a "engolir" moradores	34
6.6	Parlamentares britânicos constataam execução de projectos	34
6.7	Policia acusada de roubos de terrenos	35
6.8	Mais residências para os antigos combatentes	36
7	Serviços Básicos	37
7.1	Desentupidores ambulantes de fossas	37
7.2	Horario de limpeza na cidade	37
7.3	Regresso da cólera	38
7.4	Mais de 100 chafrizes entram em funcionamento este ano na capital	38
7.5	Estação chuvosa traz de volta fantasma da colera em Angola	39
7.6	Serviços básicos recolhem 15 toneladas de lixo por dia	40 ³⁹
7.7	Fornecimento de água será interrompido em nove bairros de Luanda	40
7.8	Autoridades sensibilizam populações a tratar Agua	41 ⁴⁰
7.9	Investidos USD 15 milhões para melhoria da rede eléctrica de Luanda	41 ⁴⁰
8	Paz e Reconciliação	42
8.1	Um protocolo para uma Paz adiada	42
8.2	Abílio Camalata Numa: a paz para cabinda é uma perioridade Nacional	43
8.3	Cabinda: verdades e mentiras	44
8.4	Futuro dos ex-militares	45
8.5	Bento Bembe, enfim, em cabinda mas fortemente escoltado	45
8.6	Trinta e um mortos em conflitos etnicos entre bângalas e tchkowes	46
8.7	Militantes do MPLA e UNITA «partem-se fucinho»	46
8.8	É preciso coragem e lucidez para a Paz em cabinda	47
8.9	Processo de Paz em caminhos tortuosos	47

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 China na linha da frente

Angolense...02-09-06

Angola e a China estabeleceram relações diplomáticas em 1983, mas apenas nos últimos anos se intensificaram as visitas oficiais de responsáveis dos dois países, de que resultou um crescimento acentuado das relações comerciais entre Luanda e Pequim.

Em Março de 2004, as autoridades chinesas, através do Eximbank, concederam um crédito a Angola, no valor de 2.400 milhões de dólares, destinado a tarefas inerentes à reconstrução nacional.

A China, através do Eximbank, concedeu a Angola uma linha de crédito de 2 mil milhões de dólares, mas o volume do financiamento chinês já ultrapassou largamente este valor, apesar de não existirem dados oficiais sobre o assunto.

Estes dois países assinaram em Luanda vários acordos destinados ao reforço da cooperação bilateral, entre os quais um Memorando de Entendimento sobre a concessão de um Crédito Adicional. O montante deste empréstimo não chegou a ser revelado, embora fontes da imprensa no país apontem para que possa ascender a mais 4.000 milhões de dólares.

A construção do novo Aeroporto Internacional de Luanda, a reabilitação das linhas de caminho-de-ferro de Luanda, Benguela e Namibe e a reconstrução das principais estradas do país são algumas das mais importantes empreitadas actualmente em curso no país, financiadas pela China.

No ano passado, o volume de negócios entre os dois países atingiu cerca de 4,2 milhões de dólares, o que tornou Angola no segundo maior parceiro comercial da China no continente africano, atrás da África do Sul.

A "explosão petrolífera", que se regista, deverá ver Angola ultrapassar a Nigéria como o principal exportador africano de crude, e a encher os cofres governamentais com milhares de milhões de dólares. Recentemente, o Orçamento Geral do Estado quase que duplicou, passando dos 13 para os 25 mil milhões de dólares anuais.

No primeiro trimestre deste ano, Angola foi o maior fornecedor de petróleo à China, ultrapassando a Arábia Saudita. E assim que a China, na procura global por matérias-primas para alimentar a sua gigantesca economia, vem sendo atraída pelas abundantes fontes minerais de África e começou a investir de forma maciça em países como Angola.

De forma a assegurar os seus futuros fornecimentos de

energia, os chineses estão a oferecer aos angolanos linhas de crédito, empréstimos e programas infra-estruturais avaliados em milhares de milhões de dólares. O Banco Mundial disse à BBC que a última oferta chinesa a Angola está avaliada em cerca de 9 mil milhões de dólares. Wen Jiabao, responsável Chinês, referiu que nos últimos 23 anos, desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, "apesar de grandes mudanças no cenário internacional e respectivos países, o relacionamento sino-angolano nunca mudou".

A China manifesta o seu "mais alto apreço" aos esforços que as autoridades empreendem para a reconstrução nacional e o reforço da democracia neste país, que foi muito dilacerado pela guerra, disse ainda o governante.

O exemplo de Angola não é certamente o único em África, onde o comércio com a China "explodiu" nos últimos anos. E, na sua corrida para encontrar recursos, a China não se coíbe de lidar com países criticados ou abandonados pelo Ocidente, como o Zimbábwe e o Sudão.

O país asiático diz ter uma estrita política de não ingerência nos assuntos internos de outras nações. Não diz aos países com que lida como se devem comportar e defende vigorosamente a sua política em África.

"O Sudão é um país soberano e nós não desenvolvemos relações de acordo com as instruções dos EUA, do Reino Unido ou de quaisquer outros países", disse Zhou Yuxiao, o encarregado de negócios da embaixada chinesa na África do Sul. "O desenvolvimento de relações normais com um país não significa que aprovamos todas as políticas adoptadas por esse país".

Zhou Yuxiao disse também que a China estava a ajudar muitos países africanos como Angola. "Estamos a cancelar as dívidas dos países menos desenvolvidos, a construir mais escolas e hospitais. Trouxemos e continuaremos a trazer grandes oportunidades para todas as partes do mundo, incluindo África".

Segundo a nota oficial do Governo de Angola, a disposição no site do Ministério das Finanças, em meados do mês de Junho, dava-se conta de que o Governo e Eximbank da China haviam assinado 12 Acordos de Financiamentos Individuais.

Foi declarado ainda que a assinatura destes acordos insere-se na linha de crédito que o banco comercial chinês concedeu à Angola, avaliada em dois biliões de dólares. Aonde o sector da Energia e Águas do país vai beneficiar de 240 milhões de dólares, no âmbito de seis dos 12 acordos individuais assinados.

Anunciou-se igualmente a construção em breve de uma linha de transporte de energia eléctrica de Capanda para Luanda para permitir o escoamento da energia eléctrica produzida pela barragem de Kapanda para Luanda,

numa extensão de 200 quilómetros. Constan ainda a instalação da terceira linha de transportação da barragem de Cambambe. (Kwanza-Norte) a Luanda e intervenções nas subestações eléctricas do Cazenga e Viana.

Entretanto, o ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, acredita que os sinais de melhoria começarão a apenas ser sentidos dentro de 18 meses, porque antes disso equipas angolanas rumarão para a China a fim de procederem a escolha dos os equipamentos

A nota dá conta de que brevemente o Eximbank vai começar a fazer os pagamentos directamente às empresas chinesas seleccionadas e contratadas para executar as obras dos projectos. Segundo o acordo, depois da assinatura, as empresas têm entre 30 e 60 dias para se instalar no país e os projectos são implementados entre 15 e 24 meses.

Dos projectos do Ministério da Energia e Águas aprovados, que perfazem 240 milhões de dólares, constam ainda o projecto de melhoramento do sistema I de distribuição de água em Luanda.

O sector da Agricultura também viu projectos aprovados, nomeadamente o programa de extensão e desenvolvimento rural e o projecto de irrigação do município do Wako Kungo, Huíla, Capanda, Caxito e Moxico. Avaliados em 200 milhões de dólares, os projectos referem-se a instalação de sistemas de irrigação, aquisição de tractores e de alfaías agrícolas.

Para o ministro das Finanças, José Pedro de Morais, os acordos representam um passo significativo para a implementação dos 2 biliões que compõe a linha de crédito.

Até ao momento, estão em curso três projectos, num valor total de 72,6 milhões de dólares. Esses projectos referem-se ao melhoramento da rede de distribuição de energia eléctrica a cidade de Luanda, e à aquisição de tractores e alfaías agrícolas e à compra de 1500 veículos (170 já se encontram no país).

Entre os projectos que estão em fase de aprovação, que totalizam 886,8 milhões de dólares, consta a construção de 18 institutos politécnicos, 17 institutos médios e 18 escolas secundárias. Faz ainda parte deste conjunto a reabilitação da estação de tratamento de água do Huambo e a reabilitação da estrada que liga Luanda ao Negage, numa extensão de 371 quilómetros.

A participação da China na reconstrução do país faz-se sentir, essencialmente, nesta primeira fase, na construção, reparação e reabilitação das principais infra-estruturas rodó e ferroviárias, como pontes, estradas e caminhos-de-ferro, instalações hospitalares e outras obras no ramo da construção civil...

1.2 O irresistível apelo a banca

Semanario Angolense...09-09-06

A história recente de Angola está prenhe de exemplos: chegar primeiro a um negócio é uma grande vantagem.

Não há notícia de que alguma grande figura deste país, seja ela militar, política ou empresarial, que tenha «madrugado» e, por isso, chegado às primeiras horas às pescas ou aos diamantes tivesse, depois, perdido terreno para qualquer concorrente.

Por isso, todos os que despertaram primeiro para o negócio de bancos têm razões suficientes para estarem satisfeitos: de um lado reforçam a suacarteira de negócios e, do outro, aprofundaram a sua influência política e económica. Regra geral, essa vantagem madrugadora sobrevive mesmo a derrapagens dos seus titulares. Isto é, ela mantém-se mesmo quando os seus titulares são apeados de lugares de primeira linha no xadrez político ou militar.

É o caso, por exemplo, do general João de Matos, que, não obstante a sua derrapagem na hierarquia militar, mantém, intactas, as posições que conquistou no BAI, no Keve, e, agora, no Banco Internacional de Negócios (BIN).

A banca é, hoje, um segmento de negócio que os «donos» deste país não dispensam. Para quase todos eles a banca passou a ser uma prioridade tão importante para a influência política quanto para o alargamento dos negócios.

Se a isto juntarmos o facto de Angola ter, se calhar, apenas 1 terço da rede bancária que o seu mercado precisa, diremos que o incentivo económico é irresistível. Não foi só por capricho, por exemplo, que Sebastião Lavrador entrou no BIC, depois de ter fundado o seu próprio banco, o Sol. E aí tem a companhia de Isabel dos Santos e outros. Também não foi por mero acaso que António Mosquito se fez sócio dos bancos Sol, BCA e Keve, é accionista do Banco Equador, em São Tomé e Príncipe, e tem já asseguradas várias acções na sociedade que resultou da compra do Totta de Angola pelo grupo Santander e pela Caixa Geral de Depósitos de Portugal. Depois da consumação do negócio, o patrão da Mbakassy & Filhos passou a ter a companhia, entre outros, de Valentim Amões, Mário Nelson e Hermelinda Graça.

Num país em que influência política é capaz de favorecer o encaminhamento de importantes negócios, como, por exemplo, do petróleo, das Forças Armadas, da Polícia ou da China, sobram razões para aferir que os patrões da banca angolana lidam com «trocós» que fariam ciúmes a qualquer banco lá fora.

É isso que ajuda a explicar e a compreender a velocidade com que figuras públicas ligadas à política e ao aparato castrens e se entregam à constituição de bancos. O que se espera deles (e do BNA que supervisiona a actividade) é que o afã de entrar no

negócio não os leve a oferecer a maioria das acções a estrangeiros. Não haja ilusões este país será sempre mais autónomo se a banca for controlada por cidadãos seus, sejam eles militares, políticos, empresários, homens da esquerda ou da direita. Seria muito bom para o futuro deste país que o exemplo do BCA, que alienou metade das suas acções a estrangeiros, não fosse seguido por ninguém. Como também será bom que os angolanos consigam ter as suas «impressões digitais» nos bancos hoje dominados por estrangeiros, como são os casos do BFA, Bpc Millenium e BESA, fundamentalmente.

1.3 Ainda é muito complicado iniciar-se um negocio em Angola

A Capital...16-09-06

A pesar dos indicadores macroeconómicos apresentados pelas autoridades serem relativamente positivos, quando se analisa o país sob o periscópio dos indicadores básicos para se empreender um negócio o resultado é muito negativo: estamos com as piores performances. Segundo o relatório sobre o Ambiente de Negócios, no indicador iniciar um Negócio (2006) os empreendedores devem dar 13 passos para abrir um negócio, algo que dura um período de tempo mínimo de 124 dias, com um custo igual a 486.7% do PIB per capita. Eles devem depositar o equivalente a 74.1 % do PIB per capita num banco para registar uma empresa. À escala global do ranking, dos 10 indicadores listados, Angola está relativamente bem situada apenas na Protecção de Investidores (46º) e Acesso ao crédito (83º lugar). Em todos os restantes indicadores Angola está no fim da lista, e quase sempre muito depois do centésimo qualificado. Para se obter uma licença ou alvará em Angola são necessários 15 passos que duram uma média de 326 dias e custam 1.239. 20% do rendimento per capita. Se a média dos passos é normal (no conjunto africano são 17.7 e na OCDE são 14.0), o período de tempo necessário é exagerado: a média africana é 230 dias e na OCDE é de 149.5. Ao nível mundial Angola está nesta matéria na 170ª posição.

Em matéria de registro de propriedade Angola ocupa a 1618 posição ao nível global: são necessários 7 passos e uma média de 334 dias para se realizar tal desiderato. O custo é equivalente a 11.1 % do total do valor da propriedade. O número de dias é muito superior à média africana (109) enquanto a percentagem relativa ao valor total da propriedade é manifestamente superior da OCDE (4.3%).

Não se pode dizer que Angola se situe mal no panorama geral em matéria de protecção de investidores (45º lugar) embora tenha piorado relativamente ao ranking 2005 (43º). Tratando-se de pagamento de impostos Angola situa-se na 142ª posição: os empresários, de

acordo com o relatório devem realizar 42 pagamentos diferentes, despende 272 horas e pagar 64.35% da receita bruta em impostos ou taxas. A intimação para cumprimento de contratos é um indicador em que o país se situa ao nível 133: são necessários 47 passos e é preciso despende mais de mil dias para assegurar tal objectivo. O custo situa-se a 11.2% da dívida, média relativamente baixa comparada com a da região africana (42.2%) e similar a da OCDE.

Em matéria de comércio transfronteiriço são necessários 6 documentos de exportação (Africa 8.2; OCDE 4.8), período médio de duração para exportar situa-se em 74 dias quando em Africa é de 40 e na OCDE de 10.5. O custo de exportação por contentor situa-se nos 1.800 USD contra 1.561 no continente e 811 na OCDE. São necessários uma média de 10 documentos para se importar contra 12.2 em Africa e 5.9 nos países da OCDE. O custo médio de importação por contentor situa-se em 2,225 USD contra 1,947 no continente e 883 na OCDE.

1.4 Abertura de fronteiras promove relações económicas

Jornal de Angola...25-09-06

O jornalista e académico luso angolano Carlos Rosado defendeu que uma das formas de promover as relações económicas e parcerias empresariais no país é abrir as fronteiras ao comércio e aos investimentos. O jornalista justificou a sua alegação pelo facto de a abertura do comércio eliminar barreiras e facilitar os investimentos. Ao longo da sua explanação, Carlos Rosado, apontou as áreas da agricultura, pesca, indústria transformadora e do comércio como sendo as prioritárias para o investimento nacional ou estrangeiro, de forma que a economia angolana possa concorrer com a dos outros países. Falando na conferência internacional da Associação dos Jornalistas Económicos (AJECO) sobre o tema “Como promover as relações económicas e parcerias empresarias”, Carlos Rosado frisou que o Governo deve preocupar-se com os bens transaccionais, substituir a importação pela exportação produzindo bens e serviços capazes de concorrer com os produtos estrangeiros.

1.5 País beneficia de 220 mil dólares da China

Angop...24-09-06

Macau, China, 24/09 (Do enviado especial) - A República de Angola beneficiou de uma oferta de três milhões de Remenbi (moeda chinesa), cerca de 220 mil dólares, no âmbito da solidariedade e amizade entre os dois estados.

O facto foi anunciado sábado, em Macau, no decurso de um encontro bilateral entre delegações governamentais da China e de Angola. Durante a reunião, os dirigentes dos dois países apreciaram a evolução das trocas comerciais entre Angola e China, que atingiu em 2005 pelo menos sete biliões de dólares.

A comitiva angolana, chefiada pelo ministro do Comércio, Joaquim Icuma Muafumba, integrou, entre outras personalidades a vice-ministra das Relações Exteriores para a Cooperação, Irene Neto, e o embaixador de Angola na China, João Bernardo.

1.6 Angola aposta na diversificação do investimento directo Chinês

Angop...25-09-06

Macau, China, 25/09 (Do enviado especial) - Angola vai, nos próximos tempos, apostar na diversificação e aumento do investimento directo chinês no país, afirmou em Macau, China, a vice-ministra angolana das Relações Exteriores para a Cooperação, Irene Neto. Segundo a governante, a cooperação com a China tem vindo a aumentar, no âmbito da linha de crédito que foi concedida e não só, daí a necessidade de se diversificar e aumentar o investimento, bem como incrementar a balança comercial a favor de Angola, nomeadamente no âmbito da agricultura. "Temos as infra-estruturas, telecomunicações e transportes", frisou a título de exemplo, acrescentando que há várias áreas em que se pode cooperar com a China.

"A cooperação com a China está a desenvolver-se de forma muito acelerada e a sua parceria em África tem muita importância, por isso Angola tem que ir limando as arestas e tentar fazer com que esse intercâmbio seja de facto benéfico para o país", adiantou. Sobre a II Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a decorrer em Macau desde domingo até hoje, Irene Neto disse tratar-se de uma iniciativa que vai permitir fazer uma cooperação multilateral.

"Este fórum tem a particularidade de ser muito importante neste aspecto, de permitir que Macau seja a

plataforma de entendimento entre os países de expressão portuguesa", sublinhou.

Nesta fase, referiu a governante, a língua acabou por trazer este traço comum que deve ser explorado, porque é assim que se criam os blocos regionais e de interesse.

Criado em Outubro de 2003, o Fórum Macau, como é também conhecido, integra Angola, Brasil, China, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

1.7 Ammiga estuda redução da pobreza e analfabetismo

Jornal de Angola...20-09-06

No âmbito dos esforços tendentes a reduzir as taxas de desemprego e analfabetismo no seio dos deficientes militares até 2010, decorre desde ontem, em Luanda, o IV Encontro Nacional de Quadro" da Associação Angolana dos Deficientes Ex-Militar; (AMMIGA).

"So fiscalização de conceitos, análise das forças, fraquezas oportunidades e ameaças" e "Revisão e aprovação,o plano estratégico" constituem os principais temas em debate.

O encontro, que decorre sob o Lema "Todos unidos em busca e dignidade", visa igualmente contribuir para a instauração de uma sociedade incluída em que os deficientes militares "tenham acesso às oportunidades de reabilitação integral e possam exercer os seus direitos de cidadania.

De acordo com Domingos Kalusumi, porta-voz do encontro o planeamento estratégico é um processo que fará com que a organização possa estabelecer as prioridades no trabalho. "Durante o encontro vamos estabelecer novas metas e depois disso quais as forças a mobilizar, as fraquezas da associação e verificar quais as oportunidades que a sociedade nos oferece disse. Referindo-se aos ex-militares que se encontram nas ruas na condição de pedintes, referiu que a sua reinserção é um processo complicado.

Muitos deles, disse, estão de tal forma traumatizados física e moralmente que desconhecem a localização dos familiares. Além disso, muitos não têm tido o acolhimento devido da parte desses familiares, afirmou. Criada a dois de Setembro de 1992, a Ammiga é uma organização filantrópica de âmbito nacional. Tem actualmente mais de 26 mil filiados.

A Ammiga apoia ex-militares portadores de deficiência, a partir de 75 por cento de grau de incapacidade física, e respectivas famílias, ao mesmo tempo que intervém na advocacia, saúde, educação, emprego, transporte, desporto e reforço institucional

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Desentupidores ambulantes de fossas

Angolense...02-09-06

Existem as centenas na capital e passam despercebidos aos olhos de quem não procura pelos seus ofícios. Sem qualquer material protector, estes homens, alguns na casa dos 50 anos, têm esta actividade como fonte de sobrevivência

Ato denominam-se "tarefeiros", homens que fazem biscates ambulante em Luanda. Alguns estão neste ramo há cerca de 30 anos e outros nem tanto, mas todos com o mesmo objectivo, conseguir dinheiro para o sustento familiar.

Manuel Gomes de 48 anos de idade, esta destacado nas proximidades do largo do Kinaxixi, desde 1975, quando por falta de emprego decidiu sentar naquelas paragens e colocar um letreiro anunciando ser canalizador, electricista, ladrilhador e carpinteiro.

Segundo disse, naquela altura, já apareciam no local pessoas em busca de homens para desentupir quer fossas de casas ou de empresas. "Fui o primeiro a exercer esta actividade aqui no Kinaxixi", realçou

Com o andar do tempo, o número de homens foi aumentando no local na sua maioria são ex-militares. "Todos somos desempregados", afirmou, acrescentando que o dinheiro que recebe serve única e simplesmente para a alimentação da família. "Temos dias bons e maus", confirmou.

Como toda a profissão esta também tem os seus perigos e os homens entendidos na matéria têm consciência do perigo que correm. Localizados principalmente no mercado do São Paulo, Congolenses, Miramar (junto a Embaixada dos EUA), largo do Kinaxixi e José Pirão, estes cidadãos vêm dos mais variados pontos de cidade e são naturais das demais províncias e com idades que variam dos 20 aos 50 anos de idade.

Segundo os "kotas" contactados, desentupir uma fossa varia do estado da mesma e as causas que muitas das vezes passam pelas pessoas que colocam objectos ou panos nas pias. Daí o preço também variar consoante o estado e ronda desde os 50 aos 200 dólares norte americanos.

Para tal, o desentupidor usa um no de aço que é adquirido no mercado paralelo ao preço de 50 dólares, um martelo, balde, tubo, pau e pano. Materiais que segundo eles são o essencial para o sucesso da sua actividade.

"Quando um colega não tem ferramentas, emprestamos e repartimos o lucro", afirmou João Bastos de 40 anos, que exerce a função desde 1994.

A primeira coisa a fazer quando se está na presença de uma fossa entupi da é retirar o lixo de cima com um balde, contou a fonte. Logo a seguir, tenta-se localizar o tubo entupido e só depois disso entram em acção. A localização da saída da fossa é feita através do fio de aço. "Depois de encontrar é só exercer a força e puxar o objecto que está a impedir a passagem dos dejectos", frisou.

Muitas das vezes estes homens são obrigados a entrar nas fossas, e isso, acontece quando as mesmas são muito fundas. "Entramos e limpamos quando saímos tomamos banho", explicou.

Ciente de que pode contrair doenças, principalmente de pele, João Bastos diz ter um antídoto para qualquer enfermidade. "Bebo Whisky e nada me afecta, além disso, tenho Deus como meu protector", afirmou realçando nunca ter ficado doente

2.2 Micro-credito beneficia 5 mil pessoas

Journal de angola...07-09-06

O projecto de crédito ao consumo e micro-créditos do Governo angolano, destinado a profissionais da saúde, educação e camponeses, gerido pelo Banco Sol, beneficiou, durante o primeiro semestre deste ano, 5 mil e 637 pessoas.

Gerido em sete das 18 províncias do país, o projecto, que já consumiu dois milhões, 854 mil e 621 dólares, na província de Benguela, beneficiou 3 mil pessoas, das quais duas mil e 943 são camponeses e 57 professores.

De acordo com um documento do Governo, na região de Malanje, o programa direccionou-se a mil e 663 pessoas, sendo mil e 414 camponeses, 139 enfermeiros e 110 professores.

Na província do Huambo, o projecto do executivo angolano destinou-se, durante este primeiro semestre do ano, a 638 pessoas, sendo 329 professores, 217 enfermeiros e 92 camponeses.

No Bengo, o projecto de crédito ao consumo e micro-credito favoreceu, nesta sua primeira fase de implementação, 155 professores.

O programa contemplou na província da Huíla 78 pessoas, sendo 49 enfermeiros e 24 professores.

Em Luanda, capital do país, o projecto voltou-se, nesses primeiros seis meses do ano, a 56 professores.

No Bié 47 pessoas já beneficiaram do micro-crédito, dos quais 23 enfermeiros e 24 professores.

O crédito ao consumo e micro-crédito é um programa do Governo angolano, lançado a 17 de Setembro de 2005.

2.3 Governo humilha comerciantes do Kinaxixi

Agora...09-09-06

O encerramento dos estabelecimentos ocorreu um dia depois de o director de mercados e feiras se ter deslocado ao local.

A alegada visita do Presidente José Eduardo dos Santos às antigas instalações do mercado do Kinaxixi, a ter lugar nos próximos dias, terá levado a que um número considerável de polícias afectos ao Comando Provincial de Luanda fosse destacado para o local desde o dia 26 de Agosto último.

Este efectivo, para além de proteger as instalações, que deverão ser transformadas num Shopping Center, proibiu os comerciantes das lojas adjacentes de entrarem nos seus estabelecimentos comerciais, alegadamente por «ordens superiores». No entanto, não houve qualquer notificação para o encerramento das respectivas lojas, segundo apurou o AGORA.

M. Catari, uma das vítimas disse à nossa reportagem que a direcção de mercados e feiras do governo provincial de Luanda (GPL), assim como o seu gabinete jurídico, dizem desconhecer tal medida.

A verdade é que o encerramento dos estabelecimentos em causa aconteceu um dia depois de o director de mercados e feiras ter se deslocado àquelas instalações, alegadamente em visita de trabalho. "Ele disse que se vinha inteirar se de facto o senhor Madaleno havia deixado as instalações que ocupava conforme a carta que enviara ao GPL", disse A.Catari, acrescentando que o director em causa havia prometido, no passado dia 25, que iria falar com o governador Job Capapinha para que este intervisse junto do comandante da Polícia por forma a orientar o seu efectivo a deixar os comerciantes entrar nas lojas. Mas tudo não passou de conversa para "boi dormir", conforme sublinhou o nosso interlocutor. No passado dia 26 de Agosto, portanto, os comerciantes foram convocados para um encontro na direcção provincial do Comércio mas, quando menos esperavam, o funcionário que os atendeu disse que o objectivo do encontro visava o confisco dos seus alvarás comerciais.

Antes deste encontro, uma equipa da direcção provincial do Comércio havia se deslocado, a 29 de Agosto último, às instalações do então mercado do Kinaxixi e procedeu ao inventário dos bens que existiam nos estabelecimentos comerciais. No dia seguinte foram baixadas orientações aos comerciantes no sentido de abandonarem o local.

De recordar que, em 2002, quando as instalações foram entregues à Macon, que pretende erguer um Shopping Center no local, havia sido acordado que os comerciantes em causa fossem indemnizados antes de deixarem o local. O assunto até chegou a ser discutido na Assembleia Nacional, tendo os parlamentares tudo

feito para salvaguardarem os interesses dos vendedores e comerciantes que ali desenvolviam as suas actividades. Esta posição foi corroborada pela direcção da Macon.

A equipa do Governo nas negociações com os vendedores e comerciantes era liderada por Job Capapinha coadjuvado por Higinio Cameiro, na altura membros da extinta comissão de Gestão para a província de Luanda.

No entanto, aos vendedores que há quatro anos foram desalojados daquelas instalações, até à data não lhes foi indicado um local para darem continuidade às suas actividades, conforme acordado inicialmente.

Os governantes esqueceram-se que aquelas pessoas faziam daquele mercado o ganha pão para si e suas famílias, para além de contribuírem para os cofres do Estado com as taxas que pagavam diariamente à direcção de mercados e feiras.

Hoje, as vítimas são os comerciantes, depois de muitos deles trabalharem naquelas instalações há mais de 30 anos. Sempre pagaram os impostos e arrendamento dos estabelecimentos, mas hoje são corridos como se fossem cães.

A então Comissão de Gestão para a província de Luanda e a Macon haviam prometido que estes comerciantes só deveriam deixar o lugar tão logo as obras tivessem início, altura em que estariam criadas outras condições para a sua reinstalação. O que não aconteceu até agora.

Na altura, Capapinha e seus correligionários haviam pedido a documentação dos comerciantes para que fossem indemnizados. Tudo também não passou de conversa para «inglês vê»

Alguns destes comerciantes suspeitam que as indemnizações estão em vista mas alguém quer beneficiar delas.

Fala-se, no entanto, que o empresário Madaleno, que tinha uma peixaria naquelas instalações, foi já indemnizado, razão pela qual desocupou o lugar e foi instalar o seu negócio no "Shopping Chamavo".

Os lesados, por seu turno, não estão de braços cruzados e prometem intentar uma acção judicial contra a direcção provincial do Comércio.

2.4 Um mercado sem fardo

Folha8...09-09-06

Dois novos fenómenos podem marcar a entrada em funcionamento do novo mercado AsaBranca, sendo um a comercialização dos produtos a preços relativamente altos, em relação aos outros centros comerciais do sector informal, assim como com o Asa Branca extinto tendo em conta ao custo de renda das loja e bancadas.

Outra situação que pode marcar grande diferença entre

o antigo e novo Asa Branca é a possível proibição da venda de roupas usadas proveniente do estrangeiro, vulgarmente conhecida por fardo e que era o produto de referencia do antigo mercado.

A referida possibilidade leva os vendedores do referido produto a colocarem-se em desvantagem na corrida à conquista por um lugar, porém aguardam pela decisão dos responsáveis máximos do GPL, alertando desde já que a inexistência deste negócio pode afectar a actividade comercial.

"Sem mentir ou querer exagerar, a roupa do fardo é que tem trazido mais clientes nesta praça, vêm de todos os municípios de Luanda, tenho alguns residentes em Caxito (província do Bengo), me procuram aos fins de semanas, para comprarem camisas e calças de marca", aclarou Maria dos Anjos uma das vendedoras.

Tal como os outros vendedores, Maria dos Anjos exclui a possibilidade de aceitar ser transferida para outro mercado, a fim de continuar com a sua actividade mercantil, por constituir uma das fundadoras da praça. Com a entrada em acção do "António Mucosso", como se pretende chamar, mais de cerca de seis mil vendedores ficarão fora do circuito comercial informal, metade deste grosso é jovem do sexo masculino.

O quadro, no entanto, é antigo entre nós, pois mercados como Kinaxixe, Estalagem foram encerrados e seus vendedores mal instalados

2.5 Endiama legaliza garimpeiros angolanos

Folha8...09-09-06

A Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), poderá legitimar a actividade do garimpo em todos os projectos de exploração diamantífera do País, até final do ano, para assegurar a vida das pessoas que se dedicam a esta prática.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), Arnaldo Calado, o projecto que permite aos garimpeiros angolanos operarem como trabalhadores artesanais legais nas zonas diamaníferas, já existe, faltando apenas a conciliação da lei das actividades mineiras.

Manuel Arnaldo Calado que falava à margem da reunião de peritos para a constituição da Associação dos Países africanos produtores de Diamantes (ADPA), sublinhou que os trabalhadores, assim designados, serão classificados, numerados e inselidos em projectos diamantíferos.

Um projecto que apenas abrange angolanos, surge para reverter o actual quadro de exploração ilícita de diamantes e evitar a entrada de estrangeiros no País, nas Lundas Norte e Sul.

Para assegurar este desiderato, Arnaldo Calado, referiu

que tudo pode ser concretizado se forem tomadas as medidas jurídicas e a harmonização da legislação do sector mineiro.

"Muitos garimpeiros vêm a Angola, explorar ilicitamente diamantes e levam a outros países onde a legislação, eventualmente, lhes é vantajosa. Se harmonizarmos a legislação evitaremos esse tipo de conflito, porque está ali latente um conflito futuro", frisou. Tendo recordado que "é hoje reconhecido em todo o mundo que os diamantes de conflito quase deixaram de existir no vocabulário africano, passando a servir como diamantes de prosperidade dos nossos países e povos".

esta perspectiva, o vice-ministro da Geologia e Minas, Mankenda Ambroise, a República de Angola tomou a iniciativa de liderar o processo para a concretização desse objectivo, (criar a ADPA), congratulando-se com as presenças, no encontro, de representantes da Africa do Sul, Botswana, Cote d'Ivoire, Gabão, Ghana, Guiné Conacry, Libéria, Mauritânia, Namíbia, RCA, Tanzânia e Zimbabwe.

O entanto, frisou o governante, a constituição e proclamação da ADPA, tomará a África num continente de referência no aproveitamento racional e gestão dos recursos diamantíferos, proporcionará um melhor conhecimento das suas potencialidades, assim como a troca de informação e tecnologia, além ele reforçar o intercâmbio entre os países membros no âmbito do processo Kimberley. Mankenda Ambroise afirmou que o continente africano possui 19 países com recursos diamantíferos conhecidos, dos quais 18 são produtores de diamantes, mas apesar de, no seu conjunto, produzem anualmente mais de 60 por cento do valor dos diamantes brutos do mercado mundial, a sua participação no processo de definição de estratégias internacionais é incipiente. Reconheceu, por outro lado que a África é o continente que vive as piores situações de miséria e fome, assim como episódios de instabilidade política e económica, pois a liderança desse processo tem pertencido aos países consumidores.

2.6 Micro-crédito do BPC chega a 10 províncias

Jornal de Angola...10-09-06

O projecto de crédito ao consumo e Microcrédito do Governo angolano, gerido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), disponibilizou, durante os primeiros seis meses do ano em curso, dois milhões e 500 mil dólares, aos profissionais da saúde, educação e aos camponeses de 10 províncias do país.

Do valor disponibilizado, 90 por cento refere-se a crédito ao consumo (para professores e enfermeiros) e 10 por cento destinaram-se às operações de micro-

crédito para os camponeses.

O projecto de crédito ao consumo e micro-crédito, uma iniciativa do Governo angolano e gerido pelo BPC, está a beneficiar profissionais das províncias de Luanda, Kwanza Norte, Cabinda, Kuando Kubango, Kwanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Cunene e Uíje.

O crédito ao consumo e micro-crédito é um programa do Governo angolano, lançado a 17 de Setembro de 2005, na vila do Bailundo, província do Huambo, e visa ajudar os profissionais da saúde, educação e camponeses, na aquisição de bens de consumo e instrumentos agrícolas.

Lançado conjuntamente pelos Bancos Sol e de Poupança e Crédito, o projecto está avaliado em 10 milhões de dólares.

O Banco Sol já disponibilizou, no primeiro semestre deste ano, dois milhões 854 mil e 621 dólares.

2.7 Professores beneficiam de créditos do Banco Sol

Angop...19-06-09

Cinquenta professores e igual número de enfermeiros do município do Bocoio, 75 quilómetros de Benguela, beneficiaram-se de micro-créditos do Banco Sol, durante a primeira fase da sua implementação na circunscrição, iniciada em Agosto.

O responsável para os assuntos económicos e sociais da Administração Municipal do Bocoio, Tavares Ernesto, disse à Angop que os primeiros funcionários abrangidos foram das comunas da Chila, Passe, Monte-Belo e Cubal do Lumbo.

Segundo a fonte, a agência do Banco Sol na cidade do Lobito, disponibilizou empréstimos equivalentes a 10 meses de salário de cada trabalhador para reembolsar num período de 18 meses.

Para ele, a segunda fase poderá contemplar outros 100 funcionários da Educação e Saúde, assim como pequenos proprietários do município, seguindo-se paulatinamente outros até que todos venham a se beneficiar.

Para Tavares Ernesto, o combate à miséria e à pobreza no seio dos funcionários públicos e camponeses organizados e associações é um propósito do Governo angolano.

2.8 BPC negocia aumento de financiamento para micro-crédito

Angop...21-09-06

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) está a negociar com o Governo para aumentar o financiamento destinado ao micro-crédito e crédito ao consumo, com vista a atingir um total de 20 milhões de dólares, afirmou hoje, o Presidente do Conselho de Administração da instituição, Paixão Júnior. "Dos 10 milhões do financiamento disponibilizado pelo Governo, no ano transacto, cinco já foram consumidos e a outra metade esgotar-se-á até final do primeiro trimestre de 2007. Ainda assim, estamos a propor um acréscimo de mais 10 milhões ao montante inicial", disse.

O responsável fez essas declarações no encerramento de um curso de "Micro-crédito" e "Treinamento em micro-finanças", realizado pelo Instituto de Formação Bancária (IFBA), em parceria com o Núcleo Empresarial Angolano (NEA) do Banco Nacional de Angola.

O micro-crédito, segundo ele, constitui um poderoso instrumento de combate à pobreza e os resultados são o regresso das populações às áreas de origem, a criação de cooperativas, bem como a possibilidade dos residentes organizarem-se ao nível do campo. Acrescentou que o prazo de reembolso do micro-crédito são 18 meses e os seus efeitos continuam a ser medidos em cada etapa. O programa é encorajador e até o final de 2006 teremos resultados mais visíveis. Falando da prestação de serviços do BPC, Paixão Júnior frisou que haverá maior celeridade no atendimento ao público.

O programa de micro-crédito e crédito ao consumo está a ser desenvolvido pelo BPC e o Banco Sol desde 2005. Ambos foram seleccionados pelo Governo para gerir 10 milhões de dólares cada.

Com duração de 15 dias, a formação beneficiou 43 quadros de 10 instituições entre as quais BPC, Development Workshop (DW), Banco de Comércio e Indústria (BCI), Novo Banco, Fonga e Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam). O curso serviu para o treinamento em micro-crédito e micro finanças.

2.9 Kwanza Norte: Camponeses com micro-créditos garantidos pelo BPC

Angop...24-09-06

Cinco milhões de dólares americanos estão garantidos pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) para financiamento à actividade agrícola, na província do Kwanza Norte, no âmbito do programa governamental de concessão de micro-créditos aos camponeses. Em declarações à Angop, em Ndalatando, o secretário da direcção executiva local da "UNACA - Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias", Luís Manuel, disse que estão agora a ser preparados e seleccionados os grupos de camponeses que beneficiarão do micro-crédito.

O financiamento começa a ser concedido a partir da época agrícola 2006/2007 que inicia em Outubro próximo, pontualizou, salientando a existência, até à presente data, de 46 grupos de camponeses já constituídos, como beneficiários, e que têm já abertas as respectivas contas bancárias.

Trezentos e sessenta camponeses, dos quais 119 homens e 241 mulheres integram os referidos grupos, cuja composição varia entre quatro a sete pessoas. Luís Manuel considerou impossível determinar o número de camponeses a serem contemplados com os micro-créditos, por tratar-se de um processo contínuo, onde o volume de beneficiários dependerá também da adesão dos próprios camponeses, ao programa.

O valor creditício a ser concedido a cada grupo de camponeses poderá variar entre os 100 e os mil e quinhentos dólares americanos, que deverão começar a ser reembolsados ao banco dezoito meses após a obtenção do financiamento.

Quanto ao tempo de duração do reembolso do dinheiro, Luís Manuel frisou que os beneficiários devolverão anualmente ao banco oito por cento do valor a receber.

Segundo o mesmo responsável, podem concorrer ao micro-crédito tanto camponeses organizados em associações ou em cooperativas agro-pecuárias, como produtores isolados.

"Embora que a sensibilização dos camponeses para adesão ao micro-créditos seja extensivo a toda a província, nesta fase inicial estão a ser constituídos grupos de beneficiários apenas nos municípios de Kazengo e de Kambambe", onde está presente o BPC.

2.10 Micro-créditos do Banco Sol beneficiam três cooperativas

Angop...25-09-06

Três cooperativas agro-pecuárias, do município do Caimbambo, 116 quilómetros da cidade de Benguela, beneficiaram de micro-créditos do Banco Sol, no valor de 32 mil e 825 dólares, visando a aquisição de material destinado à agricultura.

De acordo com o presidente da União das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias no Caimbambo, Mateus Catimba, beneficiaram dos micro-créditos as cooperativas de Cainamba, Nahulula e Pato II.

O responsável da Unaca explicou que o micro-crédito permitiu a aquisição de moto-bombas, moagens e gado para a tracção animal.

Segundo Mateus Catimba, o projecto de micro-créditos será extensivo a outras 53 associações de camponeses filiadas.

Por seu turno, 40 professores da circunscrição receberam igualmente daquela instituição bancária micro-créditos, cujo reembolso serão efectuados em 18 meses.

2.11 Administradora da Maianga apela ao combate de mercados ao redor das escolas

Angop...22-09-06

A administradora da Maianga, Genoveva Lino, exortou, hoje em Luanda, aos gestores de escolas a acabarem com os mercados defronte das escolas para proteger os alunos de doenças infecciosas, transmitidas pela ingestão de alimentos e água contaminada. "Não se deve permitir que haja mercados à porta das escolas, nem que os pais dêem dinheiro às crianças para se alimentarem na rua", afirmou a administradora na reunião de concertação sobre a Campanha de Desparasitação nas escolas primárias em que participaram gestores e directores de escolas públicas e privadas.

Solicitou aos participantes que colaborem com os administradores comunais e esquadras da polícia para acabar com os mercados em frente das escolas e aos encarregados de educação a prepararem o lanche dos filhos em casa.

Acredita que com a colaboração das famílias e directores de escolas muitos males que existem na sociedade angolana serão eliminados.

Recomendou aos directores a cumprirem com as instruções do Ministério da Saúde para proteger as crianças da contaminação da cólera e de outras doenças

por via da água e alimentos contaminados encontrados a venda na porta das escolas.

"Se não fizermos nada para impedir que haja mercados em frente das escolas estaremos a ser cúmplices de tudo o que faz mal à saúde dos menores", alertou, afirmando ser preocupação do governo que as crianças cresçam saudáveis e representem de facto o futuro da nação.

A campanha de desparasitação nas escolas públicas e privadas do ensino primário, em sete das 18 províncias do país, tem início no mês de Outubro e prevê abranger 950.000 crianças.

Na primeira etapa, a iniciativa, inserida no programa de promoção de saúde escolar dos ministérios da Educação e da Saúde, com apoio do Unicef, PAM e OMS, vai abranger as províncias de Cabinda, Zaire (dias 04 e 05), Uíge, Kwanza Norte (11 e 12), Bengo, Kwanza Sul (18 a 19 de Outubro) e Luanda (04 a 19 de Outubro).

Até Maio de 2007, a desparasitação vai estender-se em todas as províncias do país para prevenir a parasitose intestinal (lombrigas), reduzir os índices de parasitas nas crianças em idade escolar, através da sensibilização sobre os cuidados de saúde e manutenção da higiene nas instituições.

Para garantir que um maior número de crianças em idade escolar seja desparasitada serão realizados encontros com os encarregados de educação a fim de informá-los sobre os benefícios da administração do Albendazol e das consequências da parasitose intestinal. Um inquérito realizado em 2005 mostra que algumas crianças apresentam um índice de doenças parasitárias acima dos 50 por cento, constituindo um problema de saúde pública.

Segundo o inquérito, que abrangeu 1.500 crianças (dos cinco a mais de 10 anos) em 30 escolas do país, Angola apresenta uma taxa global de parasitose intestinal de 40 por cento.

Além da administração do Albendazol, (uma vez por ano nas províncias com menor incidência e duas nas mais afectadas), será acompanhada de campanhas de sensibilização sobre educação para a saúde. As crianças infectadas por parasitas intestinais têm o crescimento limitado, desenvolvimento intelectual baixo, incluindo mal-nutrição e anemia, tornando-se mais vulneráveis a outras infecções.

Estas doenças podem ser evitadas através do uso de água tratada, latrinas ou casas de banho limpas, lavar as mãos após o uso dos sanitários e antes das refeições, lavagem dos alimentos, entre outras medidas.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Sambo um reino esquecido

Terra Angolana...1ª Quinzena

Nesta edição vamos falar do reino do Sambo, poucas vezes mencionado na sua verdadeira dimensão. Fundado por volta de 1300 pelo Rei Lemba, originário de Nguenje no Bailundo, Sambo sofreu reves no seu desenvolvimento em 1914, quando o Rei Mandi, XVI de uma longa dinastia marcada por períodos de vacaturas reais, foi capturado pelo exercito colonial português, Feso e condenado a pena de morte, por sublevação armada, no Posto Forte do Sambo. A morte de dois enviados da coroa portuguesa, Cazoto e Amorim, dentro da área de jurisdição do rei terá determinado a sentença. Ambos foram executados quando reuniam condições para agruparem escravos.

De acordo com o Rei Cipriano Kaningui, contactado pelo Terra Angolana a morte do Rei Mandi abalou o reino que já acabava de sofrer uma pesada derrota militar em Kandumbu em 1902. Nesse ano um contingente militar português surpreendeu o quartel das unidades nativas que se situava numa grande gruta na famosa pedra do Kandumbu, tendo disparado repetidas salvas de canhão para o seu interior causando cerca de duas mil baixas. Entre as vítimas mortais estavam os comandantes Numa e Kandumbu Ko Vonya, este último exímio chefe militar local, que ao longo de muitos anos garantiu a estabilidade do reino ao inviabilizar a circulação militar portuguesa no troço Huambo/Bié, uma estratégia que vinha sendo executada desde o século XVIII por altura do reinado de Tchindemba, o Rei que rompeu o último acordo de cooperação comercial de escravos e borracha dos Nganguelas.

Segundo os ansiões do Sambo, Tchindemba interdiu a passagem dos portugueses que se faziam transportar de escravos e borracha através do reino por recear que esgotados tais recursos nas terras dos Nganguelas essas práticas passariam a ser exerci das no seu reino.

A repercursão das batalhas de Kandumbu foi decisiva para o respeito que os portugueses mantiveram a posteriori em relação ao reino, mas mesmo assim tudo fizeram para minimisar toda a epopeia, marcada de vitórias e derrotas, que muito ficaram a dever aos comandantes Kahenjengo, Kamunda keseke, Tchippia, da embala Morna e Tchimbindja de Etunda Kandjombo. Os portugueses mantiveram içada sobre a pedra de Kandumbu a sua Bandeira Nacional como sinal de vitória sobre o reino até a Independencia de

Angola, em 1975.

Falando desde o palácio real, Sua Magestade o Rei Kaningui manifestou a intenção de restaurar a grandeza original do reino do ponto de vista cultural, científico e económico, em toda a sua dimensão que segundo disse, sempre foi de Kutato até Kalai, no Ngove, de Kalima ao Mbave e Tchikala, passando depois pelo Dondi, Katchiungo e Tchinyama. " No passado os nossos Jovens guerreiros eram capazes de produzir aqui mesmo, o ferro de que precisavam tanto para fins económicos como para a guerra. Tivemos sempre uma economia estável. A nossa ceramica foi reconhecida além fronteiras. O meu reino nunca mendigou. Nós nunca fomos rotulados de salteadores, nem nunca admitimos que outros povos assaltassem os nossos domínios" defendeu o soberano do Sambo que se manifestou preocupado com a invasão do espaço cultural tradicional por certas ceitas religiosas." Nós fomos sempre religiosos. Acreditamos sempre nos nossos deuses e coabitamos com a religião cristã ao longo de muitos séculos. Preocupa-nos agora ver que algumas ceitas combatem nossos hábitos e costumes, como o nosso - Tchingandji." Lamentou.

O Rei do Sambo exortou finalmente à unidade do reino e ao respeito das autoridades CIVIS e militares do Estado de Angola a quem dedicou uma das mais expressivas canções tradicionais do Sambo em gesto de saudação para todos os reinos de Angola, que aqui transcrevemos: " Ewe, Kaytava oku Wu Yalela, Kaytava oku yalela, Vosambu vo Chimbanjaya eh, ongonga yonjila ka yitava oku yalela muli uti walio, Eh kaytava oku yalela, kaytava okuyalela vo Sambu ya Kambula Katende we, ongonga yele, ongonga yonjila kaytava okuyalela muli uti wayo. Literalmente significa que Sambo é terra para todos. Há uma árvore e um pedaço de terra para todos aqueles que no Sambo queiram viver, respeitando a sua autoridade que se exerce segunda a linhagem real.

Finalmente o Rei cantou "- Ayelele ndiluka hatunga ko Tchingolo. Ohokohoko yalonda vuti womanda we aye lele diluka hatunga Ko Tchingolo"- Quis o Rei, através desta canção convidar toda a gente de boa vontade a investir no Sambo como fez Tchingolo irmão de Sambo, ambos filhos de lemba quando se fixaram na terra com o mesmo nome, há mais de 500 anos. Diz a tradição que quando o Rei canta o reino prospera, há nesse ano boas chuvas, boas colheitas, pouca doença.

3.2 CICA elogia proposta para uma agenda nacional de consenso

Jornal de Angola...08-09-06

O secretário-geral do Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA), reverendo Luís Nguimbi, elogiou ontem a Proposta do MPLA para uma Agenda Nacional de Consenso, tendo afirmado que "o documento sela uma boa base de partida rumo à construção daquilo que todos querem do país".

Falando no Palácio dos Congressos, em Luanda, no final de um encontro entre delegações do MPLA e do CICA, o reverendo disse ter sido a primeira vez que teve um contacto com a proposta de agenda, mas da leitura rápida que fez e com as explicações que obteve durante a reunião concluiu ser "um documento muito importante e uma iniciativa que considera válida".

"O país se constrói com ideias e a própria terminologia 'Agenda Nacional de Consenso' nos impele a ver não também tem sido a preocupação e o reconhecimento do MPLA, ao chamar, junto de si, as outras forças visíveis do país, com vista à construção daquilo que é visão comum dos problemas que são comuns", disse.

Luís Nguimbi referiu ainda que a Proposta para uma Agenda Nacional de Consenso prova, também, que "o mundo de hoje já não se pode governar com cinco dedos colocados sobre o peito dizendo "eu disse e toda a gente deve seguir", Assinalou que "as ideias devem ser negociadas e discutidas",

Questionado sobre se o CICA não tinha algo a acrescentar à proposta, Luís Nguimbi disse que o documento precisava ainda de ser lido calmamente, tendo adiantado que só depois disso o Conselho de Igrejas Cristãs de Angola emitiria a sua opinião definitiva sobre o mesmo.

Reconheceu, entretanto, que a Proposta do MPLA para uma Agenda Nacional de Consenso era um documento trabalhado por "um partido de idoneidade reconhecida e por grandes intelectuais".

No final do encontro, as delegações do MPLA e do CICA emitiram um comunicado final, em que consideraram ser necessário o estabelecimento de mecanismos eficazes para a recolha de subsídios de outras organizações e forças políticas e de religiosos, com vista ao enriquecimento da Agenda Nacional de Consenso, que consideram um "instrumento de carácter programático para a concretização de um projecto comum dos angolanos, tendo como objectivo a edificação de uma sociedade justa e desenvolvida".

No comunicado, lido por Victória Isata, do MPLA, as duas delegações saudaram a fixação, pelo Governo, do período para a realização do registo eleitoral, tendo exortado igualmente ao envolvimento de todas as forças vivas na mobilização e sensibilização para o processo.

3.3 Fundação filantrópica ou verdadeiro contra poder

Folha8...09-09-06

Desde os primórdios do século XX que a humanidade se viu obrigada a viver uma "aventura" política que abrangeu todos os quadrantes do mundo, com uma excepção que talvez possa ser feita às sociedades, embrionárias ou não, que se tinham formado na Oceânia, nos imensos espaços situados à volta dos pólos, Norte e Sul

Angola não foge à regra capitalista da fuga para frente, ue consiste em criar angelicamente fundações extremamente poderosas com a função devidamente estabelecida por peritos em economia ao serviço do sistema capitalista, de tapar as suas horrendas carecas, precisamente essas a que nos referimos aqui atrás e que, no meu entender, são fatalmente geradoras de futuras guerras.

Angola não se encontra em situação económica de pré-falência, Angola é um país que está a renascer das cinzas (de várias guerras) e talvez venha a rivalizar dentro de médio prazo com o gigante Austral que é a África do Sul no ponto de vista de capacidades económicas. Em Angola há economistas talentosos, que sabem muito bem quais as maleitas que há no sistema capitalista, adoptado pelo governo do nosso país desde 1992. Mas, tal como os médicos alopatas de sofrível formação, esses novos economistas instruídos segundo os parâmetros ocidentais, digamos assim, sabendo que não podem curar as mazelas do sistema capitalista, criam antídotos de comprovada eficiência para sanar as mais penosas dores do povo miserável, mas sem minimamente curar o mal causador desse sofrimento.

Em Angola o desporto de massas, por exemplo, nomeadamente o futebol, o andebol e o basquetebol, intervêm no apaziguamento da sociedade angolana como autênticos anestésicos; as seitas religiosas inserem-se nessa acção de anestesiar dando razão a Marx (a religião é o ópio do povo); as festas comemorativas de tudo e de mais alguma coisa, as efemérides em honra da Glória da Pátria, as Maratonas dos Bairros periféricos e mesmo as da Baixa, e mais modernamente a Internat, a Parabólica, as novelas brasileiras, os jogos de tiragem à sorte, tipo Estrela da Felicidade, Luanda da Sorte e outras assim, não passam de reais pilares da sociedade de consumo na qual vivemos, ao mesmo tempo que são areia atirada aos olhos do povo para ele não ver e, se possível, nem sentir em que miséria vive. E foi também nesse sentido de minimizar o sofrimento do povo e correr ao socorro das profundas feridas causadas na sociedade pela gestão económica e política do nosso Governo, inspirada no capitalismo internacional, que nasceram as Associações de carácter social e as Fundações, dentre as quais a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) é deveras a flor

mais linda. O Folha 8 começa a partir desta edição a publicar uma série de artigos referentes a um texto de Christine Messian e um estudo aprofundado sobre o nascimento, as características próprias e o funcionamento da Fundação Eduardo dos Santos (FESA) assim como sobre a suis generis "privatização", Made in Angola, de tudo quanto era bem do Estado.

3.4 Autoridades avaliam situação social

Jornal de Angola...13-09-06

O governo da província de Cabinda reuniu recentemente em conselho provincial. Orientado pelo governador Aníbal Rocha, o órgão colegial do governo analisou vários aspectos da vida social e económica de Cabinda, a subida do preço do cimento e as alternativas existentes. Para ultrapassar a crise actual e evitar o aproveitamento inflacionista da situação por parte de alguns agentes comerciais e vendedores informais, a província vai receber nos próximos dias, por via marítima, mais de 250 mil toneladas de cimento. O tráfico de combustível e a transportação de cerveja por parte de portadores de deficiências físicas mereceu igualmente a atenção do executivo da província. A recuperação de madeira em Ponta Negra foi outro ponto analisado. O governo ficou satisfeito com os resultados alcançados neste domínio. Participaram da sessão directores provinciais, administradores municipais e outros gestores públicos.

3.5 Autoridades tradicional do chongorói recebem 81 motorizadas

Jornal de Angolana...13-09-06

O governador provincial de Benguela, Dumilde Rangel, procedeu, recentemente, a entrega simbólica de 81 motorizadas a regedores, sob as e séculos do município do Chongorói, no âmbito de um programa da Associação das Autoridades Tradicionais da região.

Segundo o governante, a entrega dos meios tem como propósito facilitar os beneficiários nas longas caminhadas que fazem, tanto no interior de Chongorói como noutras localidades da província.

"Estes meios vão atenuar a carência de transportes que as autoridades tradicionais enfrentavam no exercício das suas funções", sublinhou Dumilde Range

A associação prevê igualmente distribuir motorizadas a todos associados residentes na província de Benguela.

Em Chongorói, Dumilde Rangel inteirou-se do andamento de várias obras sociais, entre escolas, postos médicos, residências para professores, enfermeiros e administradores comunais, inscritas no programa bienal

de investimentos públicos 2005/06.

Antes do seu regresso a Benguela, o governador reuniu-se com as autoridades tradicionais a quem apelou para a mobilização da população a filiar-se em associações para facilmente resolverem os seus problemas, bem como a participar no registo eleitoral, com início previsto para Novembro próximo.

3.6 Conselho Municipal da Samba de Concertação Social reúne-se quarta-feira

Angop...19-09-06

O Conselho Municipal da Samba de Concertação Social reúne-se quarta-feira, em Luanda, para entre outros assuntos abordar a questão do regulamento interno deste organismo, criado a 29 de Agosto último. Sob orientação do administrador municipal, Mateus da Costa, o conselho vai neste seu primeiro encontro tratar de questões organizativas e formar grupos de trabalhos para as áreas de administração e finanças, assuntos sociais, culturais, obras públicas, segurança e protecção. Fazem parte do Conselho de Concertação, que tem como objectivo assegurar o nível de desenvolvimento económico e social, membros da administração municipal, da sociedade civil e entidades religiosas da área.

3.78 O país com mais melhorias na qualidade de governação em 2005

Angop...25-09-06

Angola é o país com pior governação do espaço de língua portuguesa, mas foi o que mais melhorias alcançou no ano passado, num "ranking" do Banco Mundial onde Portugal e Cabo Verde são os mais bem colocados dos "8".

O estudo "Governance Matters V: World Governance Indicators 1996-2005", que pontua quase todos os países do mundo em matérias que influenciam a qualidade da governação, revela alguns factos curiosos: Portugal tem o governo mais eficaz dos "8", Angola é o país onde há mais corrupção, e Cabo Verde é, entre os países africanos lusófonos e o Brasil, o país com maior estabilidade e Estado de Direito.

De 2004 para 2005 e de uma escala entre -2,5 (mínimo) e +2,5 (máximo), Angola melhorou em quatro dos seis indicadores estudados, sendo a excepção a "Voz e Responsabilização" (para -1,15 pontos) e "Qualidade do Ambiente Regulador", onde regista um ligeiro recuo, de -1,23 pontos para -1,24 pontos.

As mais significativas melhorias registaram-se na "Eficácia do Governo" (0,18 pontos, para -0,96 pontos), e no "Controlo da Corrupção" (0,11 pontos, para -1,09), com evoluções também positivas na "Estabilidade Política e Ausência de Violência" e "Estado de Direito".

Muito à frente está Cabo Verde que, Portugal à parte, é o mais bem colocado dos países lusófonos, em todas as matérias de governação.

No ano passado, registaram-se melhorias em três indicadores - "Voz e Responsabilização", "Eficácia do Governo" e "Estado de Direito" - e recuos ligeiros nos outros três.

A melhor nota do arquipélago é a estabilidade, onde recebe 0,88 pontos dos investigadores do Banco Mundial, a mais alta classificação de um país africano lusófono, ainda que no ano anterior tenha estado nos 1,09 pontos, ao nível da generalidade dos países europeus.

Moçambique merece uma menção positiva no estudo, no grupo de países que "fizeram progressos numa ou mais áreas de governação durante a última década", em que se inclui ainda Tanzânia, Gana, Botsuana, Nigéria e Senegal.

O elevado número de países africanos entre os que mais evoluíram na governação leva os autores do estudo a afirmar que o bom governo "não é um desafio exclusivo do mundo em desenvolvimento e os países que fazem reformas podem registar melhorias significativas na governação e na redução da corrupção num reduzido período de tempo, até mesmo menos de uma década".

Longe de merecer os elogios do Banco Mundial está a Guiné-Bissau, que no ano passado conseguiu piores notas em todos os indicadores, um dos poucos países a alcançar tal proeza, certamente devido à grande instabilidade política e militar que o país do Noroeste africano viveu nos anos mais recentes.

Com a "derrapagem" de 2005, a Guiné consegue a "distinção" de país lusófono com governo menos eficaz (-1,46 pontos, 0,22 pontos pior do que Angola) e onde o Estado de Direito menor força tem (-1,33 pontos), mantendo ainda assim uma nota positiva - na "Voz e Responsabilização".

Este indicador é o único em que o Brasil, maior país lusófono, registou melhorias no ano passado e também o único que mantém positivo.

Numa decepcionante evolução, em dois indicadores a pontuação manteve-se ligeiramente negativa, e agravaram-se as pontuações no "vermelho" em "Controlo da Corrupção", "Eficácia do Governo" e "Estado de Direito".

Moçambique conseguiu melhorias em apenas dois indicadores - na responsabilização e, particularmente, no controlo da corrupção, que registou uma melhoria

de 0,13 pontos, deixando de ser o pior do país, que mantém na estabilidade o único positivo.

Melhores evoluções registaram São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, que, das seis matérias avaliadas, melhoraram em metade.

São Tomé continua a merecer das melhores notas, entre os "8", no que diz respeito a estabilidade e responsabilização, que no ano passado conseguiu até melhorar, mas, paradoxalmente, também das piores, como na eficácia do governo ou no ambiente regulador. Em 2005, quando ainda nem sequer se fazia prever o conturbado ano em curso, Timor-Leste melhorou no ambiente regulador, Estado de Direito e controlo da corrupção, piorou nos restantes e teve uma só nota positiva - "Estabilidade Política e Ausência de Violência", o que nos próximos anos dificilmente se repetirá.

Mais fácil de prever, Portugal foi o único país entre os "8" que teve notas positivas em tudo, mas apenas conseguiu melhorar uma, a estabilidade.

A Voz e Responsabilização, que considera direitos políticos, civis e humanos, recebeu a mesma pontuação, e continuou a ser a melhor de Portugal, enquanto que nas restantes houve recuos ligeiros.

Os investigadores do Banco Mundial consideram na pontuação da "Estabilidade Política e Ausência de Violência" a probabilidade de mudanças ou ameaças violentas ao Governo, incluindo terrorismo, na "Eficácia do Governo" a eficiência da burocracia e qualidade da prestação de serviços públicos, e na "Qualidade do Ambiente Regulador" a incidência de políticas pouco favoráveis ao mercado.

O indicador "Estado de Direito", pondera a qualidade da execução dos contratos, da actuação da polícia e dos tribunais, incluindo a independência judiciária e a incidência de crime, e o "Controlo da Corrupção" o nível de abusos do poder político/público para benefício privado, incluindo a corrupção de pequena e grande dimensão (e detenção do poder pelas elites).

Artigo de Carlos Figueiredo na Cruzera da Sul



4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Educar para as eleições (V)

Terra Angolana...1ª Quinzena

Os angolanos, que se preparam para as segundas eleições gerais da sua história devem ter efectiva consciência do dever cívico que a democracia confere. No próximo pleito, não haverá tolerância para criminosos, aliás a Lei Eleitoral já estabelece as balizas de observação obrigatória que visam impedir descalotes, antes, durante e depois da corrida eleitoral. No artigo 77º da lei Eleitoral vem definido um conjunto de crimes e penas decorrentes da campanha e propaganda eleitoral. Daí a necessidade de se conhecer o que é legal e o que é ilegal porque a Lei não perdoa incáutos.

Além da euforia, a emoção, o fanatismo, próprios de um processo como é o das eleições, a difamação, a calúnia ou injúria da pessoa de outrem com o objectivo de denegrir ou manchar a imagem de um determinado partido político ou de um determinado candidato, são actos frequentes durante a campanha e a propaganda eleitoral. Tais actos, constituem infracções relativamente à campanha eleitoral, por isso acauteladas pela lei eleitoral.

As entidades públicas e as pessoas colectivas privadas devem prestar aos candidatos igual tratamento por forma a que estes efectuem livremente e nas melhores condições a sua campanha. A violação deste pressuposto constitui crime punível com a pena de multa de 100.000.00 Kuanzas à 500.000.00 Kuanzas. Aquele que durante a campanha eleitoral utilizar indevidamente o nome, a sigla ou símbolo ou denominação de candidatos ou quaisquer outros elementos identificadores de um partido, coligação de partido ou de um candidato, com a intenção de os prejudicar ou injuriar, é punido com a pena de prisão até um ano e multa de 50.000.00 à 300.000.00 Kuanzas.

O candidato, partido político ou coligação de partidos que, durante a campanha eleitoral usar, nas estações de rádio ou de televisão, expressões ou Imagens que constituam crime de difamação, calúnia ou injúria de outrem, e faça apelo a desordem, anarquia, insurreição ou incitamento ao ódio, à violência ou à guerra pode perder imediatamente o espaço de tempo de antena que restar para a campanha eleitoral em todas as estações de rádio e de TV, de acordo com a gravidade da infracção cometida, independentemente da responsabilidade civil e criminal que esteja prevista. Antes de decidir, a CNE comunica ao partido, coligação de partidos ou candidato, cons-tando a audição em resumo, a matéria

da infracção, sem prejuízo da possibilidade de o acusado responder por escrito dentro do prazo que lhe for indicado. Todo o indivíduo que impedir a realização ou o prosseguimento de reunião, cortejo ou desfile de propaganda eleitoral, organizados nos termos da lei e que destrua, rasgue ou por qualquer outra forma inutilize no todo ou em parte, ou torne ilegível o material eleitoral afixado em local legalmente permitido ou o desfigure ou coloque por cima dele qualquer outro material afim de o ocultar é punido com a pena de prisão até seis meses de multa de 25.000.00 à 150.000.00 Kuanzas e com pena de prisão até 3 meses e multa de 10.000.00 à 30.000.00 kuanzas conforme o caso.

4.2 Quatorze anos sem eleições

A capital...02-09-06

Finalmente, e depois de adiamentos sucessivos, lá conseguiu o Governo arranjar tempo para aprovar a resolução que estabeleceu o período para o registo eleitoral.

A notícia veio de um comunicado lacónico, saído da última reunião do Conselho de Ministro, que não deu muitos detalhes sobre essa tarefa e nem sobre outros aspectos relacionados com o processo eleitoral.

Mas, enfim, foi um passo.

Se calhar o foi mesmo o passo mais importante dado pelo Governo desde a aprovação, na sua totalidade, do pacote legislativo eleitoral, que foi seguido depois por uma profunda hibernação de que os órgãos que preparam as eleições só acordavam para dizer uma e outra contradição.

É bom que a primavera tenha finalmente chegado. Que o Governo acorde dessa profunda sonolência e parta, com a celeridade que o processo exige, para a implementação das tarefas que lhe compete, sem os adiamentos, sem as insuficiências e sem as evasivas de que já se habituaram os angolanos.

Tempo é que não faltou para preparar o processo. Há 14 anos, a serem completados dentro de algumas semanas, que Angola não realiza eleições multipartidárias. Embora nunca se tenha posta de parte esta hipótese, a verdade é que esse gigantesco tempo, equivalente a três legislaturas, com base na actual Constituição, ajudou a retirar da população, da sociedade civil e mesmo dos demais partidos políticos a confiança que havia sido depositada no Governo. Este também não ajudou, collocandose, na maioria das vezes, na condição de um mentiroso compulsivo que se serve de qualquer desculpa para justificar o que, para muitos, já é uma verdade que parece insofismável: a falta de vontade para avançar, com a celeridade necessária, para a contenda eleitoral.

Se a verdade não for esta, ainda há tempo para escl-

recimentos, para debates públicos, participativos e inclusivos susceptíveis de evitarem esse clima de desconfiança que, como uma infecção mortal, se vai espalhando aqui e acolá.

E o jornal A Capital dá o seu contributo para este fim. Começa, nesta semana, a disponibilizar espaços nas próximas quatro edições para que quem entenda do assunto ou mesmo quem tenha dúvidas possa apresentar as suas teses ou exigir esclarecimentos sobre matérias atinentes a todo o processo eleitoral.

Várias figuras, de elevado destaque na sociedade civil, apresentaram na edição que o leitor tem em mãos os seus pontos de vista, num exercício salutar que nos poderá devolver o orgulho perdido há 14 anos. Não basta dizê-lo, Angola precisa de dar mostras de que é, de facto, uma nação democrática, em que o povo escolhe regularmente os seus dirigentes e que estes são capazes de honrar todos os compromissos constitucionalmente estabelecidos.

Afinal, por aqui não há só petróleo e diamantes. Há também capital humano competente e consciente das suas obrigações e direito como cidadãos.

4.3 Como o povo encara as próximas eleições?

A Capital...02-09-06

Jeronimo Diogo, 42 anos

Motorista

É necessário que os próprios governantes definam e dêem a conhecer a data exacta para a realização das eleições, porque a perdurar esta situação o país continuará na desorganização em que se encontra mergulhado. As eleições devem ser realizadas, no mínimo, até 2008, com todas as condições criadas para o efeito. O político que vencer, por exemplo, nas presidenciais deverá dar continuidade ao processo de reconstrução do país e, acima de tudo, apostar mais na formação da juventude que, na realidade, demonstra grande vontade e capacidade para aprender. Espero que as próximas eleições tragam melhorias para toda a sociedade, sobretudo as mais necessitadas.

Aristides Castro, 22 Anos

Estudante Universitário

De facto é um acto muito importante e que deve ser acompanhado por inúmeras mudanças a nível da sociedade, sobretudo no que diz respeito a qualidade de vida das populações. Para mim, o país ainda não está preparado para a realização dessas segundas eleições, enquanto não se concluir todas as tarefas inerentes à sua realização. Quando se pretende atingir um objectivo há o engajamento de todos. Se até ao momento não conseguimos realizar todas as tarefas, penso que devemos aguardar por mais algum tempo.

Normalmente, as eleições têm sido acompanhadas de algumas evoluções. Vamos esperar para ver o que pode acontecer.

Guilherme Mampuya, 32 anos

Jurista

Acredito que é mais uma oportunidade dada a sociedade para escolher aquele que melhor tem capacidade para dirigir o país. A pessoa eleita terá a missão de cumprir com as necessidades do povo. Penso que os candidatos, quer nas presidenciais, quer nas legislativas, darão o máximo para convencerem os eleitores. Tendo em conta a realidade sociológica, acho que as eleições nem no próximo ano serão realizadas, talvez em 2008. Aconselho todos os partidos políticos a optar pela fraternidade antes de tudo.

Francisco de Almeida, 22 anos

Estudante

A data para a realização das próximas eleições só depende do nosso Governo. A tendência é sempre melhorar, sobretudo quando se fala das eleições, porque elas são encaradas como um factor importante para o melhoramento das vidas das populações. Mas só haverá melhorias se o partido eleito estiver a trabalhar conforme as suas promessas, porque os políticos prometem muito nas eleições, mas depois, quando eleitos, não cumprem na íntegra com o seu programa de campanha. Os pontos mais importantes para o desenvolvimento do nosso país são a educação e a saúde. E são, justamente, os pontos mais negligenciados.

4.4 Passos tímidos em direcção às próximas eleições

A Capital...02-09-06

Há sensivelmente catorze anos Angola, que acabava de sair de um longo período de guerra civil pós independência, vivia já a efervescência da primeira experiência eleitoral da sua história com o desenvolvimento da campanha eleitoral, abortada que foi a possibilidade de fazê-las e assim passar para a posteridade como o primeiro país da África Austral a realizar eleições livres e justas como estipulava o Acordo de Alvor assinado entre FNLA, MPLA e UNITA.

A caminhada até às eleições de 1992 não foi fácil e resultou de um conjunto de factos interligados que veio mudar não só a conjuntura nacional, mas o próprio panorama político, económico e social da África Austral.

Incertezas foram alimentadas, de certo modo, dada a falta de experiência e conhecimento da parte da população de processos eleitorais, mas a prática veio confirmar que os receios não se justificavam tanto

assim, pese embora o pesado clima que marcou a campanha eleitoral com ameaças veladas umas, e ostensivas outras, do maior oponente do MPLA e da UNITA.

Foi igualmente lamentável que neste imbróglio se perdessem vidas de pessoas, mas este clima veio catalizar ainda mais a participação maciça e ordeira da população nas eleições, facto muito apreciado pelo nível de educação cívica demonstrado pelos eleitores de todo o país, que via com esperança a possibilidade de viver num país pacificado e em franco desenvolvimento.

Portanto, o clima de tensão vivido na altura desencadeou esta participação em massa da população de todo o país, que foi, entretanto, defraudada pela acção dos políticos que voltaram a instrumentalizar os militares e embarcaram na aventura da guerra, uma vez mais com maior grau de destruição, dada a sofisticação do material bélico no teatro da guerra.

Quatro anos volvidos, precisamente, e extirpado o mal maior, como algumas mentes consideram, pensavase que o país entraria num ciclo mais estável de crescimento político, económico e social, o que se verifica de facto nalguns aspectos, mas naquele que comanda todo o desenvolvimento integrado do país o político -, não anda nada bem. A aprovação do 15 de Novembro como data do início do registo eleitoral, nem por isso galvaniza a sociedade para este grande momento da vida política nacional, mas uma fonte bem colocada na Comissão Nacional Eleitoral descreve assim o estado da preparação das eleições:

O REGISTO ELEITORAL VAI MAL

Das duas mil e 569 brigadas aprovadas para efectuar o registo, o Governo conseguiu constituir apenas 470. Muitos candidatos a brigadistas foram indevida e inexplicavelmente rejeitados. O plano logístico de apoio às brigadas não é conhecido.

O Governo não fez o registo em 2005 por causa das chuvas.

Decidiu fazê-lo agora, no tempo das chuvas, de 15 de Novembro de 2006 a 15 de Junho de 2007. Pelo menos apanha um mês de tempo seco. Talvez seja necessário criar-se um segundo período de registo, de Julho a Agosto, como prevê a lei, para garantir que todos se registem. Se todas as brigadas estiverem em funcionamento em Maio, e se houver boa organização e respeito pela cidadania igual de todos, será possível potenciar a ausência das chuvas no cacimbo e assegurar que todos os potenciais eleitores se registem.

A «solução tecnológica» concebida pelo consórcio dirigido pelo ex-chefe da Direcção de Reconhecimento e Informação dos Serviços de Inteligência Militar (SIM), General Ita, contratado para o efeito pelo Governo, inclui uma combinação bizarra de recolha e armazenamento digital de dados, em discos ou pen drives e o seu transporte de forma artesanal, manual,

comuna a comuna, até Luanda.

Os partidos políticos e a CNE recomendaram a criação de um sistema de Intranet para a transmissão segura dos dados e a salvaguarda da integridade dos cadernos eleitorais. É necessário que tal sistema esteja operacional em Setembro e seja testado, antes de Novembro.

COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL TRABALHA COM OS OLHOS FIXOS EM 2007

A Comissão Nacional Eleitoral continua a trabalhar no seu cronograma de actividades visando dotar os seus órgãos de capacidades eleitorais permanentes.

A sua meta imediata é a criação de condições logísticas, psicológicas e técnicas para a realização de eleições gerais em 2007.

As actividades recentes dos seus órgãos executivos incluem a instalação de um sistema próprio de comunicações cobrindo todos os círculos eleitorais; o levantamento dos potenciais locais para o funcionamento das mesas das assembleias de voto; a elaboração das normas e procedimentos para a supervisão do registo eleitoral; a concepção das diversas etapas do programa de educação cívica para o acto eleitoral; o levantamento das necessidades técnicas e logísticas para o acto eleitoral e a elaboração do orçamento eleitoral indicativo para 2007.

Após quatro de paz, um crescimento do PIB superior a 18%, e com as reservas internacionais superiores a US\$ 4.1 biliões, o angolano comum continua a viver com menos de 2.00 (dois euros) por dia e continua a ver o seu direito universal de escolher o seu Governo negado.

4.5 O acordar de uma oposição "louca" por eleições

Angolense...02-09-06

Tudo leva a crer que o Fórum de Concertação venha a ser criado dentro de uma semana, altura em que todos os representantes de partidos da oposição sediados em Benguela estarão reunidos para um ampla discussão sobre o assunto, desta feita na presença do PRD, ausente do encontro preliminar realizado há sete dias.

Embora as fomes por nós contactadas não tivessem dado muita relevância ao facto, o certo é que o apoio dos EUA para a marcação de eleições surge como que "um alento para a necessidade de uma estrutura que discuta questões inerentes ao evoluir da situação política, estando o processo eleitoral no centro das atenções".

O Angolense soube que esta estratégia está a ser acompanhada a risca pelas estruturas centrais destes partidos no âmbito da sua ainda "túmida" campanha que visa pressionar o Presidente José Eduardo dos Santos a definir já um calendário eleitoral.

É certo que esta estrutura, que também poderá ser designada Concelho de Concertação, vai tratar de outros aspectos, muitos dos quais ligados ao quadro social e económico da província, mas o sempre actual debate em torno das próximas eleições, como resultado do apoio da toda poderosa América, será prioridade.

Aliás, o facto de o MPLA, enquanto partido no poder, não ser tido nem achado para um Fórum que se propõe debater questões sobre a vida da província em vários domínios ilustra apenas que tudo tem a ver com uma estratégia assente numa ofensiva para as segundas eleições gerais no país, afiançou fonte conhecedora do processo. "A intervenção da América surge como que um balão de oxigénio", resumiu. Contactado pelo Angolense, o secretário provincial da UNITA, Victorino Nhany, disse que a oposição ainda não decidiu se enquadra ou não o MPLA neste Fórum ou Concelho de Concertação.

Na conversa com o político, ficou claro que é mais do que provável estarem representados líderes religiosos, mas tudo ficará definido daqui há uma semana.

De resto, Victorino Nhany disse que esta estrutura vai abordar, sempre que a situação exigir, aspectos como a consolidação da reconciliação nacional, a dinâmica eleitoral, recolha de armas em posse da população e outros não menos importantes. "Para já, é dispensável a presença do MPLA, mas mais tarde, já com o órgão criado, é possível que venhamos a rever a nossa posição", disse a fonte, para mais adiante reconhecer que existem fortes probabilidades de uma abertura para a Igreja.

Convidado a emitir um pronunciamento sobre a posição norteamericana, o secretário da UNITA em Benguela afirmou que "o país precisa de eleições, a Assembleia Nacional está caduca e que este apoio vem beneficiar a democracia".

4.6 Brincar as eleições

Agora...09-09-06

Não ocorrendo novas eleições em 2007, como admitem muitos observadores e analistas da política angolana, não se deverá perguntar se a brincadeira não tem hora?

Na nossa edição de 24 de Junho avançamos, em primeira-mão, que as próximas eleições legislativas poderiam realizar-se, o mais tardar, em Julho do próximo ano e que o registo eleitoral deveria iniciar a 15 de Setembro. Volvidos menos de três meses, veio a terreiro o ministro da Administração do Território alterar, uma vez mais, todas as expectativas ou cenários admissíveis. A começar, desde logo, pelo facto de o registo eleitoral apenas iniciar a 15 de Novembro próximo, como revelou Virgílio de Fontes Pereira nesta última terça-feira, 5.

Na sua bem conseguida e habitual retórica, o também

coordenador da Comissão Intermínisterial para o Processo Eleitoral (CIPE) assegurou que o registo eleitoral apenas estará concluído a 15 de Junho de 2007, dentro de aproximadamente nove meses. Tantos zig-zagues consecutivos acabam por já não espantar, dado há muito se ter enraizado na opinião pública a ideia de que se está perante manobras dilatórias para prolongar o prazo das eleições em função do aceleramento das obras chinesas para o brilha-fite do corta fitas eleitoral. Este "filme" há muito foi visto exibido, razão pela qual a describilização do próximo pleito eleitoral será já um dado adquirido com o absentismo a poder constituir o seu pior adversário.

A Virgílio de Fontes Pereira não se pode, em abono da verdade, endossar todos os "atrasos naturais" relacionados com a organização do processo eleitoral, mas a verdade é que ele não pode ignorar as suas responsabilidades políticas, expressão que aparece arredada do exercício da governação em todo este "nó gordio" por desatar à volta das eleições. Que, de tão badaladas, parece já não entusiasmar o potencial eleitoralado.

Não se podendo ignorar a incontrolável margem de manobra como que o regime gere esta gestação eleitoral, não é menos verdade que a sua credibilidade desde há muito vem tocando na pauta do menor, não apenas em termos da chamada comunidade internacional.

Segundo o coordenador da CIPE, as diferentes fases do processo eleitoral "poderão estender-se para finais de 2007, a data da realização do pleito eleitoral, mas competirá à CNE apresentar os resultados ao Chefe de Estado, que deverá consultar o Conselho da República".

Lapalassadas sobejamente conhecidas que, contudo, não podem fazer esquecer que o Presidente Eduardo dos Santos havia prometido, na sua mensagem de Ano Novo de 2004, que os angolanos iriam novamente a votos ainda este ano. E ainda que estejamos perante lapsos de memória, seria um muito mau conselho mergulharmos numa amnésia colectiva. Até porque já vivemos quarto anos e seis meses desde que, em definitivo, as armas se calaram.

Garantiu Virgílio de Fontes Pereira que, nos próximos dias, começará a formação dos brigadistas eleitorais que termina a 4 de Novembro. Não convém ao ministro perder de vista que são afirmações públicas que encerram um compromisso público, ficando publicamente desqualificado se, volvidos alguns tempos, desse o dito pelo não dito. É que, convenhamos, disso também andam farto os angolanos. Que exista aquele mínimo de serenidade no meio de todo este "regabofe", quando ainda nem se quer está definido se se fará o registo eleitoral dos angolanos no estrangeiro. "Gigi", de resto, voltou a falar em eleições gerais

deixando pressupor, como é óbvio, que as legislativas e presidenciais serão simultâneas. Não assim ocorrendo, como admitem muitos observadores e analistas da política angolana, não se deverá perguntar se a brincadeira não tem hora?

4.7 Tudo aponta para lá de 2008

A Capital...09-09-06

As eleições gerais em Angola andam atreladas aos discursos contraditórios do triunvirato, Presidência da República, CIPE e CNE que de todas as maneiras tentam torner uma verdade e lançar areia aos olhos dos cidadãos

Era razoável a constatação de que as eleições tinham de ser bem preparadas, para que uma grande franja da população votante de Angola tivesse acesso a este direito inalienável de escolher os seus governantes, mas tudo indica que não será assim tão brevemente.

A mais recente declaração do ministro da Administração do Território e coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, segundo a qual as eleições, a terem lugar no próximo ano, não serão realizadas em tempo seco mas no momento recíproco é corolário do atabalhoamento discursivo em que se vem incorrendo tanto através da CIPE como outras instituições.

A sociedade está toda recordada que a questão do período chuvoso alimentou a polémica sobre a viabilidade ou não do registo eleitoral ainda em 2005 e a conclusão a que se chegou foi que ele [o registo eleitoral] deveria ser feito num tempo rigorosamente seco.

Espanta agora que o Governo já admite que o pleito eleitoral possa vir a ter lugar no tempo chuvoso, mesmo sabendo das suas graves implicações sobre todo o processo, levantando-se aqui a questão da coerência das pessoas que estão à frente da gestão e implementação dos actos que levarão à escolha dos representantes no parlamento e do Presidente da República.

Ao Presidente da República, de uma maneira genérica, compete a responsabilidade de definir a orientação política do Estado, processo que passa pela cíclica organização de eleições sob o incómodo de ter de se conformar a crítica sobre uma alegada usurpação do poder legítimo conferido aos eleitores, como alias e comum dizer-se por estas paragens.

E esta é uma questão respaldada, de resto, na Lei Constitucional que no seu articulado estabelece as condições em que o PR tem de fazer a normalização institucional, dado que já falhou à promessa de realizar as eleições este ano. Mas o anúncio da data do início das eleições aprovada pelo Conselho de Ministros não foi acompanhada de um plano de gestão de riscos que

pudessem permitir uma percepção dos passos a seguir para que as eleições tenham mesmo lugar sem mais constrangimentos e assim evitar o entendimento de que o executivo quer queimar o próximo ano, estribando-se na polémica questão do registo dos eleitores não se poder fazer no tempo chuvoso, arrastando-se, por isso, todo o processo.

A sociedade se tem questionado sobre o tempo, longo por sinal, comparado com a experiência de 1992, em que só foram precisos três meses para registar os votantes angolanos.

A experiência africana mostra que África do Sul registou 18 milhões de eleitores em três fins de semana, a Nigéria mais de 50 milhões de eleitores em oito semanas, a República Democrática do Congo registou os seus eleitores em menos de seis meses e Angola, se tiver vontade política, pode fazer o mesmo.

4.8 Formação dos brigadistas retardou registo eleitoral

Semanário Angolense...09-09-06

O processo de selecção e formação de brigadas e brigadistas foi o principal «handicap» para o início do registo eleitoral, cujo arranque esta previsto para o próximo dia 15 de Novembro e o término a 15 de Junho de 2007, segundo informações avançadas pela Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE). Na visão do responsável máximo desta comissão, Virgílio Fontes Pereira, igualmente ministro da Administração do Território, «a qualidade, lisura e objectividade do processo depende do nível de formação dos brigadistas».

Os indicadores em termos de qualidade estiveram longe das pretensões. Por exemplo, após a triagem chegou-se à conclusão que a média de pontuação a nível de cultura geral esteve entre os 62 por cento, com províncias como o Cunene e Kuando-Kubango com resultados cifrados entre os 42 e 38 por cento, respectivamente. Professores e estudantes constituem mais de 50 por cento dos recrutandos, dos quais somente 20 por cento possuem conhecimentos de informática, uma ferramenta que deverá ser bastante usada durante o processo de registo. «Podemos dizer que estes dados fazem transparecer as dificuldades que representam os 57.327 inscritos para a gestão do processo», informou o coordenador da CIPE.

Entretanto, além das dificuldades psicotécnicas, a CIPE debate-se com problemas de transportação, algo evidenciado durante a fase de recrutamento, em que muitos inscritos, maioritariamente oriundos das comunas mais recônditas no interior do país, tiveram de caminhar centenas de quilómetros a pé. Estes e outros aspectos fizeram com que a comissão e o Ministério da Administração do Território dividissem o país em cinco

zonas, entre as quais a Norte (que engloba as províncias de Cabinda, Zaire e Uige), Centro Leste (Lundas Norte e Sul), Centro (Huambo, Bié e Benguela) e Sul (Huila, Namibe, Kuando-Kubango e Cunene).

Apesar dos percalços, o Governo, segundo garantiu o ministro Virgílio Fontes Pereira, pretende encerrar, numa primeira fase, o processo de registo eleitoral no dia 15 de Junho do próximo ano, com um interregno de aproximadamente 30 dias (entre 15 de Dezembro e 15 de Janeiro) devido à quadra festiva. Os resultados do registo, nomeadamente a publicação dos cadernos eleitorais, serão apresentados no segundo semestre de 2007, o que leva os observadores a temerem que o sufrágio possa transitar para 2008 devido às complicações climatéricas que hão-de sobrevir.

«Ao Governo compete tratar da organização do processo eleitoral e aprontar o produto da sua acção. Compete à Comissão Nacional Eleitoral e aos partidos políticos se naquela data e perante o cumprimento do calendário podemos ainda ou não realizar o pleito em 2007», referiu o ministro da Administração do Território.

Se a data das próximas eleições ainda não é uma certeza, certo é que o transporte das informações e outros dados relativos ao registo e o pleito eleitoral serão feitos por meio de disquetes e cd's, um expediente que foi reprovado taxativamente por muitos círculos da oposição e da própria sociedade civil que defendem um sistema intranet para melhor controlo. O governante, que falava numa conferência de imprensa realizada esta semana, garantiu que «seria muito difícil a operacionalidade de um sistema on-line em todo o país e prova concreta é o bloqueio que existe muitas das vezes no sistema do Ministério das Finanças».

Segundo ainda o coordenador da CIPE, as suspensões provenientes de alguns sectores deriva da pouca organização dos próprios partidos políticos, que deviam preocupar-se mais com a formação dos seus fiscais. Por outro lado, «Gigó» atirou-se igualmente contra as ONG'S, algumas das quais entraram em Angola com um certo objecto social e hoje viraram-se para o campo da formação eleitoral, disto receando algumas vezes o conteúdo das informações que deviam transmitir aos potenciais eleitores. Alguns deles dizem que o registo só pode ser feito com bilhetes de identidade, quando há outros documentos que podem ser utilizados.

4.9 Oposição quer conhecer calendário eleitoral

Folha8...16-09-06

Um grupo de cinco forças políticas da oposição lamentou à 08 que ainda não seja conhecido o calendário eleitoral que culminará com a realização das próximas eleições. "Os partidos políticos da oposição estão preocupados com o facto de o governo não saber para onde conduzir o país, uma vez que os angolanos desconhecem o calendário eleitoral depois da conclusão do processo de registo dos eleitores", refere um comunicado divulgado em Luanda, a que Folha 8 teve acesso. O comunicado, subscrito pela UNITA, FNLA, PDP-ANA, FpD e POC, foi apresentado aos jornalistas no final de uma reunião com a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE). Neste documento, os partidos signatários anunciam a intenção de solicitar "imediatamente" uma audiência com o presidente, José Eduardo dos Santos, para discutir as datas para a realização das eleições presidenciais, legislativas e autárquicas. Segundo este grupo de forças políticas da oposição, existe uma grande "ansiedade" entre os cidadãos angolanos, alegadamente provocada pelo desconhecimento do calendário eleitoral que culminará com a realização das próximas eleições, reafirmando, por outro lado, as críticas que têm vindo a ser feitas à solução tecnológica adoptada para o recenseamento eleitoral, lamentando que não seja utilizada "uma solução mais rápida", com recurso à Internet. Em causa está o facto dos dados recolhidos pelas brigadas de recenseamento terem que ser transportados em mão para as sedes municipais e provinciais. Foi também crítica da a decisão do governo suspender o processo de recenseamento eleitoral durante um mês, entre 15 de Dezembro e 15 de Janeiro. "Não faz sentido que os elementos das brigadas percam um mês de trabalho para gozarem férias apenas depois de um mês de trabalho", refere o comunicado. O governo anunciou recentemente que o registo eleitoral começa a 15 de Novembro e prolonga-se até 15 de Junho, sofrendo uma interrupção durante a quadra natalícia.

No final do encontro, o ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, coordenador da CIPE, desvalorizou as críticas, frisando que a reunião foi "positiva" e permitiu que os partidos da oposição fossem informados sobre o processo eleitoral. Nesse sentido, manifestou a intenção do governo proceder aos esclarecimentos solicitados pelos partidos para que fiquem "devidamente informados sobre o que o governo está a fazer para o bem do processo eleitoral em curso".

4.10 ONG'S barradas na educação cívica eleitoral

A Capital...16-09-06

A CIPE não tolera intrusos e está disposta a pôr de sentido as organizações não governamentais que querem intervir no processo de educação cívica para as próximas eleições. Virgílio de Fontes Pereira não só já anunciou a intenção como no terreno as coisas já funcionam e a Okutiuka, uma ONG que trabalha no Lobito com crianças de rua esta aí atestar.

Duas coisas se podem inferir no que ao processo eleitoral diz respeito: o Governo tem um efectivo controlo do mesmo e pode, a mercê da sua vontade, direccionar o seu curso com vista a atender os seus desígnios e pode estar a desenhar aquilo que os partidos políticos consideram ser a preparação da fraude eleitoral.

Este semanário apurou de fonte segura que, depois de ter proibido a organização não governamental Okutiuka, sediada na cidade do Lobito, na semana passada, de apresentar um documentário político sobre a experiência eleitoral do Brasil Moçambique e ainda o sistema judiciário brasileiro assim como a realidade política de vários outros países do mundo, a Polícia naquela cidade decidiu proibir a exibição do mesmo e houve mais uma acção proibitiva esta semana.

Com efeito, a Polícia voltou, na última terça-feira, a irromper no espaço onde estava marcada a exibição destinada a um grupo restrito beneficiário de formação em matéria de registo eleitoral, para proibir a apresentação de um documentário inteiramente elaborado em Angola por um consórcio brasileiro-alemão que retratou a realidade nacional, socorrendo-se de várias experiências eleitorais.

Tanto quanto se sabe é que a actividade teve o respaldo das autoridades locais e contou com a cooperação da própria Comissão Provincial Eleitoral, cujo presidente, disse a fonte, não tugi nem mugiu quando a Polícia apareceu na sala para interromper a exibição do referido documentário que mais não tinha o propósito de formar os jovens lobitangas sobre o processo eleitoral.

Seja qual for a motivação, a intenção e a vontade dos jovens que beneficiaram do processo formativo realizado pelo consórcio brasileiro-alemão, Busmédia, a verdade é que não há qualquer respaldo legal para as autoridades policiais tomarem uma tal posição.

Aliás, parece haver uma sintonia clara entre os intervenientes mais importantes do processo eleitoral que, como já a oposição veio a terreiro denunciar, concorre uma vez mais para uma evidente fraude eleitoral.

No último pronunciamento do ministro da Administração do Território e coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral, Virgílio de Fontes Pereira, ficou claro que o executivo

tem o efectivo controlo do processo eleitoral, não se percebendo as razões porque o mesmo não é assim tão clarificado como a sociedade e a oposição política exigem.

Mais palavras menos palavras, o ministro "Gigi" foi peremptório em afirmar que algumas ONG's constituíram-se não com o propósito de intervir na área das eleições e agora estão engajadas em actividades que não constam do seu objecto social como é o caso do processo eleitoral e, por isso, não podem estar a falar deste importante acto político.

Ora, duas questões se colocam sobre as quais vale a pena reflectir: sendo consabido que a experiência eleitoral de 1992 teve repercussões negativas sobre a sociedade angolana, porque não permitir que a sociedade tenha contacto com experiências eleitorais que nos possam servir de exemplo, sendo que estas vêm de países com a mesma trajectória política que a de Angola, no caso de Moçambique, que já acumulou um grande saber fazer eleitoral.

Ideias como a infiltração de agentes ao serviço do Governo nos órgãos que vão reger e conduzir as eleições não faltaram entre os presentes.

É que o processo eleitoral exigira de todos os actores, entre os quais se encontram as organizações da sociedade civil, um grande empenho para a execução das tarefas que às eleições dizem respeito, não se compreendendo que agora o Governo venha a emperrar uma acção da sociedade civil que concorre para a educação cívica e eleitoral, de um certo modo.

Parece que as mesmas não ficarão a distribuir alimentos pelos refugiados e deslocados ad eternum, porque este estatuto aos poucos vai desaparecendo e elas precisam de redireccionar as suas actividades para outros campos em que a população tenha necessidade de apoio e as eleições e um destes casos.

4.11 Aberto curso de formação de brigadistas para o registo eleitoral

Angop...19-09-06

A primeira fase do curso de formação de brigadistas para o registo eleitoral, a nível da província do Zaire, iniciou hoje, com a participação de 113 formandos. Organizada pela Comissão Executiva Provincial Eleitoral o curso transmitirá conhecimentos que vão garantir o funcionamento das brigadas previstas para a primeira fase do Registo Eleitoral.

Com duração de dois meses, o encontro abordará matérias como o papel e a responsabilidade da brigada no Registo Eleitoral, fundamentos jurídico-legais do pleito e a Lei do Registo Eleitoral e o seu regulamento. A Solução Tecnológica Eleitoral, atendimento aos cidadãos, educação cívica, conduta do brigadista,

organização e funcionamento das brigadas, desminagem, papel dos partidos políticos e sociedade civil, são outros temas a serem administrados. Na ocasião, o coordenador da Comissão Executiva Provincial Eleitoral, Eduardo Ramos Jarzinho, sublinhou a importância do curso na preparação das próximas eleições, apelando aos formandos para acatarem as matérias a serem ministradas.

4.12 Formação de brigadistas eleitorais arrancou hoje

Angop...20-09-06

Cinquenta brigadistas eleitorais da província do Cunene iniciaram, hoje na cidade de Ondjiva, a primeira fase de formação para o registo eleitoral, promovido pela comissão executiva local para o processo de eleições. No evento que vai decorrer durante dois meses, os participantes serão dotados de conhecimentos sobre a lei e o regulamento do registo eleitoral, papel e responsabilidade da brigada, fundamento jurídico-legal do processo e do decreto sobre a estrutura orgânica para execução do registo.

Educação cívica para o registo eleitoral, responsabilidade do brigadista, normas do código de conduta do brigadista, processo de desminagem, informática básica, solução tecnológica, gestão e operação dos equipamentos, regulamentos aplicáveis e métodos, fazem igualmente parte das matérias a serem leccionadas.

Ao discursar no acto de abertura, o vice-governador para a esfera económica e produtiva, Jerónimo Haleingue, disse ser uma fase imprescindível ao processo preparatório, pois vai capacitar aqueles que directamente estarão engajados no registo, acto através do qual o cidadão adquire o estatuto de eleitor, habilitando-se a participar nos diferentes exercícios de voto.

De acordo com o governante, o processo de formação vai facilitar vai conceder maior eficácia ao trabalho dos brigadistas, pois o registo constitui uma fase fundamental na preparação do pleito. Essa razão faz com que seja feito com clareza, transparência e imparcialidade por forma a não comprometer a sua finalidade.

Jerónimo Haleingue informou que para o registo eleitoral no Cunene a província foi fixada a cifra de 105 brigadas, numa composição de sete pessoas por cada grupo que serão seleccionadas entre os 210 candidatos após a formação.

Assistiram ao acto de abertura, representantes do consórcio técnico eleitoral para região Sul, membros do governo da província, autoridades tradicionais e eclesiásticas, brigadistas entre outros convidados.

4.13 OMA sensibiliza população sobre registo eleitoral

Angop...21-09-06

A Organização da Mulher Angolana (OMA) no Bié, está a trabalhar desde Agosto último, na sensibilização da população para aderir o registo eleitoral, previsto para Novembro e pressuposto para exercer o voto na escolha do futuro presidente e dos representantes no Parlamento.

Em declarações à Angop, a secretária da OMA na região, Sabina Napole, informou que a sua organização está a desenvolver este trabalho em todos os municípios da província, com vista a sensibilizar os cidadãos local, sobretudo a camada feminina. De acordo com a responsável, a sensibilização visa esclarecer a importância do registo eleitoral para um país e para cada cidadão em idade de exercer o direito de voto, pois trata-se de um exercício democrático, onde as pessoas livremente preferem os seus representantes.

Deu a conhecer que a par da sensibilização sobre registo eleitoral, a OMA tem realizado encontros sobre educação cívica e moral.

Referiu que o início da formação dos chefes de brigadas e brigadistas, em curso em todo país, demonstra a vontade do governo e dos organismos envolvidos para a realização do escrutínio.

4.14 Defendido envolvimento da comunidade na campanha de educação cívica eleitoral

Angop...21-09-06

O governador provincial do Kwanza Sul, Serafim do Prado, considerou hoje pertinente o envolvimento de todas as forças vivas do país na campanha de educação cívica eleitoral, visando uma participação massiva da população no próximo pleito.

Em declarações à Angop, o governante referiu que os cidadãos mais esclarecidos deverão despertar os outros, de maneira que todos percebam a necessidade do registo eleitoral e do exercício do voto.

"A mensagem deve ser transmitidas nas comunidades, aldeias, bairros, igreja e escolas" disse

Durante uma ronda efectuada pela Angop, os cidadãos do Kwanza Sul manifestaram-se favoráveis a realização destas campanhas, envolvendo as organizações cívicas.

Maria Teresa, funcionária pública, referiu que a campanha vai permitir um entendimento melhor por parte dos cidadãos sobre a importância do sufrágio.

"Temos de criar simpatia pelas eleições como um direito dos cidadãos para o exercício da Democracia", frisou Fernando Bunda, estudante.

João Alfredo, mecânico, é de opinião que esta tarefa deverá ter maior incidência nas comunidades rurais, para eliminar qualquer receio.

A campanha de educação cívica inicia em Outubro próximo, estando o arranque da registo eleitoral marcado para Novembro.

4.15 FNLA inicia segunda fase da formação de agentes eleitorais

Angop...24-09-06

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) inicia a partir do dia 3 de Outubro, em Luanda, a segunda fase da formação de agentes eleitorais e identificações de fiscais de registo eleitoral para o próximo pleito, revelou hoje à Angop o delegado provincial, Ndonga Nzinga.

De acordo com o programa, disse Ndonga Nzinga, terão início cursos intensivos de instrutores que se responsabilizarão pelo processo de formação de cinco mil agentes eleitorais, nas 18 províncias que compõem a divisão político-administrativa do território nacional. Fez saber que, desde o princípio do ano, foram formados, ao nível de Luanda, 800 agentes eleitorais, distribuídos pelas nove circunscrições da província. "Quanto a identificação dos fiscais que irão às brigadas de registo fiscalizar o processo, a lista deverá ser entregue, até 31 de Outubro, ao Gabinete Provincial Eleitoral", segundo explicou, tendo acrescentado que a intenção é colocar dois elementos em cada uma das brigadas previstas.

Por outro lado, anunciou para o mês de Outubro o início das assembleias de balanço e renovação de mandatos dos comités comunais e de bairro, em Luanda a nível deste partido.

No dia 7 de Outubro, de acordo com ele, prevê-se a realização de uma assembleia de balanço da "operação células activas", iniciado a mais de 15 dias nos nove municípios da província, que vai contar com a presença do líder histórico da FNLA Álvaro Holden Roberto, já em Luanda.

De recordar que Holden Roberto esteve vários meses no exterior por motivo de doença.

4.16 Governo pede apoio para eleições à comunidade internacional

Jornal de Angola...29-09-06

O Governo angolano apelou hoje à comunidade internacional no sentido de prestar o seu apoio ao processo eleitoral, em preparação, com meios financeiros e materiais.

O apelo foi feito em Luanda pelo coordenador da Comissão Inter-ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, num encontro com embaixadores e representantes das Agências das Nações Unidas em Angola.

O encontro destinou-se a informá-los sobre as tarefas inerentes à preparação e realização das próximas eleições, já executadas até ao momento, bem como as acções agendadas.

Segundo o governante, o absentismo poderá ser o principal adversário dos partidos políticos nas próximas eleições, caso não se efectue uma mobilização social responsável e séria, capaz de cativar as pessoas com capacidade de eleger a registarem-se, para poderem exercer o seu direito de cidadania.

Neste sentido, precisou que a campanha de educação cívica para o registo eleitoral, cujo lançamento oficial está previsto para o dia 3 de Outubro, afigura-se como uma das tarefas mais preponderantes do processo, para a qual apelou a intervenção dos embaixadores e de todos os actores políticos e sociais.

Aos embaixadores, Virgílio de Fontes Pereira pediu essencialmente apoios financeiros, fornecimento de tendas, contentores, medicamentos e outros bens para acudir aos brigadistas.

Porém, o também ministro da Administração do Território recordou que a legislação angolana impõe a abrigatoriedade dos apoios para as tarefas eleitorais carecerem de uma informação prévia à Assembleia Nacional, por parte da entidade doadora.

De igual modo, aclarou que a campanha de educação cívica tem regras e aqueles que desrespeitarem os princípios informadores do processo eleitoral no âmbito da uniformidade poderão incorrer em responsabilidade criminal.

Durante cerca de uma hora, o governante prestou informações detalhadas sobre aspectos relacionados com a recalendarização do programa de registo eleitoral, recrutamento dos primeiros brigadistas, já em formação, organização da logística, bem como a campanha de educação cívica.

No final do encontro, o embaixador do Brasil, Marcelo Vasconcelos, disse à imprensa que o encontro foi bastante útil e de extrema gentileza do Governo angolano em prestar esclarecimentos sobre o processo eleitoral, assegurando que o seu país poderá prestar algum apoio necessário. Por sua vez, a embaixadora da Côte d'Ivoire, Gnahoret Anne, sublinhou que este tipo de encontro denota transparência do processo, recordando que grande parte dos conflitos em África resultam da má organização das eleições.

Quarta-feira, Fontes Pereira também reuniu-se, em Luanda, com representantes de ONG nacionais estrangeiras, com quem abordou questões sobre a campanha de educação cívica para o registo eleitoral.

A estes, o govenante advertiu que o sucesso das eleições gerais no país passará pelo empenho dos partidos políticos e das ONG angolanas, relativamente à mobilização e sensibilização dos eleitores, "para que se realize um bom processo".

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 58 por cento da população adulta é analfabeta

Agora...09-09-06

O facto de existir um elevado número de pessoas analfabetas no país, não é considerado uma das maiores prioridades do Governo. Entre 1976 e 2002 realizaram-se apenas 28 campanhas, que abrangeram 3,5 milhões de adultos entre os cerca de 6,48 milhões de habitantes em idades de alfabetização

Cerca de 58 por cento população adulta angolana é analfabeta. Esta informação foi avançada pelo vice-ministro da Educação, Pinda Simão, nesta quarta-feira, 6, em Luanda, durante a cerimónia de abertura de um encontro sobre alfabetização e ensino de adultos.

Segundo dados oficiais apresentados na ocasião, actualmente as estimativas indicam que entre a população que não sabe ler e escrever, 51 por cento são mulheres e 49 por cento homens. A taxa de analfabetismo atinge 60 por cento da população adulta que vive no meio rural, situando-se nos 40 por cento no meio urbano.

Na ânsia de extinguir o analfabetismo no país, o Governo vai implementar, nos próximos tempos, uma estratégia tendo em vista a alfabetização da população adulta até 2015.

"Vamos agir para que cada vez mais angolanos saibam ler e escrever, porque uma Angola alfabetizada é uma Angola desenvolvida", afirmou Pinda Simão.

Segundo o governante, está "em fase de conclusão" a primeira etapa de preparação do relançamento da campanha de alfabetização em Angola, que contará com o apoio das Nações Unidas, das igrejas e de organizações não governamentais, entre outras instituições da sociedade civil.

"Consideramos importante este encontro de reflexão, que visa recolher subsídios para uma estratégia sólida e um programa abrangente de relançamento da alfabetização", frisou.

Esta estratégia de alfabetização da população adulta angolana conta com um apoio do governo italiano que já disponibilizou 475 mil dólares.

A verba foi disponibilizada através da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), que vai intervir neste processo de alfabetização em Angola mobilizando o seu acervo de conhecimentos e criando mecanismos de interacção entre os vários parceiros envolvidos.

A estratégia de relançamento da alfabetização em

Angola contará ainda com apoio do Banco Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP).

Na altura em que Angola se tomou independente, em 1975, estimava-se que cerca de 85 por cento da população era analfabeta, tendo a primeira campanha de alfabetização começado em Novembro de 1976.

Entre 1976 e 2002 realizaram-se 28 campanhas de alfabetização, abrangendo 3,5 milhões de adultos angolanos, dos quais 55 por cento eram mulheres.

O maior nível de analfabetismo ocorre em regiões interiores de Angola e inclui as províncias do Kuanza-Sul, Benguela, Huíla, Namibe, Cunene e Kuando Kubango, com 70 por cento.

No norte do país, numa região que abrange as províncias de Cabinda, Zaire, Malange, Kuanza-Norte e Luanda, a taxa de analfabetismo é de 52 por cento, enquanto na região centro, províncias do Huambo e Bié, é de 41 por cento.

O encontro sobre alfabetização e ensino de adultos foi realizado em alusão ao dia Mundial da Alfabetização que se assinalou ontem.

5.2 Mortalidade infantil acelerada por condições degradantes de atendimento

A Capital...09-09-06

Cada vez mais mulheres têm perdido os filhos na Maternidade Lucrecia Paím, como consequência de partos complicados ali realizados, queixando-se, amiúde, da falta de camas, água potável e de maus tratamentos praticados pelas parteiras, sobre as quais pesam ainda acusações de se recusarem a prestar os primeiros socorros quando diante de uma grávida contorcendo-se com fortes dores

Quem, por acaso, com ela se cruzasse, não podia deixar de notar a sua preocupação de uma mãe preocupada. Joana Martins, a jovem que a abordamos à entrada das instalações da maternidade central de Luanda, Lucrecia Paím, tinha o ar de derrotada, algo que diz ter sido provocada por uma realidade inoportuna: acabara de perder o filho pouco tempo depois de nascer.

Foi no dia 30 de Agosto último que o infortúnio se deu, mas ela ainda não está refeita desta grande perda. «Um filho é sempre um filho», afirmou em tom doentio, mas com o olhar penetrante, tentando captar a atenção das pessoas que circulam ao longo do quintal da Lucrecia Paím.

Ao mesmo tempo que se banhava em lágrimas, Joana reconheceu que a negligência estaria por detrás da morte do seu rebento. «Não recebi o devido tratamento», quando dele mais precisava, por parte do pessoal de serviço no seu dia de parto, sobretudo das

parteiras, que, pura e simplesmente, «me ignoraram», isso já para não falar da gritante falta de condições.

Cinco horas antes do parto, contou Joana, a sua bolsa de água havia rebentado, pelo que se queixava de fortes dores mas que, no entanto, insuficientes para sensibilizar as parteiras. Por razões que a própria razão desconhece, Joana somente quatro horas depois do início das dores deu entrada à sala de parto.

«As parteiras ignoraramme, mesmo vendo as minhas lágrimas», lembrou, mas Joana não esperava que o pior viesse acontecer, pelo menos até ao momento em que, depois de concluído o trabalho de parto, foi informada da insuficiência respiratória do seu filho, conduzido pouco depois ao berçário onde, após 15 minutos, acabaria por falecer.

Uma das parteiras, revelou, teve ainda o desprante de a informar que a criança que acabava de trazer ao mundo conheceria a morte. Diante de tão devastadora informação, Joana, 20 anos, passou a apresentar um quadro clínico bastante delicado, ao que se misturavam hemorragias e a conseqüente perda de sentidos.

Hoje, passados nove dias, Joana é ainda uma mulher traumatizada. «Perdi um filho só por negligência das parteiras, o que me dói muito. Não consigo esquecer o mal que me fizeram», confidenciou.

O director clínico da Maternidade Lucrecia Paím, António Bengue, reconhece que a falta de condições para atender o elevado número de gestantes tem sido uma das causas das mortes pós-parto, sobretudo para uma unidade hospitalar que pela sua dimensão «momentos há em que temos apenas seis camas numa sala de parto, para atender, por exemplo, 32 parturientes».

Por força desta situação, vezes há em que a «Lucrecia Paím» vê-se abrigada a atender três gestantes numa só cama, um arriscado exercício que tem resultado em quedas fatais para as crianças e mães.

E o caso não é para menos: «as mortes também se devem ao facto de se assistirem partos arrastados, quer dizer, casos de mulheres que começam o alívio em casa e chegam à maternidade com hemorragias e outras complicações, apresentado um quadro bastante irreversível», salienta. Esta tem sido, de facto, uma das razões que responde pelos 114 casos de mortes infantis ocorridos em Junho último, entre 1635 nados-vivos, segundo estatísticas produzidas pela maternidade..

5.3 Caiu o analfabetismo no território

Folha8...16-09-06

A taxa de analfabetismo em Angola caiu de 65 para 33 por cento em quatro anos, o que permite acreditar que o problema poderá ser erradicado "antes de 2015", afirmou a directora nacional do Ensino Geral, Luísa Grilo. "A taxa de analfabetismo está hoje fixada em 33 por cento, entre analfabetos funcionais e regressivos, o que é um êxito porque, em 2002, tínhamos uma taxa de 65 por cento".

Luísa Grilo, que falava aos jornalistas por ocasião das comemorações do Dia Internacional de Combate ao Analfabetismo, considerou que as melhorias registadas no país permitem pensar que o problema poderá ser erradicado nos próximos anos. "Se tivermos em conta os investimentos feitos na educação desde Abril de 2002, altura em que chegou a paz, podemos acreditar que conseguiremos erradicar o analfabetismo antes de 2015", afirmou, frisando que "a nova estratégia de relançamento da alfabetização e de recuperação do atraso escolar está delineada em função de metas a cumprir até 2015".

A directora nacional do Ensino Geral do ministério da Educação defendeu, no entanto, a "necessidade imediata de fazer um levantamento concreto que permita saber exactamente quantos analfabetos existem em Angola", salientando que a actual taxa de analfabetismo resulta de uma estimativa baseada nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

5.4 Angola continua com mortalidade infantil elevada

Folha8...16-09-06

Angola é o País Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) com a taxa de mortalidade infantil mais elevada, atingindo 133 crianças por cada mil, revela o relatório anual do Fundo da ONU para a População (UNFPA) divulgado a 06.

Segundo a mesma fonte, dos outros dois PALOP analisados, a taxa de mortalidade infantil na Guiné-Bissau é de 114 por cada mil, enquanto Moçambique apresenta o valor mais baixo (94).

O documento aponta que nas regiões menos desenvolvidas, a taxa de mortalidade infantil é de 59 em cada mil, enquanto nas mais desenvolvidas é de apenas sete. O relatório "A situação da população mundial 2006 - Passagem para a Esperança: Mulheres e migrações internacionais" refere ainda que a taxa de mortalidade em crianças com menos de cinco anos é também superior em Angola com 245 meninos e 215 meninas em cada mil, na Guiné-Bissau é de 206 no

sexo masculino e 183 no feminino, enquanto em Moçambique é de 171 e 154, respectivamente.

A taxa média de mortalidade infantil em crianças com menos de cinco anos nas regiões menos

Desenvolvidas é de 87 para o sexo masculino e de 85 para o feminino, contra 10 e nove, respectivamente, nas mais desenvolvidas. A nível dos partos assistidos por técnicos de saúde, a Guiné-Bissau apresenta os valores mais baixos, com 35 por cento, quando em Angola é de 47 por cento e em Moçambique de 48. Nas regiões mais desenvolvidas, a taxa é de 99 por cento.

De acordo com o relatório da UNFPA, a percentagem do rendimento nacional gasta em saúde é semelhante nos três PALOP - 2,9 por cento em Moçambique, 2,6 por cento na Guiné-Bissau e 2,4 por cento em Angola.

A esperança média de vida nos três países ronda os 40 anos, sendo ligeiramente superior na Guiné-Bissau, com 43,8 para os homens e 46,5 para as mulheres, país que tem também a maior taxa de acesso a água potável, 59 por cento, contra 50 por cento em Angola e 42 por cento em Moçambique. Nas zonas mais desenvolvidas, a esperança média de vida é de 72,4 para homens e 79,7 para as mulheres.

Quanto à prevalência do HIV /SIDA, Moçambique, com 20,2 milhões de habitantes, é o caso mais grave, com 13 por cento dos homens e 19,2 por cento das mulheres entre os 15 e os 49 anos infectados.

Em Angola (16,4 milhões de habitantes) estão infectados três por cento dos homens e 4,4 por cento das mulheres e na Guiné-Bissau (1,6 milhões de habitantes), 3,1 e 4,5 por cento, respectivamente.

O número de nascimentos resultantes de gravidezes em adolescentes entre os 15 e os 19 anos é superior na Guiné-Bissau, com 188 em cada mil, seguindo-se Angola com 138 e Moçambique com 99. Nas regiões mais desenvolvidas, a média é de 25 por cada mil.

O estudo revela ainda que Moçambique foi o país a receber mais ajuda externa, cerca de 68 milhões de dólares, seguindo-se Angola, com 18,9 milhões de dólares e a Guiné-Bissau, com apenas 1,5 milhões de dólares.

5.5 Nova "merenda" para as crianças nas escolas

O Independente...16-09-06

Os Ministérios da Saúde e da Educação, em parceria com o UNICEF, a OMS e o PAM, promove, a partir do próximo mês, uma campanha de desparasitação às crianças dos cinco aos 14 anos de idade nas escolas de Luanda

A iniciativa surge do facto de, no ano passado, um inquérito nacional de base sobre a prevalência das geohelmintoses intestinais e das schistosomiase em crianças em idade escolar ter demonstrado que milhares

de petizes em várias regiões do país estarem afectados por parasitas intestinais, por causas ambientais como o clima, o sol, as chuvas entre outras. O inquérito sugere que as crianças das províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Bengo devem receber albendazol duas vezes por ano, enquanto que as das outras províncias devem ser desparasitadas uma vez por ano. De acordo com o folheto informativo sobre o referido projecto a que O INDEPENDENTE teve acesso "a desparasitação com albendazol 400 mg é uma iniciativa eficaz, simples e económica, os comprimidos são chupáveis e mastigáveis e a sua implementação a nível das escolas será da responsabilidade dos professores e directores das escolas." O objectivo deste inquérito foi o de estimar a prevalência das parasitas intestinais em Angola para determinar se havia ou não necessidade de um programa de controlo desse grupo de parasitas, regularmente chamado de lombrigas. Esses parasitas, segundo especialistas, infectam as pessoas em intensidade variada, podendo ser calculada à vista desarmada, através da contagem das lombrigas expulsas pela via fecal, resultando ou não de alguma medicação. Para a implementação do projecto, o Governo e seus parceiros escolheram as escolas por se apresentarem como "meios mais propícios para acções simples de cuidados de saúde e também para informar as crianças e, através delas, os pais e as comunidades sobre os conhecimentos básicos de saúde e nutrição, não só para combater as doenças mas também para ajudar a prevenilas.

Numa ronda realizada nalgumas escolas de Luanda, O INDEPENDENTE apurou que há uma grande ansiedade das crianças em lhes serem administradas o medicamento, fruto da sensibilização que tem vindo a ser feita pelos professores e directores das escolas. Sintomas como fraqueza constante, prisão de ventre, falta de apetite e nalguns casos fome constante são característicos de crianças contaminadas de lombrigas.

Para evitar a contaminação, as autoridades sanitárias aconselham as pessoas a defecarem nas latrinas ou casas de banho e, no caso da falta de latrinas, as fezes devem ser enterradas. Desinfectar a água para beber, lavar as mãos e os alimentos antes de comer e andar calçado são outras medidas de higiene recomendáveis para a precaução contra as lombrigas. De referir que as restantes províncias identificadas levarão a cabo o mesmo projecto a partir do próximo ano.

5.6 Professores beneficiam de créditos do Banco Sol

Angop...19-09-06

Cinquenta professores e igual número de enfermeiros do município do Bocoio, 75 quilómetros de Benguela, beneficiaram-se de micro-créditos do Banco Sol, durante a primeira fase da sua implementação na circunscrição, iniciada em Agosto.

O responsável para os assuntos económicos e sociais da Administração Municipal do Bocoio, Tavares Ernesto, disse à Angop que os primeiros funcionários abrangidos foram das comunas da Chila, Passe, Monte-Belo e Cubal do Lumbo.

Segundo a fonte, a agência do Banco Sol na cidade do Lobito, disponibilizou empréstimos equivalentes a 10 meses de salário de cada trabalhador para reembolsar num período de 18 meses.

Para ele, a segunda fase poderá contemplar outros 100 funcionários da Educação e Saúde, assim como pequenos proprietários do município, seguindo-se paulatinamente outros até que todos venham a se beneficiar.

Para Tavares Ernesto, o combate à miséria e à pobreza no seio dos funcionários públicos e camponeses organizados e associações é um propósito do Governo angolano.

5.7 BP Angola doa livros à faculdade de Ciências

Jornal de Angola...25-09-06

A BP Angola doou à Faculdade de Ciências 226 manuais científicos para os estudantes do primeiro e segundo anos. A doação insere-se no protocolo de cooperação assinado em Fevereiro do corrente ano entre as duas instituições.

Segundo o director adjunto da BP, António Manguera, o material bibliográfico, que está em português, visa reforçar a biblioteca da faculdade. Vai facilitar particularmente a formação de quadros nas área de engenharia e geociências.

António Manguera afirmou ainda que a BP está a financiar os estudos de 60 estudantes das faculdades de Engenharia e de Ciências da Universidade Agostinho Neto. A instituição prevê aumentar, até ao ano lectivo próximo, o número de beneficiados para 80. A transformação da BP Angola numa companhia de energia local dependerá, em grande medida, da formação, no país, de engenheiros e geocientistas de qualidade, disse.

“É importante reconhecer que estes quadros poderão fechar a grande lacuna de técnicos graduados angolanos que o país vai precisar”, referiu António Manguera. O acordo prevê também assistência à Universidade em

programas para melhoramento da qualidade e do processo de ensino, assim como no trabalho de revisão curricular em curso, equipamentos, entre outras acções. De acordo com um comunicado de imprensa, esta contribuição é parte de um investimento avaliado em USD100 mil, feito pela BP, em colaboração com as faculdades beneficiárias, para aquisição de 455 manuais e duas fotocopiadoras que serão distribuídos às faculdades de Ciências (226 manuais e uma máquina fotocopiadora) e de Engenharia (229 manuais e fotocopiadora)..

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 "Ha activistas dos direitos humanos e activistas dos lanches"

Terra Angolana...1ª Quinzena

O Coordenador da Direcção da ONG SOS Habitat, Luís Araújo, condenou a impavidez de certas organizações defensoras dos direitos humanos, ante o estado das populações vítimas do processo de demolições de residências, no município de Kilamba Kiaxi.

São tantas organizações que, de acordo com Luís Araújo, aparecem apenas em workshops, "por causa dos lanches, enchendo a sala, mas quando há violações dos direitos humanos, ninguém aparece, ninguém age, banaliza-se todos os actos reprováveis li as declarações do responsável da SOS Habitat, foram proferidas na sequência daquilo que considerou "acto de solidariedade com os cidadãos das comunidades dos bairros de Kambamba I e II, a fim de dar maior visibilidade ao continuado tratamento cruel e degradante que vem vilipendiando as suas existências". Esse acto consistiu numa vigília de todos os activistas dessa ONG, de 15 à 20 de Agosto do corrente, num acampamento de perto de 100 famílias, onde foram recebendo várias individualidades dentre as quais, embaixadores, deputados e jornalistas.

Luís Araújo recorreu ao artigo 12º da Lei Constitucional, que obriga ao Estado a proteger a posse de terra pelos camponeses, podendo expropriá-la por utilidade pública em conformidade com a lei; tendo por outro lado, considerado despidas de fundamento as declarações do Primeiro Ministro, Fernando da Piedade Nandó, à Assembleia Nacional, acusando a SOS Habitat de estar a incentivar o povo para ocupar terrenos ilegalmente, para a obtenção de indemnizações indevidas do Estado.

"Aqui há possuidores de terrenos há décadas, há outros que vieram em consequência do próprio processo histórico do País. Há uma moça de 30 anos, que nasceu aqui e está a ficar maluca, passa as noites por cima das campas dos seus pais e avós", revelou o activista.

Anita Maria, visivelmente apoquentada, afirmou ao Terra Angolana que o que mais a preocupa, é que essas campas dos seus avós e pais, correm o risco de serem também destruídas pelas máquinas demolidoras, quando chegar a fase da construção. " Eles nasceram e morreram aqui. Agora querem destruir a razão da minha existencia" desabafou.

A SOS Habitat manifesta, apesar de tudo, o interesse em cooperar com o governo, desde que seja "ordeiro, e respeitador da lei", porque, segundo disse o seu responsável, "Ele, enquanto condutor do Estado tem que assumir a sua responsabilidade diante dessas pessoas; porque elas não são lixo de Angola, são mesmo pessoas", desabafou, antevendo uma situação calamitosa para aquelas populações, durante a época chuvosa que se avizinha, caso não se tomem medidas tendentes a inverter a situação em que se encontram mergulhadas.

Entretanto, Luís Araújo acredita que em certos casos, o governo baseia-se em preceitos legais em relação às terras, mas ainda assim, defende que sejam quais forem as condições legais em relação as terras, "é preciso que os direitos humanos sejam garantidos e eles têm que respeitar".

Apesar de se ter recorrido várias vezes ao tribunal, até ao momento, este não se pronuncia, tal como disse Araújo, "por serem crimes cometidos por membros do governo, mas se for eu a cometê-los, eles vão tratar de mim rapidamente e nesse caso não há morosidade nenhuma".

O que não se sabe mesmo, até ao momento, é o destino que foi dado às chapas, fogões, arcas televisores e aparelhos de som que a polícia recolheu a quando das demolições, em Novembro do ano passado.

6.2 Um aeroporto por perto

Agora...09-09-06

Cerca de 40 quilómetros de estrada percorrida entre Luanda e Catete, mais propriamente a partir do km 36, o viajante pode observar uma vedação de aproximadamente um metro de altura, do lado direito da estrada, feita de um gradeamento pintado de verde, com uma entrada principal e outras duas secundárias, antes de chegar-se ao desvio para o Bom Jesus.

Não existe nenhuma placa dizendo algo sobre os reais motivos para aquela vedação. Da estrada apenas se podem divisar hectares de lavras destruídas e ao longe algumas tendas que devem servir de acampamento e escritórios improvisados. Para dissuadir as intenções dos mais curiosos, efectivos militares que na zona todos dizem pertencer à Unidade da Guarda Presidencial (UGP) controlam os acessos.

É neste pedaço de terra que se está a construir um novo aeroporto internacional para Luanda, ao que se julga para substituir o 4 de Fevereiro, cuja capacidade de movimento de passageiros e carga parece já estar esgotada e sem condições de resposta para as demandas dos próximos anos.

A obra não é controlada pelo ministro dos Transportes, André Luís Brandão. Tudo está nas mãos da Casa Militar da Presidência da República, cujo ministro-chefe

é o general Helder Vieira Dias (Kopelipa), ao mesmo tempo director do Gabinete de Reconstrução Nacional. Por isso, tanto o ministro Brandão, como a própria empresa estatal de gestão de aeroportos, a ENANA, e o Instituto de Aviação Civil (INAVIC) estão, nesta matéria, colocados, conforme se diz na gíria futebolista, na posição de fora de jogo.

Em "off-side" parece também estar o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos (Nandó), e a maioria dos membros do Governo. E por tabela também o grosso dos deputados que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2006 sem questionar o Executivo sobre a origem do dinheiro para cobrir tamanha obra.

Mas a polémica sobre o aeroporto do Bom Jesus surge porque ninguém, ao nível dos cidadãos que são os mais interessados em saber como o dinheiro público é utilizado, está a ser devidamente informado sobre o que está a acontecer às portas da capital.

Só se sabe que o círculo próximo do PR conseguiu convencer este que se deveria aproveitar as facilidades financeiras vindas da China, cujas "hostilidades" foram iniciadas com a famosa linha de crédito concedida pelo Eximbank de Hong-Kong no valor de dois biliões de dólares - vamos oficialmente em .seis, mas fala-se, à boca pequena, que já estoirámos onze biliões - para se erguer um substituto para o nosso 4 de Fevereiro.

E o primeiro passo foi meter na gaveta um plano de desenvolvimento do actual aeroporto internacional de Luanda, apresentado há cinco anos pela administração da ENANA e aprovado pelo Governo, que consistia na modernização da referida infra-estrutura com um custo a rondar os 300 milhões de dólares, boa parte com financiamento vindo de fora do erário público.

Previa-se neste plano a ampliação das pistas de aterragem e descolagem, assim como do "tax-way" (O local onde parquiamos os aviões), a instalação de mangas de acesso directo dos aviões aos terminais de embarque e desembarque, a modernização das infra-estruturas logísticas e equipamentos - sobretudo no domínio das comunicações e da gestão do espaço aéreo - e a transformação do aeroporto de Luanda numa plataforma regional de interligações aéreas, rivalizando com o seu similar de Joanesburgo (África do Sul).

Mas este ambicioso projecto, que chegou a ser apresentado ao público, foi engavetado e em seu lugar partiu-se para uma obra de raiz, que, dizem os seus mentores, vai dotar Angola de uma infra-estrutura de fazer inveja ao resto de África.

Só em 2006, o erário público vai despende com a obra 21 mil milhões de kwanzas, o que corresponde a aproximadamente 268 milhões de dólares.

Embora se diga que o ministro dos Transportes está fora de jogo no assunto, o documento que fundamenta o OGE diz que o projecto está sob sua tutela, não se

compreendendo, por isso, que, sendo uma obra pública, a sua guarnição tenha de ser feita por militares da Guarda Presidencial, ao invés de efectivos da Polícia Nacional.

Depois, ao que tudo indica, está excluída a participação de empresas angolanas como subcontratadas e de trabalhadores locais.

A mão-de-obra, já a trabalhar, é toda de olhos rasgados, que laboram 24 horas por dia, e os equipamentos e máquinas vêm da China, o que pressupõe que o projecto não terá grande impacto na entrada de recursos monetários na economia do país durante a sua execução e não vai ajudar a criar postos de trabalho entre a volumosa massa de desempregados angolanos.

Por outro lado, desconhece-se a existência de qualquer estudo sobre o impacto que o projecto terá na economia da região onde está a ser erguido. E se vai trazer lucros ou perdas aos operadores do sector (companhias de aviação, agências de viagens e outros prestadores de serviços) que terão de se transferir com armas e bagagens de Luanda para o Bom Jesus.

O que se sabe apenas é que a obra, a julgar pela extensão de terreno disponibilizada, é de vulto.

E há ainda uma outra pergunta no ar: depois de tudo feito, qual será o destino do aeroporto 4 de Fevereiro? Como se desconhecem os indicadores do novo empreendimento, nomeadamente no que se refere à capacidade de movimentação anual de passageiros e carga e ao tipo de aviões autorizados a aterrar e descolar, a sorte do actual em funções é uma grande incógnita.

6.3 Um flagrante de muitos conflitos ainda no porvir

A Capital...09-09-06

Na cidade de Waku Kungo não se fala noutra coisa. Camponeses e até mesmo antigos fazendeiros mostram-se solidários com Albano José, o nome do cidadão que enfrenta um litígio com um empresário angolano em torno da titularidade de uma parcela de terra na fazenda média número 3, uma das mais vistosas da região.

Albano José é um cidadão português que imigrou para Angola ainda no tempo colonial e fixou residência justamente na localidade do Waku Kungo, no Kwanza Sul, de onde nunca mais saiu. Habitantes locais apontam-no como sendo um bom conhecedor daquelas terras com base na experiência de trabalho de largos anos na bacia leiteira da Cela, onde, aliás, beneficiou de uma fazenda para a criação de gado e para a prática de Agricultura. Mas esse português, iletrado por sinal, fez mais do que isso. Criou família, que já vai na terceira geração, e fez plantações que o tornaram num dos maiores agricultores da região.

Acontece, porém, que o seu título de concessão caducou e as terras que julgou que fossem suas foram parar às mãos de um empresário angolano, este também beneficiário de um título de concessão. Trata-se, pois, de Bruno Inglês, proeminente gestor angolano, a quem recaiu, por orientação da delegação provincial da agricultura, o título de concessão da fazenda média número 3.

Como honorário da fazenda média número 5, com o título, todavia, já expirado, Albano José Fernando de Matos expandiu ao longo de largos anos a sua produção para a vizinha fazenda média número 3, ocupando desta uma considerável parcela de terra com plantação e como repasto para o seu gado. Mas ele diz que não foi uma ocupação arbitrária. A expansão da sua produção, tal como contou a este jornal, decorreu de um acordo que manteve com o anterior proprietário, identificado como Paulo Cacumba, este último que perdeu a fazenda número 3 a favor do empresário Bruno Inglês. Não haveria, até aqui, problema algum, não fosse o facto de um despacho do ministro da Agricultura, Gilberto Lutukuta, ter orientado a manutenção dos limites das fazendas médias definidos ainda no período colonial. Facto que, em boa verdade, acabou por prejudicar em grande medida o cidadão Albano José, agora forçado a largar a parcela de terra ocupada na fazenda número 3 a favor do seu novo proprietário, o empresário Bruno Inglês.

As mãos velhas de Albano José, hoje com 75 anos de idade, apontam de longe para a terra cultivada ao seu redor, onde aplicou esforço e suor mas que está, agora, perante a ameaça de tudo perder. «Estes campos são a minha vida», disse.

Há quatro anos que enfrenta este litígio que parece não ter solução imediata. Começou nas terras, com destruições de culturas pelo meio, tramitou pela delegação provincial da Agricultura e, agora, está a ser gerido pelo tribunal. «Estou a ser obrigado a abandonar estas terras», queixou-se o agricultor.

Queixas, a esse respeito, são muitas. Diz até que já foi ameaçado com arma de fogo pelo novo proprietário da fazenda número 3, acusação todavia refutada por aquele, cujo depoimento será publicado na nossa próxima edição. No local, porém, são bastante visíveis: vedações destruídas misturam-se, no chão, com bananeiras destruídas pela força de tractores.

Estas conformam, no fundo, a imagem de uma convivência pouco pacífica entre os dois vizinhos, algo que ameaça assumir, a breve trecho, contornos mais violentos. «Ninguém me avisou, apenas me disseram que como não tinha condições para erguer infra-estruturas na fazenda, o melhor era darem-me uma nova», contou.

Enquanto um, Bruno Inglês, reclama da titularidade das terras, inclusive das parcelas ocupadas por Albano José,

este defende-se dizendo que sempre cultivou nelas. Foi-lhe, inclusive, indicado um novo terreno e recebeu, ainda, uma orientação para que fizesse um levantamento de tudo quanto tinha investido na fazenda número 3. Nem uma nem outra hipótese foram aceites pelo senhor de 75 anos que no entanto mantém a esperança de recuperar o espaço ora perdido.

6.4 Análise das terras do estado na ordem jurídica Angolana e os direitos dos particulares

A Capital...16-09-06

O ponto de partida deste artigo está em determinar a posição do Estado em relação às terras. É que a não clarificação deste pressuposto é motivo de muitos receios em relação ao aproveitamento das terras. Hoje ninguém quer investir para depois de pouco tempo perder a terra. A origem destes receios começa quando a Lei Constitucional consagra a propriedade originária da terra pelo Estado, carecendo de uma interpretação e análise cuidadosas para determinar então o sentido desta "propriedade originária".

Em termos jurídicos, um bem é propriedade originária de alguém quando surge ex novo na esfera jurídica desta pessoa. Quer dizer que a sua titularidade não depende do direito de um outro sujeito. A nossa Lei Constitucional consagra de modo inequívoco o princípio da propriedade originária da terra pelo Estado no n.º 3 do artigo 12º: "A Terra, que constitui propriedade originária do Estado, pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e integral aproveitamento, nos termos da lei". Este n.º 3 do artigo 12º encerra o regime jurídico das terras do Estado em Angola e o ponto de partida para todo tratamento das terras. Parecendo bastante claro, na verdade este n.º 3 exige uma interpretação bastante atenta, atendendo ainda que além da consagração do princípio da propriedade originária da terra pelo Estado, consagra, igualmente, in fine, o princípio do aproveitamento útil e efectivo da terra.

O que significa então propriedade originária da terra pelo Estado?

Quais são as terras que pertencem originariamente ao Estado?

É bastante comum dizer-se "a terra constitui propriedade originária do Estado", quando a Lei Constitucional diz "a terra, que constitui propriedade originária do Estado ...". A Lei Constitucional, ao empregar o pronome relativo "que", está a dizer que existe uma terra que pertence originariamente ao Estado, e existe outra terra que não é pertença originária do Estado. Acontece, porém, que na ordem jurídica colonial, era possível a constituição do direito de propriedade privada sobre as terras, como é o caso das

terras onde hoje está erguida a Embaixada da Inglaterra, que chegou a entrar no regime de propriedade privada da coroa inglesa. Estas terras e outras que chegaram a ser constituído das sobre elas o direito de propriedade privada não são terras originárias do Estado. Não são destas terras que a Lei Constitucional procurou abordar.

E por que é que o legislador constituinte não disse que todas as terras passariam a pertencer ao Estado? Porquê não destruiu os efeitos jurídicos produzidos pelos actos de concessão do quadro jurídico colonial?

Esta medida seria bastante fácil se estivéssemos perante relações de direito público. Mas, para o caso, estamos perante relações de direito privado, onde é muito mais difícil adoptar a posição legislativa de modo a resolver todos os eventuais conflitos. Em direito existe o princípio da salvaguarda das legítimas expectativas dos sujeitos. Este princípio diz que a aplicação de uma lei nova ou qualquer decisão deverá preservar no máximo os interesses que os sujeitos tiveram no momento da celebração dos seus negócios. Por outro lado, o n.º 1 do artigo 12.º do Código Civil, que já vigorava na ordem jurídica angolana, salvaguarda os efeitos produzidos pela lei anterior, apesar de que o legislador constituinte não estava impedido de alterar, pelo seu espírito, a redacção deste artigo.

Com excepção destas terras, todas outras terras são propriedade originária do Estado. Quer dizer que o Estado tem o domínio absoluto sobre as mesmas. Por outro lado, em 1976, o Estado confisca, através da lei 43/76, de 19 de Junho, todos os bens daquelas pessoas que não cumpriram com os pressupostos apresentados pela citada lei. Estes bens, entre os quais as terras, passaram a pertencer ao Estado. As terras, que caíram neste regime, passaram igualmente a fazer parte das terras propriedade originária do Estado. De resto, é o que resulta do artigo 13.º da Lei Constitucional, embora reservamos para uma outra edição a análise jurídica destes confiscos.

É importante sabermos que dentro das terras propriedade originária do Estado encontramos duas classes de terras, consoante o seu fim: terras do domínio público do Estado e terras do domínio privado do Estado. As primeiras são aquelas que pelo seu fim específico fazem parte do acervo especial do Estado, tendo como características fundamentais a imprescritibilidade e a impenhorabilidade. São as terras previstas no artigo 29.º da Lei de Terras. Especial atenção a este artigo, pois as terras do domínio público do Estado não são só as que estão previstas nele, uma vez que a alínea j do n.º 1, admite que por lei ou acto administrativo, outras coisas poderão ser afectadas ao domínio público do Estado. E aqui, a palavra "coisa", tem um sentido jurídico, que nos termos do n.º 1 do artigo 202.º do Código Civil, coisa é tudo aquilo que pode ser objecto de relações

jurídicas. Desde este ponto, a terra é uma coisa.

Por outro lado, e ainda na propriedade originária do Estado, temos as terras integradas no seu domínio privado. Estas terras estão sujeitas ao tráfico jurídico do Estado com os particulares ou outras pessoas colectivas. São sobre estas terras que o Estado pode constituir a favor de terceiros um dos tipos dos direitos previstos no artigo 34 da Lei de Terras, são estas terras que a Lei de Terras visa traçar o seu regime jurídico.

Como determinar as terras do domínio privado do Estado, se a Lei de Terras não o diz expressamente, como o faz em relação às terras do domínio público e em relação às reservas? Parece uma questão sem qualquer relevância, mas é da resposta a esta questão que os particulares poderão reclamar da cedibilidade de um determinado terreno, uma vez que as terras do Estado transmissíveis só são as integradas no seu domínio privado.

Para este caso recorreremos ao argumento da exclusão de partes: se a Lei de Terras fez alusão as terras integradas no domínio público do Estado, por exclusão de partes, todas outras estão no regime do domínio privado do Estado, cientes do tratamento especial que a Lei de Terras dá às reservas.

Então, o que dizer do artigo 5º da Lei de Terras que diz "A terra constitui propriedade originária do Estado"?

Este artigo parece desvirtuar a redacção do n.º 3 da Lei Constitucional ao suprimir o pronome relativo "que". Facilmente ultrapassamos esta dificuldade interpretativa se recorreremos ao artigo 2º da mesma lei que traça o objecto da lei como sendo o estabelecimento das bases gerais do regime jurídico das terras propriedade originárias do Estado integradas no seu domínio privado. Assim, toda interpretação do tipo de terras a ser tratada pela Lei de Terras, é fornecido por este artigo.

Concluindo:

1. Propriedade originária da terra pelo Estado não significa que todas terras pertencem ao Estado. Não é um confisco das terras dos privados.
2. É propriedade originária do Estado aquelas terras que nunca chegaram a entrar no regime de propriedade privada de alguém.
3. São propriedade originária do Estado, aquelas terras que caíram no regime dos confiscos e nacionalizações à luz da lei 43/76 de 19 de Junho, Lei dos confiscos e das nacionalizações.
4. As terras que sobre elas estiver constituído um direito de propriedade privada, não são terras originárias do Estado, e não estão no âmbito do tratamento da Lei de Terras. Estas terras regem-se pela Lei nº3/04 de 25 de Junho, Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, pelas disposições gerais do Código Civil em matéria do direito de propriedade, previstas do artigo 1302 a 1438, pelos princípios da

ordem pública e pelos diferentes diplomas administrativos.

5. Quando o Estado transmite em regime de propriedade privada uma das suas terras integradas no seu domínio privado, esta terra, como é óbvio, deixa de fazer parte da sua propriedade originária.

6.5 Vala de drenagem prestes a "engolir" moradores

O Independente...16-09-06

Se a situação de perigo iminente, que começa a desenhar-se ao longo da rua que liga o Aeroporto Internacional «4 de Fevereiro» ao bairro Kassequel, em Luanda, se concretizar, estamos prestes a assistir a situações que poderão causar dissabores aos moradores da área.

Uma vala de drenagem, que se espera vir a ser de grande importância para o escoamento das águas dos arredores do aeroporto e dos bairros adjacentes, pode tornar-se numa contrariedade devido às chuvas que deverão cair sobre Luanda, antes do término das obras. Não obstante ao reconhecido propósito a que a obra se destina, os habitantes das creanças entendem que a mesma representa um atentado às suas vidas, uma vez que, a caírem grandes cargas pluviométricas, as residências e as casas comerciais que estão a escassos metros da vala não terão outra saída. "Vão desabar e colocar em risco a vida de muitas pessoas que vivem ou frequentam esta zona", alertam os habitantes.

Rodrigues Pedro, proprietário de uma das casas comerciais ameaçadas de desabamento, no bairro Mártires de Kifangondo, é peremptório: "num país normal isso é inadmissível." Mas continua: "os responsáveis por este trabalho não estão preocupados com o risco que a população está a correr." Sustentando a sua afirmação no facto de as obras estarem a caminhar a passo de camaleão. Pelo mesmo diapasão, discorre um taxista. "A população desta área está num iminente perigo, porque está claro que estas obras não terminarão antes que as chuvas comecem a cair sobre Luanda." Questionado a respeito do valor da obra que, a princípio, faz com que o perigo a que os moradores estão sujeitos seja um mal necessário, não demora a contrariar: "Deveriam aproveitar o cacimbo ou então que fossem mais céleres, porque a povo não pode estar exposto por estar a fazer-se uma obra importante." Avó Minga, uma idosa de 64 anos, vendedora de bombons e ginguba torrada muito próximo ao local das obras, também falou à reportagem d'O INDEPENDENTE. "O Governo só vai preocupar-se em acabar com isso quando vir que tantas pessoas morreram apertadas pelas paredes das casas ou afogadas na água", criticou. E para quem acha que uma simples velha vendedora não tem consciência sobre os aspectos

político-sociais marcantes, Avó Minga deixa um recado: "quem se acha incapaz de governar é melhor demitir-se e deixar os que são capazes governar e exercerem este poder." Para as crianças, porém, a vala é um lugar divertido. Quem o confirma é Quinzinho, um rapaz de 11 anos, morador do bairro Kassequel de Lourenço. "Todos os dias brinco aqui com os meus amigos. Mas uma vez, um dos meus amigos caiu a partir da ponte, enquanto nos corriamos."

No local, já são visíveis os caboucos das casas próximas da vala o que faz suspeitar que basta, no mínimo, uma chuva para desabarem. Outro grande perigo que os moradores correm está nas pontes pelas quais têm de passar para terem acesso a rua. As crianças, essas, na sua inocência, pululam de um lado para o outro, ao longo da enorme vala. Na tentativa de se levar ao cidadão uma informação mais completa, procurando saber de quem direito, no mínimo, os prazos previstos para a término da obra, O INDEPENDENTE confrontou-se com um fechar de portas. Nem a empreiteira, nem o Ministério das Obras Públicas a quem pertence a obra, aceitou «rugar». A Direcção Técnica da ENCIB, empresa pertencente ao Governo da Província de Luanda, responsável pela adjudicação de obras públicas a nível de Luanda, limitou-se a despir-se de competência para falar da referida construção. "Aconselho vos a irem ao 3º andar do prédio do MINOPU, ali encontraram alguém com a autoridade de se debruçar sobre o assunto", aconselha nos um engenheiro da ENCIB. Mas daí, nada souo, como é característico de quem tem a informação pública neste país.

6.6 Parlamentares britânicos constataam execução de projectos

Angop...21-09-06

Parlamentares da Grã-Bretanha encontram-se em visita de trabalho, na cidade do Huambo, para constatar o grau de execução dos projectos financiados pelo governo deste país.

A delegação, composta por dois deputados, Lord Klcloney e Anorew George, dos partidos Cross Bench e Liberal Democrat, respectivamente, para além de funcionários deste país e da sua embaixada em Angola, vão permanecer durante dois dias na cidade do Huambo.

Logo após a sua chegada, a comitiva manteve um encontro de auscultação com alguns beneficiários de projectos implementados pela Ong Development Workshop (DW).

No bairro de Fátima, arredores da cidade do Huambo, a delegação visitou o projecto de participativo sobre direitos de terra, executado pela "DW" em parceria

com a Direcção do Urbanismo e Ambiente, onde a ONG procede títulos de propriedade de licença de arrematação aos moradores, antes ilegais.

Nesta localidade, a referida Ong prevê, até ao final do ano, distribuir mil títulos de propriedade de licença de arrematação, projecto que conta com o apoio do governo britânico.

Já no bairro de São Bartolomeu, nos arredores desta cidade, a delegação parlamentar constatou, de igual modo, o projecto denominado "Grupo Comunitário Omunga", onde os beneficiários, num total de seis mil, entre homens, mulheres e crianças, estão envolvidos em acções ligadas com alfabetização, saneamento básico, micro-finanças e construção de postos de saúde e escolas primárias.

Os deputados, que vão manter encontro de cortesia com o governador em exercício, Agostinho Njaka, serão informados a cerca do projecto de desminagem levado a cabo pela organização Ong britânica "Hello Trust", bem como das actividades de sensibilização de HIV/SIDA desenvolvidas pela "Save The Children". Os projectos financiados pela Chevron-Texaco, na Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), serão, entre outras, as acções que vão merecer a atenção por parte da delegação parlamentar britânica.

Está é a primeira visita que parlamentares britânicos efectuam este ano à cidade do Huambo.

6.7 Polícia acusada de roubos de terrenos

Angolense...23-09-06

Dois oficiais superiores e um agente da Polícia Nacional estão a ser acusados de expropriações de terras, na zona do Benfica, na comuna do Chinguary. Tratam-se do superintendente Assis, intendente Soares e a sua "tropa", com destaque para um dos seus colaboradores mais próximos, um agente que atende pelo nome de Luciano.

O terreno em litígio servia de lavra de camponeses e é pretendido pela polícia para a construção de uma esquadra policial. "Neste local o cultivo teve início em 1980, éramos poucas, anos depois o número de camponesas aumentou", disse dona Gingongo, uma das mais antigas moradoras.

Do longínquo ano de 1980 até ao princípio de 2003, tudo caminhava sem sobressaltos. No ano seguinte (2004), começou a confusão com a ocupação de um espaço de 60 metros quadrados afecto a um cidadão que respondia pelo nome de Almeida.

De meia-idade, Almeida contraiu uma doença grave (trombose) por ter perdido a parcela de terra, tendo sido evacuado para a África do Sul onde acabou por morrer.

Passados alguns meses, a dimensão do terreno preten-

dido passou de 60 metros quadrados para 80 por 100 metros quadrados. "A polícia ocupa neste momento cerca de 300 metros quadrados, um terreno bastante vasto para a construção de um posto policial", reclamam os camponeses.

Os antigos agricultores queixam-se também de ameaças e torturas por parte de agentes da IV Divisão, apontando como principais culpados por esta situação o superintendente Assis e o intendente Soares.

O medo e o terror tomaram conta daqueles antigos "homens da enxada", devido ao facto de um cidadão proprietário de uma parcela no referido local ter sido espancado brutalmente por agentes da polícia.

A mesma sorte teve o ancião António, de 60 anos de idade, que, por pouco, segundo relatos obtidos no local, escapou a uma surra de um oficial da Polícia Nacional. "Ele disse ao mais velho, vou te bater, em seguida levantou a mão para o esbofetear, mas a sua esposa rogo ao oficial ao mesmo tempo que travava o seu braço", explicou a fonte.

A polícia está igualmente a ser acusada de abusar da farda para destruir casas, materiais de construção e vedações de alguns terrenos.

À revelia, de acordo com as vítimas, os referidos oficiais acompanhados por "roboteiros" levaram a cabo a vedação do referido espaço alegando que cumpriam orientações do gabinete técnico do Comando-geral da Polícia Nacional e do departamento do património do Governo da Província de Luanda. Este gabinete, segundo ainda a fonte, desconhece o caso e não autorizou a vedação de qualquer terreno.

Este problema está longe de ser resolvido, pois, as autoridades locais da administração municipal continuam fechadas ao diálogo.

Vários encontros a este respeito foram já agendados com o administrador - ajunto da Samba, mas, à semelhança da "brincadeira do gato e o rato", o mesmo furtou - se aos compromissos que assumiu com aquela comunidade. "Na última conversa que tivemos, pediu que todas as mães aparecessem, mas no dia acordado a secretária informou que o mesmo estava ausente", disse.

Em face disso, o Angolense dirigiu-se a esquadra do Benfica (antigo controlo com o mesmo nome) onde funcionam os referidos oficiais acusados.

Ao corrente da preocupação do repórter, um agente daquela unidade indicou que o intendente Soares encontrava-se sentado no pátio do quintal, uma vez que os outros conversavam de pé.

Dirigimos-nos para lá, em seguida o repórter pergunta a um dos oficiais que estava de pé pelo intendente Soares. Este depois de ouvir a conversa baixou a cara e o oficial com quem falávamos disse: "O chefe Soares saiu, senhor agente não viu o chefe". Em resposta o agente indicou: "É aquele que está sentado". Parecia

dizer-se que o "feitiço voltou contra o feiticeiro", o intendente Soares não soube o que dizer. "Não tenho autorização para falar a imprensa", disse. Sendo assim, ouvimos a comandante da quarta Divisão de Polícia, Elizabeth Rank Frank, que informou não se tratar de ocupação ilegal de terreno, mas sim legal, porque a parcela em litígio foi cedida pela administração local. "Não existia população naquele local, apenas uma viúva, mas esta será indemnizada", garantiu.

Informou que a parcela em causa fazia parte de um conjunto de terrenos onde o seu comando poderá construir esquadras. "Aguardamos neste momento por várias obras, porque funcionamos em casas de aluguer", lembrou.

Rank Frank anunciou para um futuro breve a construção de seis esquadras nos bairros do Morro Bento, Mussulo, Benfica, Talatona, Ramiro e Corimba. "Os terrenos já foram vedados, aguardamos apenas pelo início das obras", revelou.

6.8 Mais residências para os antigos combatentes

Jornal de Angola...25-09-06

Noventa residências para antigos combatentes vão ser erguidas no bairro Benfica, em Luanda, no âmbito da construção de um complexo habitacional a ser executado pela cooperativa "Lar do Patriota". Numa primeira fase, serão construídas 30 casas, num valor estimado em dois milhões e 750 mil dólares. A informação foi prestada sexta-feira pelo presidente da cooperativa, general António Henriques da Silva "Dinguânza", durante o acto de lançamento da primeira pedra para a edificação da obra. "Foi longo o caminho, tivemos que criar primeiro as condições necessárias para a concretização do projecto sem financiamento exterior. Para que o projecto se concretizasse, foi necessário criar a estrutura da cooperativa, e só posteriormente foi possível criarmos a SFLP (Sociedade Fundadora do Lar Patriota), que é parte integrante e indivisível do referido projecto", salientou Henriques da Silva.

Segundo ele, as casas serão erguidas com capital próprio, financiadas pela Empramatec, uma empresa de abastecimento técnico de material daquela associação, e dos demais empreendimentos adjacentes.

"É com este capital e com a intervenção da Empramatec que as futuras casas vão ser financiadas", disse o general, acrescentando que as 90 residências serão erguidas em três fases, sendo 30 em cada uma delas.

As casas desta primeira etapa serão destinadas aos fundadores do Lar Patriota, entre os quais generais e soldados, bem como àqueles que tomaram a iniciativa de criar a referida associação.

No fim da cerimónia, António Henriques da Silva agradeceu os esforços que o Governo tem desenvolvido para apoiar o projecto. Agradeceu também às empresas construtoras, que, segundo ele, têm feito inúmeros sacrifícios, bem como os arquitectos e todo o colectivo de trabalhadores que labora no empreendimento.

Joaquim Marques, administrador da comuna do Benfica, disse que a construção de mais um condomínio na sua área de jurisdição é bem vinda, porque, segundo considera, vai desencorajar todos aqueles indivíduos que têm vindo a ocupar terrenos sem a devida autorização.

Questionado sobre as dificuldades na circulação rodoviária na zona, facto que tem sido muito reclamado pelos munícipes, o administrador garantiu que o problema é temporário, porquanto tudo está a ser feito para atenuar os constrangimentos que se registam. Como é do conhecimento de todos, disse, o Governo está a investir muito em infra-estruturas, e, como não poderia deixar de ser, a comuna do Benfica está a ser contemplada no que diz respeito ao alargamento das vias.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Desentupidores ambulantes de fossas

Angolense...02-09-06

Existem as centenas na capital e passam despercebidos aos olhos de quem não procura pelos seus ofícios. Sem qualquer material protector, estes homens, alguns na casa dos 50 anos, têm esta actividade como fonte de sobrevivência

Ato denominam-se "tarefeiros", homens que fazem biscates ambulante em Luanda. Alguns estão neste ramo há cerca de 30 anos e outros nem tanto, mas todos com o mesmo objectivo, conseguir dinheiro para o sustento familiar.

Manuel Gomes de 48 anos de idade, esta destacado nas proximidades do largo do Kinaxixi, desde 1975, quando por falta de emprego decidiu sentar naquelas paragens e colocar um letreiro anunciando ser canalizador, electricista, ladrilhador e carpinteiro.

Segundo disse, naquela altura, já apareciam no local pessoas em busca de homens para desentupir quer fossas de casas ou de empresas. "Fui o primeiro a exercer esta actividade aqui no Kinaxixi", realçou

Com o andar do tempo, o número de homens foi aumentando no local na sua maioria são ex-militares. "Todos somos desempregados", afirmou, acrescentando que o dinheiro que recebe serve única e simplesmente para a alimentação da família. "Temos dias bons e maus", confirmou.

Como toda a profissão esta também tem os seus perigos e os homens entendidos na matéria têm consciência do perigo que correm. Localizados principalmente no mercado do São Paulo, Congolenses, Miramar (junto a Embaixada dos EUA), largo do Kinaxixi e José Pirão, estes cidadãos vêm dos mais variados pontos de cidade e são naturais das demais províncias e com idades que variam dos 20 aos 50 anos de idade.

Segundo os "kotas" contactados, desentupir uma fossa varia do estado da mesma e as causas que muitas das vezes passam pelas pessoas que colocam objectos ou panos nas pias. Daí o preço também variar consoante o estado e ronda desde os 50 aos 200 dólares norte americanos.

Para tal, o desentupidor usa um no de aço que é adquirido no mercado paralelo ao preço de 50 dólares, um martelo, balde, tubo, pau e pano. Materiais que segundo eles são o essencial para o sucesso da sua actividade.

"Quando um colega não tem ferramentas, emprestamos e repartimos o lucro", afirmou João Bastos de 40 anos,

que exerce a função desde 1994.

A primeira coisa a fazer quando se está na presença de uma fossa entupida é retirar o lixo de cima com um balde, contou a fonte. Logo a seguir, tenta-se localizar o tubo entupido e só depois disso entram em acção. A localização da saída da fossa é feita através do fio de aço. "Depois de encontrar é só exercer a força e puxar o objecto que está a impedir a passagem dos dejectos", frisou.

Muitas das vezes estes homens são obrigados a entrar nas fossas, e isso, acontece quando as mesmas são muito fundas. "Entramos e limpamos quando saímos tomamos banho", explicou.

Ciente de que pode contrair doenças, principalmente de pele, João Bastos diz ter um antídoto para qualquer enfermidade. "Bebo Whisky e nada me afecta, além disso, tenho Deus como meu protector", afirmou realçando nunca ter ficado doente.

7.2 Horário de limpeza na cidade

Jornal de Angola...07-09-06

Em Luanda, a limpeza das ruas é feita no período da manhã, hora em que os trabalhadores da função pública se dirigem para os seus locais de trabalho. Esta situação tem gerado certa polémica, na medida em que noutras países ela é feita de noite ou à madrugada, para se evitar transtornos.

Questão: qual é o melhor período para limpeza da cidade: às manhãs, à tarde ou à noite? Porquê?

Jovane Ngola, estudante

É necessário termos muita precaução com os resíduos, porque o lixo é muito melindroso. É importante que se faça a limpeza em períodos que não criem transtornos à população, aos transeuntes. Por isso, à noite é período mais aconselhado para se fazer este tipo de trabalho.

Ângela Xavier, comerciante

A limpeza deve ser feita à noite. Assim se evitam transtornos como engarrafamentos, poeira e até mesmo embaraços na segurança dos próprios trabalhadores das empresas de limpeza.

Luís Matias, estudante

À noite é um período calmo, o que tornaria o trabalho das brigadas mais célere e organizado. A limpeza à noite evita também transtornos na via, tanto para os utentes de carros, como para os peões.

Arleth dos Santos, estudante

Se o trabalho de limpeza fosse transferido para o período nocturno, como vemos em outros países, estaríamos a evitar a proliferação do ar com elementos nocivos como a poeira e 'o mau cheiro. Além disso,

teríamos as ruas mais limpas durante o dia.

Faustia Cazunga, estudante

Para mim, o trabalho de recolha de lixo e limpeza da cidade devia ser feito no período nocturno, de modo a evitar a poluição do ar e os engarrafamentos.

Josefa Teresa, estudante

Se hoje já se faz a recolha do lixo à noite, porque razão se está a protelar a realização dos trabalhos de limpeza e saneamento da cidade também no período da noite? Não há dúvidas que se assim fizéssemos as vantagens seriam maiores.

Fábio dos Santos, estudante

Até há bem pouco tempo não se falava em recolha de lixo à noite, coisa que agradavelmente já é uma realidade. Por ser o melhor período para se cuidar da imagem de uma cidade, acredito que as autoridades, mais tarde ou mais cedo vão acabar por optar por este período.

""Mariana Cazunga, estudante

As coisas em Luanda e no país, de uma forma geral, estão a mudar para melhor. Acho que o período mais adequado é o nocturno. Aliás, no estrangeiro o tratamento, recolha do lixo e a limpeza são trabalhos feitos à noite ou às primeiras horas do dia.

7.3 Regresso da cólera

A Capital...09-09-06

Nataniel Alberto

Director de escola

Por incrível que pareça, já fui vítima da cólera, não por falta de higiene pessoal ou caseira, mas por consumo de alimentos em lugares públicos, como mercados onde, se houvesse fiscalização, poderíamos diminuir o surto da cólera, impedindo que as pessoas comercializem alimentos em lugares sem condições apropriadas para efeito. Assim, para evitarmos o regresso da cólera, as escolas deviam também promover a prevenção contra esta doença que nos leva à morte.

Rosa Gaspar

Contabilista

A meu entender, o nosso saneamento básico é muito crítico, os esgotos nunca sofreram uma manutenção desde que os colonos abandonaram o país, por isso é que ainda não nos livramos da cólera. As pessoas, aquelas sem educação higiénica rígida e adequada, devem optar pela limpeza, combate dos mosquitos através da eliminação de charcos donde provêm os mosquitos do paludismo e conseqüentemente outras doenças que só aumentam o índice de mortalidade no país.

Eugenia Paulo

Estudante Universitária

Para evitarmos mais mortes por cólera devemos manter a cidade sem lixo, combater os depósitos de água imprópria para o consumo humano, construir fontanário de água potável, investir na melhoria do saneamento básico de todas as províncias do país e realizar grandes campanhas de sensibilização da população para prevenção contra doenças oportunistas e, como se não bastasse, construir um centro médico para cuidar da cólera e não hospedar os doentes naquelas casernas.

Daniel Bangão

Cantor

Infelizmente, a nossa cidade encontra-se em degradação, aliada às débeis condições do saneamento básico, a excessiva quantidade de lixo espalhado por todos os cantos de Luanda que, ao contrário do passado, hoje se tornou numa cidade do lixo, onde habitam cerca de cinco mil habitantes de quem, mais uma vez, peço a sua participação nos serviços de limpeza doméstica e empresarial, bem como contribuírem para desencorajar a comercialização de alimentos sobre o lixo, também conhecido como vector de várias doenças como a cólera.

7.4 Mais de 100 chafrizes entram em funcionamento este ano na capital

Jornal de Angola...15-09-06

A Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL), apresentou ontem, em Luanda, o projecto de reestruturação e expansão da rede de fomanários da cidade capital, o qual prevê a construção e reabilitação de 133 fontenários, investimento total avaliado em mais de um milhão de euros.

O projecto desenvolvido pela Epal, em estreita colaboração com a ADP Internacional, e com o apoio do Banco Fomento Angola (BFA) e do Instituto Português de Apoio, ao Desenvolvimento (IPAD), tem como objectivo dar resposta imediata às necessidades de água potável das populações da zona periurbana de Luanda. Segundo o director geral da Epal, António da Costa, o empreendimento prevê minimizar a carência de água em algumas zonas da cidade de Luanda: No seu entender, tendo em conta o número de fontenários, urge a necessidade de se criarem métodos que permitam a sua conservação.

Neste sentido, precisou, conjuntamente com os parceiros, a empresa tem estado à trabalhar num modelo de gestão de fontenários para o que solicitara a participação do Governo Promncial de Luanda (GPL) e

das administrações comunais no sentido de avaliarem a sua implementação.

António da Costa adiantou que no referido projecto será implementado um novo modelo de gestão, assente no sistema de cartões pré-pagos. "Os utilizadores devem adquirir o cartão pré-pago nos postos de venda ou na comissão de moradores o qual permite encher até 50 recipientes de 20 litros de água cada. Trazemos este modelo para buscarmos métodos que satisfaçam ambas as partes", disse.

De acordo com uma fonte do Ipad, os fontanários apresentam-se como uma solução capaz de assegurar, a curto e médio prazo, as condições de segurança, quantidade e qualidade no abastecimento de água, a preços justos. Ao serem abastecidos pela rede de água da Epal com controlos analíticos periódicos; refere a mesma fonte, existe garantia de água de qualidade. Cada fontanário permitirá abastecer com água potável uma média de 1.200 pessoas.

7.5 Estação chuvosa traz de volta fantasma da colera em Angola

A Capital...16-09-06

Até ao momento, o surto de cólera já afectou quase 54 mil angolanos além de ter causado a morte a mais de duas mil pessoas

O início da estação chuvosa em Angola despertou novos receios de recrudescimento do surto de cólera, que já provocou a morte a pelo menos duas mil e 200 pessoas desde Fevereiro, tal como afirmaram ao longo da semana os responsáveis do ministério da Saúde, preocupados com uma doença que, até aos dias de hoje, atingiu 54 mil angolanos.

«Ainda não resolvemos a situação da água e do saneamento, por isso com a chegada da estação da chuva existe uma grande probabilidade de surgir um novo surto, mas não será tão grave», disse José Van-Dúnem, vice-ministro da Saúde, citado pela agência Reuters.

Na passada quarta-feira, o surto de cólera completou sete meses desde que despertou no recuado mês de Fevereiro, em Luanda, tendo se espalhado rapidamente por 15 das 18 províncias do país.

O número de casos registados atingiu o pico em Maio, tendo depois começado a diminuir devido ao início da estação seca. No entanto, VanDúnem, e outros técnicos do ministério, afirmam agora que a possibilidade de um aumento do número de casos é real.

O Governo foi muito criticado por ter reagido de forma muito lenta à epidemia de cólera, que ainda continua a provocar mortes em algumas zonas de Angola. As debilidades do saneamento básico e a inexistência de uma rede eficaz de distribuição de água potável são situações que propiciam o crescimento da

enfermidade e ameaçam os esforços das autoridades para estancá-la.

«Actualmente está a ser distribuída mais água (potável). No entanto, a situação da água e do saneamento é péssima, quase dramática. E agora vai chegar a chuva», opinou Erna Van Goor, coordenadora geral dos MSF em Luanda, uma instituição que apoia o Governo na luta contra a cólera.

«Não podemos distribuir água potável a todas as pessoas durante a noite, num país que esteve em guerra durante 30 anos», afirmou, por sua vez, o vice-ministro da Saúde. «É especialmente difícil quando aparecem novos bairros diariamente».

Segundo a OMS, em relatório divulgado na última semana, a província de Benguela é a que registou mais mortes (523), seguida de Luanda (305), Kuanza Sul (259), Lunda Norte (245) e Malanje (235). A epidemia foi identificada no bairro de Boavista, em Luanda, onde seis pessoas morreram.

7.6 Vala de drenagem prestes a "engolir" moradores

O Independente...16-09-06

Se a situação de perigo iminente, que começa a desenhar-se ao longo da rua que liga o Aeroporto Internacional «4 de Fevereiro» ao bairro Cassequel, em Luanda, se concretizar, estamos prestes a assistir a situações que poderão causar dissabores aos moradores da área

Uma vala de drenagem, que se espera vir a ser de grande importância para o escoamento das águas dos arredores do aeroporto e dos bairros adjacentes, pode tornar-se numa contrariedade devido às chuvas que deverão cair sobre Luanda, antes do término das obras. Não obstante ao reconhecido propósito a que a obra se destina, os habitantes das cercanias entendem que a mesma representa um atentado às suas vidas, uma vez que, a caírem grandes cargas pluviométricas, as residências e as casas comerciais que estão a escassos metros da vala não terão outra saída. "Vão desabar e colocar em risco a vida de muitas pessoas que vivem ou frequentam esta zona", alertam os habitantes.

Rodrigues Pedro, proprietário de uma das casas comerciais ameaçadas de desabamento, no bairro Mártires de Kifangondo, é peremptório: "num país normal isso é inadmissível." Mas continua: "os responsáveis por este trabalho não estão preocupados com o risco que a população está a correr." Sustentando a sua afirmação no facto de as obras estarem a caminhar a passo de camaleão. Pelo mesmo diapasão, discorre um taxista. "A população desta área está num iminente perigo, porque está claro que estas obras não terminarão antes que as chuvas comecem a cair sobre Luanda." Questionado a respeito do valor da

Formatada: Português (Portugal)

obra que, a princípio, faz com que o perigo a que os moradores estão sujeitos seja um mal necessário, não demora a contraria. "Deveriam aproveitar o cacimbo ou então que fossem mais céleres, porque a povo não pode estar exposto por estar a fazer-se uma obra importante." Avô Minga, uma idosa de 64 anos, vendedora de bombons e ginguba torrada muito próximo ao local das obras, também falou à reportagem d'O INDEPENDENTE. "O Governo só vai preocupar-se em acabar com isso quando vir que tantas pessoas morreram apertadas pelas paredes das casas ou afogadas na água", criticou. E para quem acha que uma simples velha vendedora não tem consciência sobre os aspectos político-sociais marcantes, Avô Minga deixa um recado: "quem se acha incapaz de governar é melhor demitir-se e deixar os que são capazes governar a exercerem este poder." Para as crianças, porém, a vala é um lugar divertido. Quem o confirma é Quinzinho, um rapaz de 11 anos, morador do bairro Kassequel de Lourenço. "Todos os dias brinco aqui com os meus amigos. Mas uma vez, um dos meus amigos caiu a partir da ponte, enquanto nos corriamos."

No local, já são visíveis os caboucos das casas próximas da vala o que faz suspeitar que basta, no mínimo, uma chuva para desabarem. Outro grande perigo que os moradores correm está nas pontes pelas quais têm de passar para terem acesso a rua. As crianças, essas, na sua inocência, pululam de um lado para o outro, ao longo da enorme vala. Na tentativa de se levar ao cidadão uma informação mais completa, procurando saber de quem direito, no mínimo, os prazos previstos para a término da obra, O INDEPENDENTE confrontou-se com um fechar de portas. Nem a empreiteira, nem o Ministério das Obras Públicas a quem pertence a obra, aceitou «rugi». A Direcção Técnica da ENCIB, empresa pertencente ao Governo da Província de Luanda, responsável pela adjudicação de obras públicas a nível de Luanda, limitou-se a despir-se de competência para falar da referida construção. "Aconselho-vos a irem ao 3º andar do prédio do MINOPU, ali encontraram alguém com a autoridade de se debruçar sobre o assunto", aconselho-nos um engenheiro da ENCIB. Mas daí, nada souo, como é característico de quem tem a informação pública neste país.

7.76 Serviços básicos recolhem 15 toneladas de lixo por dia

Angop...19-09-06

Cerca de quinze toneladas de resíduos sólidos diversos são recolhidos diariamente nas artérias da cidade do Kuito, província do Bié, informou hoje o chefe dos serviços básicos, Hamilton dos Santos.

O responsável sublinhou que, a quantidade de lixo, recolhido diariamente no Kuito, constitui a metade dos resíduos sólidos que a população desta urbe produz. Frisou que, a cidade do Kuito está a crescer constantemente e os focos de lixo estão aumentar substancialmente em todas artérias e bairros da urbe, situação que preocupa o seu pelouro.

Fez saber que por falta de meios suficientes, os serviços básicos do Kuito enfrentam grandes dificuldades relacionadas com a recolha do lixo nesta urbe.

Na ocasião Hamilton dos Santos criticou os habitantes da cidade do Kuito por não acatarem com as orientações das administrações municipais, no que concerne aos horários do depósito de lixo, facto que tem contribuído para a má imagem que a capital biena ostenta em termos de higiene.

Referiu que os serviços básicos no Kuito funciona com três tractores e uma viatura para a recolha de lixo e, segundo ele, estes meios são insuficientes para satisfazer as necessidades de trabalho. "É preciso que se aumente mais meios para o bom andamento dos trabalhos", solicitou.

Hamilton dos Santos disse que, outra situação prende-se também com a falta de contentores nas artérias e bairros na cidade do Kuito, para o depósito do lixo, bem como a falta de equipamentos destinados aos trabalhadores. Garantiu que, a administração municipal do Kuito, em parceria com governo local, está trabalhar na aquisição de camiões contentores para o depósito do lixo, bem como de camiões basculantes para o bom andamento dos trabalhos da recolha de resíduos sólidos.

7.87 Fornecimento de água será interrompido em nove bairros de Luanda

Angop...19-09-06

Nove bairros da cidade de Luanda ficarão privados do abastecimento de água potável nos dias 22, 23 e 24 deste mês, devido ao trabalho de reparação que a Empresa Pública de Águas, EPAL - E.P, vai efectuar na conduta localizada na Avenida Comandante Valódia. Trata-se dos bairros São Paulo, Sambizanga, Cruzeiro, Rangel, Precol, parte da Ingombota, zona da Boavista, Ilha de Luanda e zona do Cazenga.

Um comunicado de imprensa da EPAL chegado hoje à Angop refere que, para permitir tal intervenção de grande vulto, a empresa vai forçosamente paralisar a Estação do Marçal e consequentemente interromper o fornecimento de água a estas zona.

"Visando a reparação da avaria em tempo útil, a EPAL está já a envidar esforços tendentes à mobilização de parceiros e à criação de condições técnicas", indica a nota de imprensa.

O documento acrescenta que a interrupção será também aproveitada para substituição de dispositivo hidráulico e resolução de outras situações existentes na rede de distribuição da cidade de Luanda.

Dada a necessidade de se atenuar os efeitos do corte do fornecimento de água, a EPAL aconselha aos consumidores abrangidos a fazerem as devidas reservas..

7.98 Autoridades sensibilizam populações a tratar Água

Jornal de Angola...26-09-06

As autoridades do sector de Saúde no Kuando Kubango desenvolvem, neste momento, uma campanha de sensibilização sobre o tratamento de água junto da população, por estar a funcionar apenas uma linha do sistema de captação, tratamento e abastecimento de água, dos três que a província possui. A população, em consequência disso, está a consumir água não tratada, proveniente de rios e cacimbas. O único sistema em funcionamento, como já acima se referiu, regista também algumas anomalias, decorrentes do seu estado de conservação. Segundo o director provincial de Saúde, Fernando Kassanga, acentua-se, cada vez mais, a probabilidade da população contrair doenças, com destaque para cólera.

Para contrapor a situação, as autoridades sanitárias da província criaram algumas equipas de educação sanitária, compostas por 60 activistas, a fim de se prestar o devido acompanhamento, alertar e orientar as mesmas dos possíveis perigos e para observar os cuidados que a situação impõe, por forma a evitar a cólera, a má nutrição, nomeadamente a cólera, má-nutrição e outras infecções.

Para ele, a população deve apostar em medidas de prevenção como a construção de latrinas e a fervura de água. "Temos encontrado muitas dificuldades na sensibilização da população, mas a comissão provincial de luta contra a epidemia tem estado a enviaar esforços para superar a situação", disse.

7.109 Investidos USD 15 milhões para melhoria da rede eléctrica de Luanda

Angop...27-09-06

Quinze milhões de dólares foram gastos desde 2003 na montagem de 60 novos postos de transformação de energia eléctrica nos municípios do Kilamba Kiáxi, Cazenga, Maianga e Sambizanga.

A acção foi executada pela Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (Edel), no âmbito da primeira

fase do projecto de melhoramento da rede energética na cidade capital do País.

Segundo soube terça-feira a Angop, em Luanda, o projecto enquadra-se no Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População e consistiu ainda na reabilitação de cinco sub-estações de alta tensão e 52 redes de cabos de 15 a 60 Kva.

Esta informação foi prestada pelo director-geral adjunto da Edel para a área técnica, Hélder Adão, à margem do primeiro seminário sobre "A complexidade da electricidade no mercado de notícias", aberto hoje e destinado a jornalistas.

Segundo o responsável, a Edel têm enfrentado várias dificuldades no fornecimento de energia eléctrica à população de Luanda devido ao surgimento de muitas construções anárquicas.

"A ausência de um plano director da cidade de Luanda e o conhecimento tardio das construções de edifícios e outras infra-estruturas tem dificultado a captação atempada de recursos financeiros para a expansão da rede eléctrica a estes locais", acrescentou.

Apontou ainda como principais causas das avarias as sobrecargas na rede devido ao crescimento não autorizado de consumidores, vandalismo no sistema com maior incidência na zona periférica, construções anárquicas que danificam e envolvem as instalações eléctricas dentro das residências, danificação de postos por automobilistas e cortes frequentes de cabos por operadores de limpeza e empresas de construção. De acordo com dados estatístico da Edel de 2006, dos cerca de quatro milhões de habitantes de Luanda, apenas 132 mil e 126 são clientes, enquanto que os restantes são consumidores clandestinos.

O referido seminário, que termina ainda hoje, é uma iniciativa da Edel e visa sensibilizar a classe jornalística para a educação da comunidade sobre o consumo de energia eléctrica.

Desde a sua abertura foram já abordados, entre outros, temas como "A problemática da produção, transporte e distribuição de energia à capital", "Resolução de avarias" e "Comercialização energia eléctrica.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Um protocolo para uma Paz adiada

Terra Angolana...1ª Quinzena

O recente acordo assinado entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, parece não ter consistência, pelo facto de outros actores envolvidos no caso Cabinda, nomeadamente a FLEC armada de Nzita Tiago, a Associação Cívica Mpalabanda e as igrejas católica e evangélica, não serem tidas nem achados nas conversações que envolveram António Bento Bembe, então presidente do Fórum e o Governo, encabeçado pelo Ministro de Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira.

Relatos que chegam de Cabinda, dão conta que a situação no enclave parece deteriorar-se a cada dia, tudo porque não se pode deslocar-se para o interior com segurança como se fazia antes da assinatura do Memorando de Entendimento. Há rumores de ataques isolados no interior da Província, principalmente nas áreas de Mongo Lobinda, uma região situada a sul do Buco Zau, um dos quatro municípios de Cabinda, onde um agente da polícia nacional perdeu a vida. Fontes oficiais, do Estado Maior General das FAA, deram a conhecer que para além do policial, o ataque vitimou também o filho e a esposa, embora o Estado Maior tenha minimizado a situação. Entretanto, em comunicado assinado por Estanislau Miguel Boma, chefe do estado maior operacional, a FLEC-FAC unificada, faz saber que 8 soldados angolanos foram mortos e 7 outros feridos numa emboscada de combatentes seus na localidade de N'ganda Congo, na região de Buco Zau. As vítimas faziam-se transportar por uma viatura de tipo Unimog que ficou completamente destruída, segundo o comunicado da FLEC-FAC unificada.

A paz em Cabinda continua adiada, enquanto a solução para a sua crise não envolver todas as forças vivas cabindesas. O acto que ocorreu na cidade pesqueira do Namibe, era visto pela maioria dos angolanos, como o fim da guerra em todo o território nacional, mas, enquanto Cabinda não estiver livre de ataques dos elementos insatisfeitos com a situação não se pode dizer que se tem paz em Angola.

Outro sinal da fragilização do acordo foi o facto de se ter posto de parte elementos que seriam determinantes nas negociações. Antes do acordo muitas dessas figuras viram retirados os respectivos passaportes, tal foi o caso do padre Casimiro Congo e do presidente da Mpalabanda, Agostinho Chicaia, quando à 7 de Junho do corrente, se preparavam para efectuar uma viagem

ao exterior do país.

Hoje, contas feitas no enclave, cerca de 80 por cento da população não se revê no Memorando de Entendimento assinado entre o Governo e Fórum Cabindês para o Diálogo representado por Bento Bembe, considerado prisioneiro, sem legitimidade, para além de ter negociado em posição desvantajosa.

Enquanto isso, fontes locais fizeram saber que no passado dia 13 de Agosto de 2006, a Polícia Nacional no Nkutu (Município de Mbuku-Nzau) deteve 6 cidadãos acusados de pertencerem à Mpalabanda. Trata-se dos cidadãos Maurício Mbizi, Bonifácio Nzau, José Deus-Dado, António Félix, João Maria Simba e André Massanga. Os 4 primeiros são naturais de Caio Cuntene, enquanto os dois últimos são naturais de Chinvula e Caio Segundo, respectivamente.

Tudo começou quando um grupo de populares se recusou a participar num acto religioso presidido pelo Padre Gabriel Nzau, que se deslocou ao Nkutu para o efeito. Estes, alegavam não terem sido avisados desse acto. Imediatamente acusados de "mpalabandistas", a Polícia foi chamada e deteve os 6, à testa dos quais foi colocado Maurício Mbizi, provavelmente por se tratar do Catequista-Chefe da área.

Informado do sucedido, o comando militar das FAA estacionado no Mbuku-Nzau, mais precisamente em Loma, pediu à polícia de Nkutu que transferisse os detidos para a sede municipal (MbukuNzau), por achar que o caso devia ser tratado não pela justiça mas antes pelas Forças Armadas. Esta orientação acabaria por ser cumprida no mesmo dia em que foi dada. Os 6 cidadãos vinham a ser libertos no dia, 22 de Agosto de 2006, do seu cativeiro (destacamento militar de Loma), magros e apresentavam sinais visíveis dos maus tratos físicos sofridos.

Sublinhe-se que, desde a decisão da juíza Ana Maria do Carmo Diogo de Almeida de extinguir a Mpalabanda, a pedido do poder político, os elementos afectos a esta associação cívica, sobretudo na região nortenha do Mayombe, têm estado a sofrer uma verdadeira perseguição por parte da polícia e do exército, estando muitos inocentes a sofrer as mais graves sevícias injustamente acusados de "mpalabandistas".

Apesar de ser do domínio público que a Mpalabanda recorreu da decisão da juíza, junto do Tribunal Supremo, militares e polícias, no Mayombe, tomaram como definitiva a sentença sem julgamento ditada pela juíza do Tribunal Provincial de Cabinda, e chamaram para si a responsabilidade de perseguir todo aquele que verdadeira ou erradamente seja acusado de pertencer à Mpala-banda - Associação Cívica.

8.2 Abílio Kamalata Numa: a paz para cabinda é uma perioridade Nacional

Terra Angolana...1ª Quinzena

Abílio Kamalata Numa, o General que trocou a farda do Exército Nacional para se dedicar à política afirmou no Kwanza Sul que a paz para Cabinda constitui prioridade nacional. Durante a sua estadia de 48 horas no Sumbe, para além de dialogar com o Executivo provincial do Galo Negro, tomou parte da abertura de um seminário Metodológico dirigido aos militantes da UNITA onde fez uma importante exposição sobre o contexto actual do País. Visitou algumas instituições governamentais e eclesiásticas nomeadamente, a Comunicação Social, o MINARS, o INP o IRSEM e o Bispado.

No final dos trabalhos, Abílio Kamalata Numa era um homem satisfeito pelo que viu e ouviu. Dirigindo-se à Imprensa, Numa afirmou que o país não tem outra escolha: "terá de conviver na democracia." Apesar de encontrar muita simpatia nos membros do governo e nos militantes do MPLA, facto que não se verifica noutras pro-vincias, Numa diz que o seu Partido gostaria que as nuvens da intolerância política terminassem definitivamente.

SOBRE O DIÁLOGO POLÍTICO

"Acho eu que a nível institucional precisamos de trabalhar muito, porque o MPLA e nós somos os protagonistas da guerra que durou estes anos todos, e nós nos propusemos, há 4 anos, a acabar definitivamente com todas as diferenças, dialogando mais. O Mecanismo Bilateral retomou a sua actividade e temos que esperar para vermos, mas devo dizer que os últimos anos foram de um diálogo tímido.

Sobre o Registo Eleitoral As eleições já deviam ter sido realizadas há dois anos. Ora vejamos, a República Democrática do Congo que saiu a bem pouco tempo da guerra e, patrocinada por Angola, acaba de realizar, eleições; nós temos conhecimento, de que o nosso País está presente com ajuda, inclusive ofereceu helicópteros que estão a transportar o pessoal envolvido na actividade eleitoral, mas Angola que também é um País democrático segundo a Constituição, há 4 anos que vem adiando este pleito. E pergunto muitas vezes, eu e outros militantes do partido, que medo é que o partido no poder tem? Porque é que não se realizam as Eleições? E agora marcam o início do registo eleitoral para o tempo das chuvas, uma intenção muito má. Com as estradas esburacadas que temos, de certeza que milhares de angolanos serão esquecidos. Seria bom que de facto o registo começasse e as eleições se fizessem em tempo útil".

CONSTATAÇÃO DOS NÍVEIS DE POBREZA

"Em Luanda onde nós vivemos em cada beco, você encontra pessoas desfavorecidas. Não é preciso ir

muito longe. Vemos aqueles que vivem na opulência e fecham-se nos condomínios, enquanto a maioria diambula nos bairros de lixo. A pobreza está visível. E para dizer mais, uma questão que é muito actual; a distribuição da riqueza nacional hoje é uma injustiça, o Partido no poder cometeu uma injustiça na distribuição da riqueza nacional. Hoje conota-se a riqueza nacional com um determinado sector da sociedade angolana, está errado. Hoje temos classes sociais díspares alimentadas por um capitalismo selvagem. O homem novo, trabalhador e social, deixou de ser referência do Estado. Portanto, o importante hoje é que se faça justiça para que todos os angolanos tenham acesso às riquezas da sua terra.

VISÃO DA UNITA SOBRE CABINDA

"Primeiro nós gostaríamos de reafirmar as posições políticas do nosso Partido: a UNITA regozija-se pela Paz, gostaríamos que Angola estivesse em Paz de Cabinda ao Cunene. Este é um ponto de honra que Angola tem que alcançar. Mas por outro lado, a UNITA não concorda com a forma que se encontrou para a solução do problema de Cabinda. Porque a génese da discórdia em Cabinda está codificada na FLEC, não está codificada no Fórum Cabindês para o Diálogo.

Até nem todos os Cabindenses conhecem esse Fórum, portanto, colocar as FLEC's de fora, o N'zita Tiago de fora, é fingir que o problema acabou. O próprio N'zita Tiago nos últimos tempos, entendendo a conjuntura Internacional e também da área, percebeu que era necessário reverter os seus posicionamentos antigos, e pediu ao Presidente da UNITA, Isaiás Samakuva que fizesse chegar esta sua forma de ver as coisas junto do Presidente da República. Nzita disse nessa comunicação que Cabinda, a FLEC e ele aceitavam uma negociação em volta de uma autonomia.

Muito antes deste acordo ser assinado o Presidente da UNITA colocou este ponto de vista de N'zita ao Presidente da República e espero que as portas se abram e esta personalidade relevante da cena política de Cabinda, a Mpalambanda que agora foi ilegalizada, sejam trazidas para este contexto para uma Paz definitiva.

Depois de visitar o Kuanza Sul, o General Kamalata Numa deslocou-se ao Huambo onde deu continuidade ao seu trabalho político com os militantes do seu Partido, tendo deixado a seguinte mensagem: A agenda da boa governação é fundamental. Já é bom. Fazerem-se alguns ensaios no Parlamento onde governantes fazem prestação de contas, os governantes discutem com os eleitos, o Orçamento Geral do Estado, os programas, etc. Mas é ainda pouco. Exige-se a boa governação que não permita a sobre-factoração. Não podemos hipotecar o futuro dos angolanos com atitudes irresponsáveis. Hoje estamos a contrair dívidas

de uma forma irresponsável que não são homologadas pela Assembleia Nacional e muitas vezes sem impacto na vida do cidadão. A boa governação exige-se para que Aggola saia da miragem e passe a liderar o progresso e o desenvolvimento nesta zona do Continente africano. Depois de termos concluído com a paz que é a grande vitória do povo angolano esta vitória tornou-se um acto inferior. Se não divisarmos mais além estaremos a minar esta vitória. Se não formos grandes e superiores e não olharmos para longe, este acto que foi superior numa determinada fase, transformar-se-á num acto inferior. Para que esta conquista que é de todo o povo angolano dê outros frutos, os angolanos têm que exigir. Não permitam a instrumentalização para actos que inferiorizem essa conquista. Há estrangeiros que muitas vezes dizem: "bolas, os angolanos são boas pessoas porque não são exigentes. Mesmo a viver sem água, muitas vezes sem luz, por cima de lixo, mas estão à vontade". Sejamos mais exigentes junto dos governantes, dos partidos políticos para que o acto da vitória se transforme num acto superior.

O memorando do Luena que assinamos, até hoje não foi cumprido. Os desmobilizados andam à deriva. Andam à deriva os desmobilizados das ex-FAPLA, andam à deriva os desmobilizados do tempo da FNLA. Toda esta gente anda à deriva. Mas nós queremos dizer que precisamos de resolver esses problemas com homens livres.

8.3 Cabinda: verdades e mentiras

Terra Angolana...1ª Quinzena

Depois o cessarfogo assinado entre António Bento Bembe e o Governo Angolano, mentiras vão-se sucedendo, numa espécie de avalanche que ninguém parece conseguir ou pelo menos querer controlar ou contornar.

Primeiro, foi obra de loucos "esquecer" pura e simplesmente que a FLEC mantinha as suas forças militares, por não ser tida nem achada no fusco processo dito de paz que o governo vem forçando com o interlocutor que escolheu e privilegiou e que, mesmo sem ser querido pelas partes constituintes do FCD, passou a ser imposto a ponto de parecer que ele próprio, Bento Bembe, era o FCD em pessoa. Em segundo lugar e para alimentar essa mentira era preciso inventar as pessoas que iriam para as estabelecidas zonas de aquartelamento para onde iriam os militares que tinham servido, pasmese, sob a batuta do Fórum de Bento Bembe (por que é assim que ele deve ser chamado), já que os verdadeiros guerrilheiros continuam até hoje nas matas matando e morrendo, muito infelizmente. Para povoar os acantonamentos lançou-se mão a tudo e o primeiro sinal de grosseira

mentira veio do Sr. Amado Zulu, General, que se diz Secretário para a Defesa e Segurança da FLEC, aliado inseparável de Bento Bembe, quando, interrogado por alguns jornalistas, no dia mesmo da assinatura do cessarfogo em Chicamba, sobre o número de militares que tinham para o acantonamento, ter respondido que eram cerca de cem mas que (hoc opus, hic labor est) a pergunta devia ser feita ao Governo que detinha os números reais (incrível).

A segunda grande mentira surgiu do próprio Governo quando, na Assembleia Nacional, no dia da apresentação do Memorando de Entendimento aos deputados, foi comunicado que o número de militares da FLEC sob autoridade do FCD (como se o FCD em vez de uma simples plataforma fosse um movimento de libertação elevava-se a 500 e que 98% deste efectivo estava já aquartelado, parecendo que estava toda a gente atrás de uma árvore à espera do apito do "presidente" Bento e do Ministro Virgílio F. Pereira (ou do General Kopelipa?) para desatar em corrida rumo ao "portão" do aquartelamento. Algum tempo mais tarde, o Jornal de Angola trazia à estampa o grito de vitória dos homens da paz armada (Governo e António "FCD" Bento Bembe): tinham "conseguido" já aquartelar pouco mais de 220 homens, ou seja 44% (para quem já tinha aquartelado 98%). Que teria acontecido aos outros aquartelados? Teriam fugido? Soube-se, entretanto, que os famosos "soldados" com que contavam (e contam) para o aquartelamento, não passam de pacatos refugiados corrompidos e retirados dos campos de refugiado (sobretudo do Kimbianga, na RDC), afectos à ex-FLECRenovada, primeiro de José Tibúrcio e depois "herdade" por Bento Bembe, cujo número reduzido obrigou ao recurso a outras fontes: congoleses famintos à procura de um prato de lentilhas, não se tendo hesitado a um recrutamento interno, propondo dinheiro a jovens e mais velhos dentro da cidade de Cabinda em troca de irem para os locais de acantonamento por uns tempos, fazendo-se passar por "guerrilheiros" da FLEC. Até o septuagenário João Mbundo refugiado há dezenas de anos, não foi poupado de ser apresentado como "comandante" da guerrilha. O recrutamento estendeu-se mesmo até Luanda, a capital do país, onde o "convite" foi feito inclusive a um agente da polícia natural de Cabinda, a quem propuseram ganhar uma "massa" se trocasse a farda azul da polícia pela que está a ser distribuída às "forças militares da FLEC", e fosse a um dos locais de aquartelamento, em Cabinda. Esses "guerrilheiros" que estão a ser colocados nos campos de aquartelamento não estão a viver no céu, conforme se tenta propalar. Organizados a três pancadas, os aquartelamentos estão infestados de bichos, imundície e fome, o que leva os "guerrilheiros" de Bento Bembe a desertarem, regressando aos Congos.

Depois de passar dos 98% para 44%, e com esta constante "deserção", não vai ser agora que Bento Bembe terá os quase 1700 homens para integrar nas FAA e na Polícia Nacional.

8.4 Futuro dos ex-militares

Terra Angolana...1ª Quinzena

Os ex. Militares do Galo Negro nas províncias do Huambo e Bié estão finalmente a receber subsídios de contigência. Seis mil Kz, um Kit de material de cozinha e de construção, constituem a essência do que se tem para receber.

A Província do Huambo acolhe actualmente cerca de 25 mil ex. Militares, sendo esta o maior destino de desmobilizados. O processo de entrega dos subsídios, entretanto, nem sempre tem sido bem organizado. Longos dias de espera, burocracia excessiva e algum suborno à mistura tem retardado o andamento dos trabalhos. Como consequência desses atrasos pelo menos um ex.-militar terá morrido de exaustão, segundo testemunhas.

É que muitos dos ex. soldados vêm de longe e não encontram no IRSEM estruturas de acolhimento. Outro obstáculo é a falta de informação adequada, uma vez que nem todos têm rádios receptores. É o caso de Victória Tchopelonga, paraplégica, atingida em 1994 num dos mercados do Huambo.

Victória vive desesperada. "Só me apetece morrer porque ninguém precisa de mim. Nem mesmo a família procura por mim porque já não valho mais nada" disse num tom angustiante. Na verdade ela tem estado a passar por maus momentos. Não consegue fazer peritagem médica, perdeu os apoios em alimentação que recebia do PAM e não pode obter o seu subsídio de reforma. Embora continue a viver sob cuidado de mães católicas, ela queixa-se de estar a passar dificuldades. " Tudo acabou quando o PAM deixou de abastecer o Abrigo (casa de passagem na Trapa onde, ao lado, vivem as mães) situação que piorou com a saída da mãe Januela* para Soke.

Victória é conhecida no Huambo por causa de tantas voltas que dá para mendigar o mínimo para viver. Anda sempre com o seu certificado de reservista das Forças Armadas Angolanas, passado pelo DRM do Huambo sob número 2909/03 1ª categoria 2ª ordem. No ano passado, disse ela, recebeu a última ajuda do IRSEM, avaliada em 6 mil Kz, ajuda que tanto agradece, mas que tão rapidamente acabou por partilhar com o filho, o 4º de cinco falecidos durante a guerra, que o ajuda a subir e descer da cadeira de rodas.

*Está pronúncia conforme de V. Tchopelonga.

8.5 Bento Bembe, enfim, em cabinda mas fortemente escoltado

Semanário Angolense...02-09-06

O presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), António Bento Bembe, deslocou-se finalmente à cidade de Cabinda, na quarta-feira, 30 de Agosto, para marcar presença nos actos que assinalaram o início da implementação do memorando de entendimento rubricado recentemente com o governo angolano.

Bento Bembe não conseguiu, porém, diluir completamente rumores dando conta de eventuais receios da sua parte de pôr os pés na sede do enclave. Fontes locais garantiram ao Semanário Angolense que o líder do FCD esteve em Cabinda com um portentoso aparato de segurança constituído por militares e polícias a guardar-lhe os flancos. «Já fazia lembrar a guarda usada pelo Presidente da República», disse uma fonte.

Como se não bastasse, Aníbal Rocha decretou tolerância do ponto, coagindo funcionários públicos e privados a participarem na recepção das delegações. Estes tiveram de posicionar-se em pontos da cidade devidamente seleccionados para o efeito.

Bento Bembe discursou para a população local, em fiote, garantindo aos seus conterrâneos: «Não estou a brincar, porque a coisa é séria. Vamos acabar com a fome e a miséria». Para os próximos dias, o líder do FCD tem em agenda actividades que visam sensibilizar comunidades cabindenses e levá-las a aceitar o memorando de entendimento com o Governo. Dia 15 de Setembro, Bembe vai pronunciar uma conferência em Lisboa.

Entretanto, voltaram a ocorrer novos incidentes com a Mpalabanda em Cabinda, acusada de ter preparado um acto de sabotagem da presença de Bento Bembe na sede do enclave, posteriormente directamente imputado ao presidente da associação, Agostinho Chicaia, que desmentiu os actos e intenções que lhe são imputados.

Segundo contou o próprio Chicaia ao SA, duas viaturas pertencentes à Direcção Provincial de Investigação Criminal de Cabinda deslocaram-se à sua residência do com homens armados, sob orientações de um investigador de nome Oliveira da Silva, a fim de prendê-lo. A prisão não se concretizou pois Chicaia encontrava-se em Luanda.

«Eles levaram um mandado de captura, com uma assinatura ilegível, e não sabiam que estou em Luanda. Dizem que um dia antes da chegada de Bento Bembe e os demais, eu me avistará com um jovem que tinha uma granada nas mãos e estávamos a preparar um golpe. Prenderam o suposto rapaz que manteve contacto comigo», acrescentou.

Nesta viagem, Bembe fez-se acompanhar de dois membros da equipa negociadora do Governo, nomeadamente o ministro da Administração do

Território, Virgílio Fontes Pereira, o chefe de da Casa Militar da Presidência da República, Hélder Vieira Dias «Kopelipa» e vice-chefe do Estado-Maior das FAA, Geraldo Sachipengo Nunda, e outras personalidades do FCD, com o intuito de começarem a implementar o «Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação em Cabinda».

8.6 Trinta e um mortos em conflitos étnicos entre bangalas e tchokwes

Semanário Angolense...02-09-06

Trinta e um mortos e sete feridos são o resultado do violento conflito tribal que opôs bangalas a lundat-chokwes, duas etnias da província da Lunda-Norte, nos primeiros dias de Agosto, na localidade da Muxinda, soube o Semanário Angolense de fontes locais, contrariando assim as informações iniciais postas a circular que falavam apenas de sete mortos. Foi afinal, uma verdadeira tragédia.

Segundo as fontes, o conflito começou quando milícias de Alex Kuluaxingo, filho do rei Kapenda Kuluaxingo (antigo soberano da Baixa de Kassanje, falecido no ano passado), que são da etnia bangala, decidiram cobrar «impostos» sobre a produção artesanal de diamantes a garimpeiros, em princípio, maioritariamente lundat-chokwes, com estes a resistirem veementemente ao tributo exigido, resultando daí uma verdadeira batalha campal que durou quatro dias.

Nos confrontos, iniciados a 4 de Agosto, os contendores utilizaram vários tipos de armas, incluindo pistolas, caçadeiras e fuzis AKM. Fala-se da participação de sete agentes da polícia nacional da etnia bangala nos combates, quer directamente, como no fornecimento de armas aos litigantes da sua tribo.

A batalha mais violenta ocorreu na ponte sobre o rio Txissema, a 200 metros do bairro Cangola, local onde se produziu o grosso das vítimas mortais. Estas, na sua maioria, estão bem identificadas, com nomes, idades e local de nascimento, carecendo, no entanto, de informações complementares, nomeadamente a que etnia pertenciam, presumindo-se que sejam das duas, qual delas a que mais sofreu.

De acordo com as informações em nossa posse, inicialmente, a polícia falou apenas de sete mortos, sendo um número acidentalmente muito aquém do real. A polícia nacional acabou por prender 66 jovens das duas etnias que participaram nos confrontos, sendo 45 tchokwes e 21 bangalas. Inicialmente detidos na Muxinda, onde morreram 10 deles, devido às más condições da cadeia local, 31 seriam soltos mais tarde e 26 transferidos para a cadeia de Capenda-Camulemba. Aqui, mais 20 seriam libertos e os restantes transferidos novamente, desta para a cadeia de Muanha Ngando,

onde não têm direito a visitas.

Os que morreram na cadeia da Muxinda foram enterrados nas imediações da unidade policial denominada «Posto 5». O cidadão Augusto Paulo Cassule, 41 anos, natural do Lubalo, até então igualmente detido, foi quem serviu de coveiro «ad-hoc». Ele seria libertado mais tarde por um comandante da polícia local.

8.7 Militantes do MPLA e UNITA «partem-se fucinho»

A Capital...02-09-06

Quatro anos depois do fim do conflito armado, as suas marcas ainda não se apagaram nas mentes daqueles que sofreram na carne os seus efeitos devastadores, como, aliás, ficou bem patente a passada semana, na província do Huambo, quando militantes da UNITA foram espancados por populares supostamente a mando o MPLA

Na manhã daquele domingo, dia 27, a população da aldeia de Luvili, município de Londuimbali, na província do Huambo, estava em alvoroço quando a equipa de reportagem chegou ao local.

A agitação é tão grande que até o barulho de uma viatura é motivo para as pessoas colocarem-se em fuga. E têm fortes razões para isso: é que dois dias antes, isto é no dia 25, os habitantes daquela região espancaram 11 militantes da UNITA, que procuravam reactivar as sedes daquele partido em municípios, bairros, comunas e aldeias daquela província do «Planalto Central».

As coisas complicaram-se depois que aquele partido entendeu erguer uma casa de estrutura definitiva naquela aldeia com o objectivo de transformarem-na na futura sede dos “maninhos”. Os militantes foram surpreendidos por uma turba quando tentavam realizar a cerimónia oficial de inauguração da sede com a colocação da bandeira do partido.

As pouco mais de 100 pessoas residentes na referida aldeia, supostamente afectos ao MPLA, muniram-se de paus, ferros e catanas, destruíram a sede, saquearam os bens e, como senão bastasse só isso, espancaram, violentamente, 11 elementos, sendo que três dos quais se encontravam, até ao fecho desta edição, sob cuidados intensivos numa das unidades hospitalares devido a gravidade dos ferimentos.

José Sikuma, uma das vítimas, é o primeiro secretário da UNITA daquela região e encontrava-se internado no Hospital Central daquele município, com ferimentos na cabeça e nos braços.

Contorcia-se com fortes dores quando revelava à reportagem deste jornal que os seus agressores «não eram quaisquer pessoas, estão bem identificadas». É que, segundo disse, «antes deste incidente, o 2º secretário do MPLA aqui na província do Huambo, Zacarias Paulo,

reuniu-se com os militantes e orientou-os a espantarem, sem piedade, todos elementos da UNITA que tentassem comemorar o aniversário do doutor Savimbi».

Ao que disse, a orientação foi bem acatada pelos militantes do «partido dos camaradas», pois no dia 3 de Agosto, dia do aniversário natalício do fundador da UNITA, conseguiram evitar com «sucesso» os festejos alusivos a esta data.

Neste dia, até as crianças não foram poupadas. Bastou o facto da pequena Marcela, de 12 anos, ser filha de um militante da UNITA para ser agredida por elementos supostamente afectos ao MPLA.

A «batalha campal» de Luvili, entre militantes do MPLA e UNITA, já obrigou cinco famílias, pertencentes ao Galo Negro, a refugiarem-se nas matas, porque acreditam que casos do género tendem a aumentar.

Acusaram, inclusive, o próprio Governador do Huambo, Paulo Kassoma, que é também o primeiro secretário dos «camaradas» naquela província, de ser «um dos grandes mentores da intolerância política que ali se regista».

«É uma constante ouvirmos o senhor governador a incentivar a população a bater nos militantes da UNITA, recordando aos populares o passado de guerra para reacender o ódio na mente desses», frisou uma das vítimas do incidente.

8.8 É preciso coragem e lucidez para a Paz em Cabinda

Folha8...09-09-06

O Bispo de Cabinda, D. Filomeno Vieira Dias, defendeu necessidade de aprofundar "com coragem e lucidez" o caminho iniciado com o memorando de entendimento assinado entre o governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD). "Este memorando de entendimento é o início de um caminho com várias etapas ainda por percorrer", afirmou.

Num comentário à assinatura do acordo para a paz em Cabinda, o bispo considerou que "era importante começar este diálogo de alguma forma, por algum canal, em algum momento". "O meu voto é que continue a ser aprofundado com coragem e muita lucidez", acrescentou.

Nesse sentido, manifestou esperança de que "os homens tenham capacidade para perseguirem o aprofundamento da construção da paz, numa sociedade que queremos democrática e que pretendemos que seja promotora dos direitos de cidadania para todos".

O governo e o FCD assinaram a 01 de Agosto o denominado Memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda, que prevê várias medidas para a pacificação daquele enclave, entre as quais um estatuto especial para o território ao nível administrativo.

O documento prevê ainda a atribuição de vários cargos no governo central e provincial a dirigentes do FCD, assim como a integração de ex-militares do movimento independentista nas Forças Armadas Angolanas.

As duas partes iniciaram no final da semana passada a planificação das medidas para a implementação do memorando de entendimento, mas a sua calendarização ainda não foi divulgada publicamente.

Na entrevista o Bispo de Cabinda abordou também a actual situação da igreja naquele enclave, assegurando que não existem divisões, "A Igreja de Cabinda não está dividida, o que há é um grupo de pessoas que pretende continuar a semear a confusão no seio das comunidades cristãs. opondo-se à autoridade do bispo e dos párocos", afirmou. Uma parte do clero e dos fiéis católicos de Cabinda pronunciou-se publicamente contra a nomeação de D. Filomeno Vieira Dias para dirigir a diocese, num processo de contestação que atrasou a sua posse durante mais de um ano.

Na origem dos protestos, que conduziram à suspensão de vários padres e provocaram durante vários meses a paralisação das actividades religiosas nas igrejas de Cabinda, estava o facto de o novo bispo não ser originário do enclave.

8.9 Processo de Paz em caminhos tortuosos

Folha8...17-09-06

As verdades sobre o «processo de paz» para Cabinda começam agora a vir ao de cima, depois de um tempo durante o qual, para umas pouquíssimas pessoas, vivia-se num ambiente envolto em pó sobre a fronteira da verdade e da mentira.

Hoje, e para provar o velho mas sempre presente adágio popular, segundo o qual "a mentira tem pernas curtas", essas perguntas já praticamente não se colocam. Em todo o país - e sobretudo em Cabinda - o questionamento geral dos autóctones é: de onde terá o Governo e Bento Bembe tirado tanta coragem para voos fictícios. As reuniões que Bento Bembe tem realizado em Cabinda, com as diferentes camadas da sociedade local, têm-se revelado um autêntico fiasco. Primeiro, por pecar na arrogância exagerada, nas ameaças, na falta de inteligência e de respeito, claramente demonstradas, provocando sentimentos de revolta da parte dos seus interlocutores. Segundo; a omnipresença dos homens da Casa Militar da Presidência da República, e dos agentes das Polícias secretas civil e militar, nas reuniões publicitadas como sendo do Fórum Cabindês para o Diálogo, com os sectores da sociedade civil, para explicarem o Memorando de (des) Entendimento assinado no Namibe e o famoso Estatuto Especial, que tirando o nome ninguém parece saber mais nada.

Ou será que, no quadro do "alargamento" do Fórum, Bento Bembe também já incluiu o general José Maria, da Segurança Militar, os brigadeiros Tony Catembo e Henrique Futy, o dr. Daniel Mingas (membro da Segurança de Estado e, coincidentemente, decano do ISCED), para citar apenas estes?

É que, como desavergonhadamente apregoa, Bembe, há várias organizações sob autoridade do FCD, logo a introdução de tudo, mesmo o piorio e a podridão, pouco importa desde que seja para defender os seus interesses pessoais.

Mas aqui, muita atenção, porque, no quadro do Memorando, da mesma forma que Bento Bembe extingue a(s) FLEC(s) pode querer extinguir a organização de onde são provenientes esses "camaradas".

Todas estas parangonas destapam duas coisas: a "bofiação" do pobre Bembe (em língua binda significa pomba), melhor, a sua total conversão à membro da Segurança do Estado.

Nessa condição fica assegurado uma cópia fiel de um papagaio, que tem de repetir, exactamente, o que se lhe manda dizer, permitindo aos laboratórios da secreta, medirem a pulsação e certificando-se se o discurso do "agente secreto", nas vestes de mediador mas, passa corrente aos Cabindeses e mesmo ao grosso dos outros angolanos não naturais de Cabinda).

Mas ao que parece, a maioria é unânime e não concorda com a forma como tem sido conduzido este processo, eivado de manobras baixas, ameaças musculadas, flagrantes faltas de honestidade, tentando impor o inaceitável.

E os exemplos estão a mão de semear, com a não transmissão das perguntas e asserções dos interlocutores de Bento Bembe, em reuniões que têm tido cobertura total por parte dos órgãos de comunicação estatais/governamentais, "emepelistas", não vá o diabo tece-las. Não havendo nada a esconder os ouvintes, leitores e telespectadores, teriam de ter acesso a todos os dados e não só a boca de trombone, elementos bem identificados, que debitam uma prosa para boi dormir.

É por esta razão, notória a forma como se encontram manietados esses órgãos, ao recusarem dar voz a outras sensibilidades, que não dispostas a verborreia papagaia.

E o ridículo é que em alguns desses órgãos, uma entrevista do "generalíssimo" Bento Bembe chega a ter mais destaque e ocupar maior tempo de antena do que uma do próprio Presidente da República. (...)

Bento Bembe, incluiu sem modéstia muitos dos anos que andou a vegetar no Bairro 2, do Centro de Refugiados do Kimbianga, Congo, onde se dedicava, inicialmente, ao cultivo da mandioca. Tendo depois experimentado o professorado, na escola aí edificada pelo HCR, também sem sucesso, para se converter mais tarde na seita Moonista, de que é membro.

Outro dado não revelado é o de André Lelo (ou preferirá Afonso Mbuada?), que desde 1978 se fixou no mesmo Kimbianga (no primeiro dos 13 bairros que o centro tinha - ou tem por estar entre os primeiros a lá chegar) e que sempre se comportou como um refugiado disciplinado, tendo saído apenas para juntar-se a Bento Bembe na caminhada até Cabinda. Leio nunca fez guerrilha, nunca foi sargento, tão pouco comandante, como pode hoje arrogar-se nas vestes de general das tropas da FLEC.

Ele até pode ser "general", mas de galinhas, ou ainda se o termo for visto em inglês ou francês, traduzindo-se por "geral", ou seja, "povo em geral".

Diante destes factos, apenas uma constatação. Os culpados dessa bandalha, não são os que mentem descaradamente, para obterem vantagens financeiras e com isso enriquecerem de forma ilícita, desrespeitando o sangue derramado por muitos Cabindas na busca de uma solução justa e abrangente, mas quem lhes dá guarida.

O Povo Angolano em geral e o de Cabinda, em particular, já se aperceberam da pretensa metamorfose, pretendida a um processo sem pernas para andar, senão o de continuarem a derramar o sangue de populações inocentes.

E que a popularidade de um político não pode assentar na atemorização dos populares de Cabinda, que diz defender. Só assim se pode entender as atoardas recentes do irmão Bento Bembe, desafiando Agostinho Chicaia, presidente da Mpalambanda, "a provar que tem mais popularidade do que eu".

Este é um desafio de risco, para o auto-intitulado "líder maquisard, porque "sem tropas e sinfos", embrenhados, os dois, pelos diferentes bairros da cidade de Cabinda, logo se sentirá o carinho de um e a repulsa de outro, pelos populares. Esta é uma simples equação.

Só apedeutas podem, hoje, pensar serem cegas e analfabetas as populações e, por via disso, fáceis de manobrar por muito tempo. Não! Mesmo os dólares do petróleo, que compram as consciências de certos "vendilhões" da democracia, que não hesitam em pactuar com as mais sórdidas mentiras e cabalas, visando perpetuar a mordaza na população de Cabinda, triunfarão facilmente.

É que fazer política marchando sobre os cadáveres dos próprios irmãos, não parece uma opção inteligente, aos olhos das sofridas e autóctones populações de Cabinda. Haja um pouco de pudor e respeito pelos valores morais, como forma de se evitar a continuação da morte de inocentes, numa parcela que precisa verdadeiramente da Paz dos Vivos e não dos mortos.